organizadoras
Leilane Cristina Oliveira Pereira
Maria Clara Alves Pereira
Yasmin Marques de Queiroga Sousa

Psicologia EM PESQUISA

Reflexões sobre Ensino, Aprendizagem e Desenvolvimento

pimenta cultural

organizadoras
Leilane Cristina Oliveira Pereira
Maria Clara Alves Pereira
Yasmin Marques de Queiroga Sousa

Psicologia EM PESQUISA

Reflexões sobre Ensino, Aprendizagem e Desenvolvimento

| São Paulo | 2025 |
pimenta cultural

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

P974

Psicologia em Pesquisa: reflexões sobre ensino, aprendizagem e desenvolvimento / Organização Leilane Cristina Oliveira Pereira, Maria Clara Alves Pereira, Yasmin Marques de Queiroga Sousa. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2025.

Livro em PDF

ISBN 978-85-7221-360-8
DOI 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-360-8

1. Dificuldade de aprendizagem. 2. Autismo. 3. Arteterapia. 4. Aprendizagem. 5. Desenvolvimento. I. Pereira, Leilane Cristina Oliveira (Org.). II. Pereira, Maria Clara Alves (Org.). III. Sousa, Yasmin Marques de Queiroga (Org.). IV. Título.

CDD 370.1561689

Índice para catálogo sistemático:
I. Psicologia da Aprendizagem
II. Autismo
Simone Sales • Bibliotecária • CRB ES-000814/O

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2025 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2025 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).
Os termos desta licença estão disponíveis em:
<*https://creativecommons.org/licenses/*>.
Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.
O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Bieging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Bieging
Gerente editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Júlia Marra Torres
Estagiária editorial	Ana Flávia Pivisan Kobata
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Editoração eletrônica	Andressa Karina Voltolini
Estagiárias em editoração	Stela Tiemi Hashimoto Kanada
Imagens da capa	VecMes, MalyskaStudio - Freepik.com
Tipografias	Acumin, Magno Serif, Alternate Gothic No1 D, Belarius Sans
Revisão	Os autores e as organizadoras
Organizadoras	Leilane Cristina Oliveira Pereira Maria Clara Alves Pereira Yasmin Marques de Queiroga Sousa

PIMENTA CULTURAL
São Paulo • SP
+55 (11) 96766 2200
livro@pimentacultural.com
www.pimentacultural.com

2025

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoras

Adilson Cristiano Habowski
Universidade La Salle, Brasil

Adriana Flávia Neu
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Aguimario Pimentel Silva
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alaim Passos Bispo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Alaim Souza Neto
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Knoll
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aline Corso
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Rosangela Colares Lavand
Universidade Estadual do Norte do Paraná, Brasil

André Gobbo
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

André Tanus Cesário de Souza
Faculdade Anhanguera, Brasil

Andressa Antunes
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Andressa Wiebusch
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Andreza Regina Lopes da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Angela Maria Farah
Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira
Universidade do Estado do Amapá, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes
Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil

Arthur Vianna Ferreira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Bárbara Amaral da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Bernadétte Beber
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Caio Cesar Portella Santos
Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil

Carla Wanessa do Amaral Caffagni
Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cassia Cordeiro Furtado
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cecilia Machado Henriques
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Christiano Martino Otero Avila
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Cláudia Samuel Kessler
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cristiana Barcelos da Silva
Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Cristiane Silva Fontes
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein
Universidade de São Paulo, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues
Universidade de São Paulo, Brasil

Dayse Centurion da Silva
Universidade Anhanguera, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Deilson do Carmo Trindade
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Brasil

Diego Pizarro
Instituto Federal de Brasília, Brasil

Dorama de Miranda Carvalho
Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Edilson de Araújo dos Santos
Universidade de São Paulo, Brasil

Edson da Silva
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Elena Maria Mallmann
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Estevão Schultz Campos
Centro Universitário Adventista de São Paulo, Brasil

Éverly Pegoraro
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabrícia Lopes Pinheiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Fauston Negreiros
Universidade de Brasília, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Flávia Fernanda Santos Silva
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Gabriela Moysés Pereira
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Gabriella Eldereti Machado
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehlert Pollnow
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geuciane Felipe Guerim Fernandes
Universidade Federal do Pará, Brasil

Geymeesson Brito da Silva
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handherson Leyltton Costa Damasceno
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa
Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil

Helena Azevedo Paulo de Almeida
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos
Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges
Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles
Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Joao Adalberto Campato Junior
Universidade Brasil, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa
Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre
Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura
Universidade São Francisco, Brasil

Jonathan Machado Domingues
Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini
Universidade de São Paulo, Brasil

Juliano Milton Kruger
Instituto Federal do Amazonas, Brasil

Julianno Pizzano Ayoub
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Julierme Sebastião Morais Souza
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro
Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik
Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lauro Sérgio Machado Pereira
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, Brasil

Leonardo Freire Marino
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Letícia Cristina Alcântara Rodrigues
Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett
Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Luiz Eduardo Neves dos Santos
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Maikel Pons Giralt
Universidade de Santa Cruz do Sul, Brasil

Manoel Augusto Polastreli Barbosa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Márcia Alves da Silva
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Marcio Bernardino Sirino
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos
Universidad Internacional Iberoamericana del Mexico, México

Marcos Uzel Pereira da Silva
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Marcus Fernando da Silva Praxedes
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Brasil

Maria Edith Maroca de Avelar
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva
Instituto Federal do Piauí, Brasil

Marines Rute de Oliveira
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Mauricio José de Souza Neto
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Mauricio José de Souza Neto
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai
Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neide Araujo Castilho Teno
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Brasil

Neli Maria Mengalli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Bieging
Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Patrícia Helena dos Santos Carneiro
Universidade Federal de Rondônia, Brasil

Rainei Rodrigues Jadejiski
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Raul Inácio Busarello
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Ricardo Luiz de Bittencourt
Universidade do Extremo Sul Catarinense, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Robson Teles Gomes
Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho
Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama
Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tatiana da Costa Jansen
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Tayson Ribeiro Teles
Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto
Universidade Estadual de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Vanessa de Sales Marruche
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues
Universidade Estadual do Centro Oeste, Brasil

Vania Ribas Ulbricht
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Vinicius da Silva Freitas
Centro Universitário Vale do Cricaré, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Wenis Vargas de Carvalho
Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alcidinei Dias Alves
Logos University International, Estados Unidos

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Artur Pires de Camargos Júnior
Universidade do Vale do Sapucaí, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo B. Alves
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Davi Fernandes Costa
Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, Brasil

Denilson Marques dos Santos
Universidade do Estado do Pará, Brasil

Domingos Aparecido dos Reis
Must University, Estados Unidos

Edson Vieira da Silva de Camargos
Logos University International, Estados Unidos

Edwins de Moura Ramires
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Elisiene Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabete de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Jonas Lacchini
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes
Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Nívea Consuêlo Carvalho dos Santos
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo
Universidade Paulista, Brasil

Rayner do Nascimento Souza
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Sidney Pereira Da Silva
Stockholm University, Suécia

Suélen Rodrigues de Freitas Costa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Walmir Fernandes Pereira
Miami University of Science and Technology, Estados Unidos

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

SUMÁRIO

Agradecimentos 14

Apresentação 15

Maria Aparecida Ferreira Menezes Suassuna
Prefácio 16

CAPÍTULO **1**

Ricardo Francisco Sarmento dos Santos
Maria Jamylle das Chagas Aguiar
Alessandra de Souza Abreu
Karla Marques Vieira
Maria Clara Alves Pereira
Leilane Cristina Oliveira Pereira
Revisão de literatura sobre a dislexia no processo de aprendizagem em escolas 17

CAPÍTULO **2**

Lucas Barbosa Josué
Aryadne Simões de Farias Mascarenha
Ana Soiany de Oliveira Silva
Thays Alves de Abrantes
Cristiana Pereira Alexandre
Yasmin Marques de Queiroga Sousa
Leilane Cristina Oliveira Pereira
Contribuições científicas acerca do Transtorno de Déficit de Atenção e/ou Hiperatividade (TDAH):
uma revisão sistemática de literatura 31

CAPÍTULO **3**

Nayane dos Santos Silva
Maria Izabel Diniz Gomes
Pedro Kauã Cartaxo de Oliveira
Francisco Tarcio Silva
Yasmin Marques de Queiroga Sousa
Leilane Cristina Oliveira Pereira

Políticas públicas e educação especial:
a escolarização brasileira e os seus desafios **48**

CAPÍTULO **4**

Jennifer Figueiredo Vieira
Andrêssa Tomaz da Silva
Lucas Gabriel Ferreira Santana
Ronaldo Gabryel Moreira da Silva Dantas
Maria Clara Alves Pereira
Leilane Cristina Oliveira Pereira

A influência da violência
e do preconceito no contexto escolar:
uma revisão de literatura..... **65**

CAPÍTULO **5**

Caroline Vitória Dantas Cassiano
Ismenia Lorrane Rodrigues François
Maria Clara Alves Pereira
Leilane Cristina Oliveira Pereira

Medicalização na aprendizagem..... **81**

CAPÍTULO **6**

Géssica Alves Jorge
Hillary Moura Barros
Jéssica Berto de Araújo
Leilane Cristina Oliveira Pereira

Dificuldades na aprendizagem
a pandemia da COVID-19:
revisão de literatura..... **95**

CAPÍTULO **7**

Maria Luiza Bezerra Félix
Maria Samara Ellen Formiga Querino
Tárcilla Lauanne de Sousa Santos
Thaynara Hellen da Silva Ribeiro
Maria Clara Alves Pereira
Leilane Cristina Oliveira Pereira

Revisão de literatura sobre autismo e COVID **111**

CAPÍTULO **8**

Felipe da Silva Lopes
Ingrid Maria Pereira Soares
Maria Rita Pereira Rodrigues
Yasmin Marques de Queiroga Sousa
Leilane Cristina Oliveira Pereira

Através do espectro: análise bibliográfica referente à inclusão escolar de crianças com TEA **127**

CAPÍTULO **9**

José Carlos Tavares Cavalcanti
Maria Isabel Teles Sobreira
Brida Rafaela Oliveira Freitas
Arthur de Oliveira Bezerra
Maria das Graças Tavares de Luna
Leilane Cristina Oliveira Pereira

A arte como auxílio na clínica do autismo: revisão sistemática da literatura **143**

CAPÍTULO **10**

Hellen Jhecy Lopes Araujo
Ingrid Rauana Alves Diniz Marinho
Jéssica Karen Ferreira de Medeiros
Lívia Batista Soares
Luana Santos da Silva
Mirelly Pedrosa Lima
Leilane Cristina Oliveira Pereira

Arte e envelhecimento: arte na qualidade de vida do idoso uma revisão sistemática da literatura **160**

CAPÍTULO **11**

Yasmin Marques de Queiroga Sousa
Maria Clara Alves Pereira
Gustavo Pinheiro Duarte Alves
Maria das Graças Lima Barbosa
Christiny de Alcantâra Ricarte Cavalcante
Simone Pinheiro Alves
Leilane Cristina Oliveira Pereira

Violência obstétrica:
uma revisão baseada na sistemática de literatura..... **177**

Sobre as organizadoras..... **193**

Sobre os autores **194**

Índice remissivo..... **199**

Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção.

Paulo Freire

AGRADECIMENTOS

Agradecemos, em primeiro lugar, às nossas famílias e amigos, que sempre investiram em nossos estudos e nos apoiaram em cada etapa desse caminho. Seu incentivo e presença foram essenciais para que este trabalho se tornasse realidade.

Nossa gratidão ao Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM), instituição onde trabalhamos e estudamos, e a todos que fazem parte dela — funcionários, docentes e discentes — pelo compromisso com o ensino, a pesquisa e a formação acadêmica. Um agradecimento especial à coordenadora do curso de Psicologia, Maria Aparecida Ferreira Menezes Suassuna, pelo apoio e incentivo ao desenvolvimento deste projeto.

Também expressamos nosso reconhecimento a todos os autores e pesquisadores que compartilharam seus estudos e reflexões. Sem suas investigações e produções acadêmicas, não teríamos os alicerces necessários para a construção deste livro.

APRESENTAÇÃO

Este livro é resultado de um processo de ensino e aprendizagem colaborativo, desenvolvido na disciplina de Pesquisa em Psicologia do curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM), em Cajazeiras, no Alto Sertão paraibano. A obra reúne capítulos escritos por alunos, orientados pela professora da disciplina com o apoio das monitoras, refletindo um compromisso com a produção acadêmica e a aplicação do conhecimento psicológico em diferentes contextos.

Os 10 capítulos exploram temas que dialogam com a educação, a saúde e o desenvolvimento humano, abordando desde dificuldades de aprendizagem, como dislexia e TDAH, até questões amplas como políticas públicas educacionais e os impactos da pandemia na escola. Além disso, temas como autismo, medicalização, arte na educação e no envelhecimento, bem como a violência na escola e a violência obstétrica, são tratados com profundidade e sensibilidade.

Esta publicação foi viabilizada por meio do autofinanciamento da professora e dos alunos envolvidos no projeto, demonstrando o compromisso coletivo com a disseminação do conhecimento. A proposta desta obra é ampliar a compreensão sobre esses temas e contribuir para a atuação de profissionais de diversas áreas, oferecendo reflexões fundamentadas e acessíveis a educadores, psicólogos, profissionais da saúde e demais interessados.

PREFÁCIO

A pesquisa em Psicologia é um pilar essencial para a construção do conhecimento e para a qualificação da prática profissional. No Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM), essa convicção se traduz no compromisso de docentes e alunos com a investigação científica, refletindo-se em iniciativas como esta obra, fruto da disciplina de Pesquisa em Psicologia, sob a orientação da professora Leilane Cristina Oliveira Pereira.

O livro que o leitor tem em mãos é mais do que um conjunto de capítulos acadêmicos; ele representa o empenho coletivo na busca pela compreensão dos fenômenos psicológicos em diferentes contextos. A diversidade dos temas abordados — que vão desde dificuldades de aprendizagem até questões como violência escolar e políticas públicas educacionais — demonstra não apenas a relevância social das pesquisas, mas também a maturidade intelectual dos alunos que participaram deste processo.

A iniciativa de viabilizar esta publicação por meio do autofinanciamento ressalta o compromisso dos envolvidos com a democratização do conhecimento. Ao reunir reflexões embasadas e acessíveis, este livro se torna uma valiosa contribuição para educadores, psicólogos e profissionais da saúde, ampliando diálogos e estimulando novas investigações.

É uma satisfação prefaciar esta obra e reconhecer o mérito de cada estudante e da docente que, com dedicação e rigor científico, tornam a pesquisa um instrumento transformador. Que esta leitura inspire novas inquietações e contribua para um olhar cada vez mais crítico e reflexivo sobre os desafios da Psicologia contemporânea.

Maria Aparecida Ferreira Menezes Suassuna
Professora e Coordenadora do curso do Psicologia – UNIFSM

1

Ricardo Francisco Sarmento dos Santos
Maria Jamylle das Chagas Aguiar
Alessandra de Souza Abreu
Karla Marques Vieira
Maria Clara Alves Pereira
Leilane Cristina Oliveira Pereira

REVISÃO DE LITERATURA SOBRE A DISLEXIA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM EM ESCOLAS

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-360-8.1

INTRODUÇÃO

O presente projeto tem como objetivo abordar a dislexia no contexto do processo de aprendizagem de crianças e adolescentes nas escolas públicas e privadas. A dislexia é caracterizada como um distúrbio específico da aprendizagem, prejudicando a aquisição de leitura e escrita, com um desempenho inferior ao esperado para a idade cronológica e o nível intelectual do indivíduo, o que resulta em prejuízos no rendimento educacional ou profissional (Wells, 2019). Com base nisso, a pesquisa objetiva analisar as dificuldades enfrentadas pelos escolares com dislexia com base em uma revisão da literatura.

Tendo em vista que cerca de 20% da população mundial é diagnosticada com dislexia, a pesquisa se justifica pela necessidade de um olhar cuidadoso sobre esses indivíduos, que deve ir além do tratamento médico ou fonológico, incluindo também o aspecto social e emocional (American Psychological Association, 2013). Essa abordagem é essencial para a socialização e acolhimento dos afetados, visando a compreensão do impacto da dislexia no processo de aprendizagem.

Dessa forma, Oliveira e Lacerda (2018) afirmam que a dislexia começou a ser estudada sob a perspectiva da neurologia, com ênfase na anatomia e fisiologia do sistema nervoso central, após lesões cerebrais provocadas por acidentes, como AVC, acidentes de trabalho ou de guerra. Moysés e Collares (1992) destacam que, no passado, a dislexia era vista apenas sob o prisma da neurologia, o que acarretava preconceitos e estigmas sociais, além de uma visão limitada sobre o transtorno.

Portanto, é importante destacar que, no que diz respeito ao diagnóstico da dislexia, é fundamental discutir as etapas de identificação e avaliação do transtorno no contexto educacional.

Inicialmente, o acolhimento do indivíduo deve ser feito por meio da escuta, observação e análise das queixas, sinais e sintomas apresentados. Em seguida, uma avaliação formal deve ser realizada por meio de testes específicos, criação de um plano de tratamento individualizado, e observação das potencialidades e dificuldades (ABD, 2016).

METÓDO

A presente pesquisa qualifica-se como uma pesquisa de natureza básica, com objetivo exploratório e quantitativo. Quanto à natureza, Prodanov e Freitas (2003) afirmam que uma pesquisa de natureza básica tem como propósito proporcionar novos conhecimentos para o avanço científico, sem uma aplicação prática prévia. Quanto ao objetivo, uma pesquisa exploratória visa discutir, elucidar e reajustar conceitos e ideias, com o intuito de formular hipóteses e problemas mais específicos para estudos posteriores (Gil, 2008).

Sobre a forma de abordagem do problema, Mezzabora e Monteiro (2009) afirmam que uma pesquisa quantitativa é extremamente descritiva, e o pesquisador sempre buscará obter o maior grau possível de precisão em seus dados, garantindo, dessa forma, a confiabilidade de sua pesquisa. Esses autores também afirmam que uma descrição rigorosa é essencial para caracterizar uma pesquisa quantitativa. Além disso, cabe ressaltar que este projeto foi elaborado com base em uma revisão bibliográfica. Marconi e Lakatos (2017) descrevem a revisão bibliográfica como um tipo específico de produção científica, que se baseia em textos como artigos científicos, resumos, livros, dicionários, enciclopédias, entre outros.

Com o propósito de elaborar este projeto, foram utilizadas duas bases de dados eletrônicos: o SCIELO e a BVS, em que foi aplicado apenas o seguinte descritor: "Dislexia". Este projeto foi realizado

ao longo de um ano, sendo executado de fevereiro a dezembro de 2024. Durante esse período, os resultados dos trabalhos foram avaliados com base em critérios específicos, para decidir quais seriam incluídos e quais seriam excluídos.

Os critérios de inclusão utilizados para esta pesquisa abrangem artigos científicos publicados entre os anos de 2019 e 2024, em língua portuguesa, disponíveis em bases de dados científicas e que estejam alinhados com o objetivo do estudo. Inicialmente, foram identificados e salvos artigos relevantes, que, em seguida, foram analisados de forma mais aprofundada para determinar quais seriam considerados essenciais. Já os critérios de exclusão foram definidos conforme o processo anterior. Dessa forma, artigos que não atendem à demanda estabelecida, como aqueles que não correspondem à temática abordada, que sejam defesa de tese ou que estejam em formato bibliográfico, foram excluídos.

Portanto, após a análise e revisão do material, foram selecionados os artigos cujas temáticas e relevância contribuirão mais significativamente para o desenvolvimento do projeto. Dessa forma, busca-se trazer à tona as contribuições de autores relevantes na área, com o objetivo de reunir o melhor de cada um, alinhando as perspectivas dos objetivos propostos com o conteúdo explorado nos artigos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A busca pelos Resultados se deu por meio de (1) pesquisa nas bases de dados e depois por exclusões, que foram organizadas pelos critérios de (2) Estarem em língua Estrangeira e logo depois por (3) não estarem publicados entre os últimos cinco anos, ou seja, 2019 até 2024, posteriormente analisou-se os textos que (4) estariam em duplicatas nas duas bases de dados e por fim, também foram

descartados (5) artigos que não acometiam a contribuição com o objetivo da pesquisa. Após investigação, (6) todos os artigos eleitos até o momento foram ponderados, restando, portanto, o total de 10 (dez) artigos os quais integram esse projeto.

Dentro os critérios de exclusão, verificou-se que artigos já entre critérios de Língua Portuguesa e que estão publicados nos últimos cinco anos nas plataformas de busca, dessa forma, configurou-se na retirada de um deles para que apenas uma obra fosse selecionada. Além disso, também se foi observado a presença de artigos que, mesmo com os filtros, não falavam sobre o público escolhido, sendo eles escolares, ou, se referiam a outras áreas do conhecimento não abordada pelo projeto e, com isso, estavam fora do objetivo da pesquisa, e consequentemente foram descartados.

Tabela 1 - Artigos selecionados na base de dados

BASE DE DADOS	REFERÊNCIAS	OBJETIVOS	RESULTADOS
SCIELO	MARTINS, R. A. *et al.* **Remediação fonológica em escolares com TDAH e dislexia**. CoDAS, v. 32, n. 5, 2020.	Comparar o desempenho no processamento fonológico, velocidade de leitura e compreensão de texto antes e após um programa de remediação fonológica em escolares com TDAH e dislexia.	Foi possível notar diferenças significativas nas avaliações antes e depois da intervenção, tanto no reconhecimento de sílabas e sons quanto na velocidade de leitura e compreensão de texto.
SCIELO	SANTOS, B. DOS; CAPELLINI, S. A. **Programa de remediação com a nomeação rápida e leitura para escolares com dislexia**: elaboração e significância clínica. CoDAS, v. 32, n. 3, 2020.	Elaborar um programa de remediação com a nomeação rápida e leitura, bem como verificar a significância clínica da aplicação do programa elaborado em escolares com dislexia.	Após a intervenção, houve uma melhora significativa na maioria dos alunos em habilidades de leitura, como repetição de não palavras, consciência fonológica e leitura de pseudopalavras e palavras reais.

BASE DE DADOS	REFERÊNCIAS	OBJETIVOS	RESULTADOS
SCIELO	MARTINS, L. Z.; CÁRNIO, M. S. **Compreensão de leitura em disléxicos após programa de intervenção**. CoDAS, v. 32, n. 1, 2020.	Elaborar um programa terapêutico fonoaudiológico e verificar seus efeitos na compreensão de leitura de escolares disléxicos.	Os escolares demonstraram melhora significativa na compreensão leitora no pós-teste, tanto no preenchimento com a Técnica de Cloze quanto nas respostas e no nível de compreensão de leitura.
SCIELO	BASSÔA, A. *et al.* **Escala para rastreio de dislexia do desenvolvimento**: evidências de validade e fidedignidade. CoDAS, v. 33, n. 2, 2021.	Investigar validade e fidedignidade de uma escala de rastreio para dislexia do desenvolvimento (DD) no ensino fundamental preenchida por professores.	Os resultados mostram que a ELE (Escala de Leitura e Escrita) é eficaz para medir dislexia, com boa consistência interna, validade convergente moderada e estabilidade ao longo do tempo.
BVS	SANTOS, N. L. dos; CARDOSO, M. H.; CAPELLINI, S. A. **A velocidade e legibilidade da escrita manual de disléxicos em tarefas de cópia**. Distúrbios da Comunicação, [*S. l.*], v. 33, n. 2, p. 315–321, 2021.	Correlacionar as habilidades de leitura e as queixas relacionadas à leitura de estudantes do terceiro ano do ensino fundamental.	O estudo mostrou que os alunos típicos escrevem mais rápido que os disléxicos. Ambos conseguiram aumentar a velocidade de escrita, mas os disléxicos perderam qualidade ao tentar escrever mais rápido.
BVS	YAMAURA, L.P. M.; HAYDU, B. Ensino de leitura para crianças com dislexia e com risco de dislexia. *In*: **Rev. CES psicol**, p. 89–117, 2021.	Visou avaliar os efeitos do procedimento Constructed Response Matching to Sample (CRMTS) com oralização fluente e escandida de palavras sobre o desempenho de leitura de crianças com dislexia e com risco de dislexia.	A aplicação do procedimento CRMTS mostrou que a oralização fluente e escandida de palavras melhora a leitura de crianças com dislexia, indicando que os estímulos são influentes nesse processo.

BASE DE DADOS	REFERÊNCIAS	OBJETIVOS	RESULTADOS
BVS	DINIZ, J. M.; CORREA, J.; MOUSINHO, R. **Perfil cognitivo de crianças com dislexia e de crianças com TDAH**. Psicopedagogia, p. 18–28, 2020.	Traçar o perfil cognitivo de crianças com dislexia e de crianças com Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), com idades entre 6 a 8 anos.	A pesquisa, usando o teste de inteligência Wechsler, mostrou que crianças com TDAH têm dificuldade de organização, enquanto as com dislexia apresentam problemas na memória operacional.
BVS	CIDRIM, L.; PEREIRA, N.; MADEIRO, F. **Elaboração de uma lista de palavras no âmbito da ortografia para escolares com dislexia**: "Dyslexic Sight Words". Psicopedagogia, p. 5– 17, 2021.	Atendeu ao objetivo ao ser composta de palavras frequentemente escritas de modo incorreto por escolares com dislexia.	Notou-se diferença significativa no desempenho do grupo com dislexia (GD) e no grupo sem (GSD), sendo perceptível que o grupo GD escreveu um número maior de palavras incorretas que o GSD.
BVS	SILVA, C.; CAPELLINI, S. A. **Indicadores cognitivolinguístico em escolares com transtorno fonológico de risco para a dislexia**. Distúrb. comun, p. 428–436, 2019.	Identificar os indicadores cognitivolinguístico em escolares com transtorno fonológico de risco para a dislexia.	Notou-se que os alunos sem transtorno fonológico tiveram desempenho significativamente superior aos alunos com transtorno fonológico e risco de dislexia em várias habilidades, como leitura e escrita.
BVS	ROMERO, M. de V.; MOTA, H. B.; NÓRO, L. A.; SANTOS FILHA, V. A. V. dos. **Relação entre avaliações de leitura em escolares e queixas relatadas pelos responsáveis**. Distúrbios da Comunicação, [S. l.], v. 33, n. 1, p. 153–160, 2021	Correlacionar as habilidades de leitura e as queixas relacionadas à leitura de estudantes do terceiro ano do ensino fundamental.	Houve 37,5% de queixas relacionadas à leitura, principalmente leitura lenta. Os acertos foram maiores em estímulos regulares, com fluência variando entre 0 e 45. A compreensão leitora foi alta, sem diferença entre questões inferenciais e literais, e houve correlação entre habilidades de leitura e a queixa "não lê".

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Martins *et al.* (2020), focam em um programa de remediação fonológica para escolares com TDAH e dislexia, que antes da aplicação do teste apresentava maior dificuldade no reconhecimento de sílabas, a velocidade de leitura e a compreensão de texto. Dessa forma, percebe-se o quanto possíveis dificuldades acompanham juntas, tanto para o TDAH, tanto para a dislexia. Complementando então essa ideia, é possível destacar que, de acordo com Zuanetti *et al.* (2023), o TDAH e a dislexia são condições que possuem sinais relacionados a atrasos e dificuldades no processo de aprendizagem da escrita. Dessa forma, pode-se dizer que esses transtornos apresentam sintomas equivalente.

Santos e Capellini (2020) demonstraram o desenvolvimento positivo de 5 escolares em resposta à intervenção aplicada por elas em habilidades relacionadas à leitura. De maneira similar, Martins e Cármio (2020) verificaram a significativa melhora dos estudantes disléxicos no pós-teste na compreensão da leitura após o programa terapêutico. De maneira análoga, Frank (2003) afirma que a dislexia não se trata somente de um problema na leitura, tendo em vista que o transtorno impacta outros aspectos do cotidiano do disléxico, como na escrita, na administração de tempo e nas relações espaciais. Partindo dos tópicos explanados, é possível perceber que as intervenções para pessoas disléxicas não devem limitar-se a lidar com os problemas de leitura, sendo necessário fortalecer outros aspectos prejudicados pela dislexia.

Os resultados apresentados por Bassôa *et al.* (2021) trazem uma contribuição importante para a identificação e monitoramento da dislexia, pois, através da elaboração da Escala de Leitura e Escrita (ELE), foi possível detectar dificuldades significativas de nove crianças entre um total de 95. Portanto, de acordo com Medda *et al.* (2024), em seu estudo que, se trata de um programa de intervenção em dificuldades de leitura e escrita, o qual favoreceu a identificação de crianças com perfil em risco para dislexia. Dessa forma, tendo em conta as abordagens apresentadas pelos autores, evidencia-se que

a aplicação de intervenções adequadas pode contribuir de forma significativa para identificar possíveis sinais da dislexia.

Santos, Cardoso e Capellini (2021) relatam em seu estudo a comparação das caligrafias legíveis e ilegíveis de escolares disléxicos e típicos, sendo analisadas pelo DASH a velocidade em tarefas 1 e 3. Nas palavras ilegíveis/minuto os disléxicos obtiveram uma maior porcentagem. Jutel (2009) diz que o diagnóstico atua como uma organização das doenças, determinando as abordagens para o tratamento e a forma como elas são interpretadas. Assim, fazendo a associação entre esses dois pontos, o diagnóstico explica o motivo pelo qual a caligrafia desses indivíduos frequentemente apresenta ser ilegível. Com a identificação desses problemas, torna-se eficiente a busca de uma intervenção para tratar essa problemática referente a escrita e permitir uma aprendizagem adequada para disléxicos.

Kintsch e Van Dikj (1978), discorrem em sua obra sobre sinais que a dislexia apresenta, sendo a falta de compreensão de texto uma delas, e Yamaura *et al.* (2021), vai dizer em seu estudo que crianças com dislexia no processo de leitura apresentam maior dificuldade de concentração se estiverem em condições de grande estímulo. Organizando ambas as ideias, é possível compreender que tanto a compreensão do texto tanto a leitura (parte fundamental para compreensão) precisam de um grau de concentração, e já que é uma dificuldade, necessita ser observada, desenvolvendo ambientes mais desestimulantes para gerar ainda mais qualidade de ensino.

Diniz *et al.* (2020), realiza uma análise do grau cognitivo entre crianças com TDAH e com dislexia, resultando que as acometidas com TDAH têm problemas com a organização e as com Dislexia, possuem dificuldades com a memória operacional. Mesmo que a memória operacional seja um fator que se possa apresentar na Dislexia, de acordo com Magno (2020), os sintomas dela são: déficits na escrita, na leitura e na compreensão de textos. Sendo assim, as ideias se contradizem quando comparadas. Complementando então,

Lamego e Moreira (2019) vai alertar sobre o diagnóstico como passaporte para o reconhecimento das experiências da dislexia, mesmo que se assemelhe, precisa ser diagnosticado para não haver confusões e ausência de aprendizagem.

Cidrim *et al.* (2021) abordou em seu estudo que alunos com dislexia apresentam maiores dificuldades em comparação aos alunos que não têm o transtorno de aprendizagem. Desse modo, levando-se em consideração as palavras de outro autor, a ideia não é diferente. Dito isso, Germano e Capellini (2011) conceituam em seu estudo que as dificuldades de aprendizagem consistem em uma variedade de manifestações que resultam em desempenho acadêmico inferior, especialmente nas áreas de leitura, escrita e matemática. Tendo em vista as ideias apresentadas pelos autores, é notório que alunos com esse tipo de transtorno, apresentam maiores dificuldades em relação aqueles que não possuem.

Silva e Capellini (2019) mostraram, em sua pesquisa, os prejuízos que um escolar com risco de dislexia pode apresentar na vida acadêmica de um estudante prejudicando suas capacidades de leitura e escrita, em comparação com crianças sem transtornos fonológicos. No entanto, é importante ressaltar que, a dislexia não apresenta impactos na inteligência do disléxico (Germano *et al.,* 2013 *apud* Lyon *et al.*, 2003). Levando em conta as ideias expostas pelos autores, conclui-se que as dificuldades demonstradas por pessoas disléxicas não possuem ligação com a inteligência do indivíduo.

Romero *et al.* (2021) relataram em seu estudo, o tipo de análise detalhada para avaliar a leitura dos indivíduos e as queixas apresentadas pelos pais. Os métodos utilizados foram os testes de Kruskal-Wallis e Mann-Whitney, que se mostraram eficazes na comparação de grupos. De acordo com Oliveira, Germano e Capellini (2017) esses testes podem ser facilmente adaptados para plataformas computadorizadas, aumentando a acessibilidade e a praticidade dos processos de avaliação. Assim, os autores complementam

os trabalhos de Romero, comprovando a idéia de que esses testes apresentam resultados realistas e seguros, o que é fundamental para um diagnóstico mais preciso. Essa abordagem pode contribuir significativamente para a identificação de dificuldades de aprendizagem e para o desenvolvimento de intervenções mais eficazes.

Para além, fazendo um copilado das ideias apresentadas, nota-se que o maior foco dos pesquisadores está na condição física, se entrelaçando de forma médica para obter melhorias na fala, leitura e demais pontos. Dessa forma, atribui-se grande importância ao trabalho até então realizado, identificando pontos colaboradores para o desenvolvimento da educação daqueles que necessitam de uma intervenção prolongada e adaptada, nesse caso, os acometidos pela dislexia. No entanto, se enxerga ainda a ausência de resultados colaboradores com enfoque psicológico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando aquilo que é primordial nessa pesquisa, tem-se que seu objetivo é: Analisar as problemáticas dos escolares com o transtorno de dislexia dentro das condições variadas existentes através da revisão da literatura. Trazendo, pois, uma visão das dificuldades que enfrentam os escolares nas redes de ensino, tratando o sujeito com dislexia e tudo que a envolve. E, dessa forma, pesquisar e observar como a dislexia afeta a vida dos escolares, tendo como principal queixa a dificuldade de leitura. Sendo assim, tem-se como objetivo, analisar as problemáticas dos escolares com o transtorno de dislexia dentro das condições variadas existentes através da revisão de literatura.

Após o uso das plataformas eletrônicas de busca, obteve-se material suficiente para gerar resultados colaborativos para a pesquisa.

Por conseguinte, observou-se que em sua maioria, as informações eram de caráter médico ou com intuito de remediações, fazendo testes e pesquisas, a fim de entender e qualificar as informações sobre o Transtorno de Dislexia e dessa maneira atualizar os tratamentos e os saberes para entender como lidar até chegar a uma possível cura que possibilitará a qualidade de vida de cada escolar e outros que também são acometidos.

Nota-se que em meio a tantos pontos citados nos resultados, um que melhor se destaca é o de Romero *et al.* (2021) quando traz as queixas que mais são relatadas entrelaçando com um teste para identificar se de fato são apresentadas nas crianças com dislexia. Observa-se então que, mesmo que haja um intuito medicinal para ser comprovado, há também uma preocupação com relação ao saber que compromete os acometidos, ou seja, os escolares. Dessa forma, esse resultado é considerado como aquele que mais tem relevância pois apresenta maior interesse nos indivíduos e não apenas na problemática central, isso acontece quando se busca os saberes dos cuidadores que observam mais de perto os sintomas manifestados.

Aponta-se como dificuldade a falta de textos que falem sobre as consequências direta dos problemas secundários, como a baixa autoestima, em relação ao transtorno, sendo notada a imprescindibilidade de pesquisas sobre o assunto, visando entender melhor como esses fatores influenciam a forma como a dislexia atinge o indivíduo, tendo em vista a grande relevância desse tópico para o desenvolvimento de uma intervenção adequada, proporcionando, assim o tratamento para o indivíduo.

Dessa maneira, essa revisão atingiu seu objetivo e apresentou, por meio da literatura existente (os artigos encontrados), as problemáticas que afligem escolares com dislexia no ambiente acadêmico. Assim, conclui-se que a dislexia impacta diretamente a vida dos escolares, e isso pode comprometer significativamente o desempenho acadêmico destes, caso não haja uma intervenção

adequada. Além disso, pontua-se brevemente a repercussão que este transtorno traz na vida do indivíduo fora do senso comum, como na autoestima e nas relações sociais.

E por fim, nota-se que existe uma demanda substancial pelo estudo da dislexia em diferentes campos, considerando que o tratamento requer a atuação de uma equipe multidisciplinar.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Dislexia (ABD). **Como é feito o Diagnóstico?** 2016. Disponível em: https://www.dislexia.org.br/como-e-feito-o-diagnostico/.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, Fifth Edition (DSM-V)**. Arlington, VA: American Psychiatric Association, 2013.

CAPELLINI, S. A.; GERMANO, G. D. **Performance of students with dyslexia, learning disabilities and learning difficulties in metaphonological abilities tests (PROHFON)**. Jornal da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, 2011.

FREITAS, E. C.; PRODANOV, C. C. **Metodologia de Trabalho Científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale; 2013.

FRANK, R. **A vida secreta das crianças com dislexia.** São Paulo: M. Books do Brasil, 2003.

GERMANO, G. D.; PINHEIRO, F. H.; CAPELLINI, S. A. **Desempenho de escolares com dislexia**: programas de intervenção metalinguístico e de leitura. Psicol. argum, p. 11–22, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas; 2008.

JUTEL, A. **Sociology of diagnosis: a preliminary review**. Sociology of Health & Illness. OxfordUK, v. 31, n. 2, p. 278-99, 2009.

LAMEGO, D. T. D. A. C.; MOREIRA, M. C. N. **O diagnóstico como "passaporte" para reconhecimento e significação das experiências na dislexia**. Physis (Rio de Janeiro, Brazil), v. 29, n. 3, 2019.

LACERDA, C. B. F.; OLIVEIRA, P. de. **A trajetória histórica dos estudos e pesquisas sobre a dislexia**: a busca pela compreensão do fenômeno. Distúrbios da Comunicação, [S. l.], v. 30, n. 4, p. 791–801, 2018. DOI: 10.23925/2176-2724.2018v30i4p791-801. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/dic/article/view/32408.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas; 2017.

MARADEI, A. P. P. C.; MAIA, G. S. A.; SEABRA, M. A. B. Dislexia: das dificuldades ao desenvolvimento de potencialidades. In: SEABRA, M. A. B. **Distúrbios e transtornos de aprendizagem**: aspectos teóricos, metodológicos e educacionais. Curitiba, 2020.

MEDDA, M. G.; *et al*. **Resposta à intervenção como estratégia de identificação do risco para dislexia**. CoDAS, 2024.

MEZZABORA, O., MONTEIRO, C. S. **Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito**. 5. ed. São Paulo: Saraiva; 2009.

MOYSES, M.A.A & COLLARES, C.A.L **A história não contada dos distúrbios de aprendizagem**. Cadernos CEDE, Campinas (28) 31-41, 1992.

OLIVEIRA, A. M.; GERMANO, G. D.; CAPELLINI, S. A. **Desempenho de escolares com dificuldades de aprendizagem em programa computadorizado de intervenção metafonológica e leitura**. Psicologia Argumento, [*S. l.*], v. 33, n. 80, 2017. DOI: 10.7213/psicol.argum.33.080.AO01.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia de Trabalho Científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale; 2013.

WELLS, R. H. C. *et al*. **CID-10**: classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde. (2019).

YAMAURA, L.P. M.; HAYDU, B. **Ensino de leitura para crianças com dislexia e com risco de dislexia.** Rev. CES psicol, p. 89–117, 2021.

ZUANETTI, P. A.; *et al*. **Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) versus Transtorno Específico de Aprendizagem - Subtipo Leitura (Dislexia)**: desempenho em tarefas de escrita. Revista CEFAC, 2023.

2

Lucas Barbosa Josué
Aryadne Simões de Farias Mascarenha
Ana Soiany de Oliveira Silva
Thays Alves de Abrantes
Cristiana Pereira Alexandre
Yasmin Marques de Queiroga Sousa
Leilane Cristina Oliveira Pereira

CONTRIBUIÇÕES CIENTÍFICAS ACERCA DO TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E/OU HIPERATIVIDADE (TDAH):

UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-360-8.2

INTRODUÇÃO

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), o Transtorno de Déficit de Atenção e/ou Hiperatividade (TDAH) é um distúrbio do neurodesenvolvimento que se manifesta por um padrão de sintomas contínuo de: desatenção, hiperatividade e impulsividade. Esta condição é complexa e multifacetada, afetando indivíduos em todo o mundo e em todas as esferas da vida. Levantamentos demográficos indicam que o TDAH é prevalente em quase todas as culturas (American Psychiatric Association, 2014).

Apesar da prevalência significativa e do impacto substancial do TDAH na vida dos indivíduos afetados, muitos aspectos desse transtorno ainda são mal compreendidos. As causas do TDAH permanecem incertas, embora a pesquisa sugira que fatores genéticos e ambientais tenham uma importância significativa (Faraone *et al.*, 2005). Além disso, o diagnóstico do TDAH é baseado em fatores clínicos que devem ser observados com cautela, podendo ser desafiadores, devido à variabilidade na apresentação dos sintomas entre diferentes indivíduos (Willcutt *et al.*, 2012).

O tratamento do TDAH envolve intervenções farmacológicas, psicoterapêuticas e psicoeducacionais, adaptadas às necessidades e características de cada indivíduo e de sua família (Barkley, 2015). A razão para esta abordagem é que o indivíduo com TDAH necessita de cuidados especiais em várias situações, seja em casa, na escola ou na interação social, os sintomas podem ser desafiadores para as pessoas com quem convivem, tornando a colaboração deles mais difícil de ser alcançada. Isso ressalta a importância de uma intervenção abrangente para o problema (Silva, 2003).

Ao inserir o estudo do TDAH no currículo acadêmico, os estudantes da disciplina de Pesquisa em Psicologia têm a oportunidade

de ter uma visão ampla da temática, podendo entender a profundidade de um transtorno tão complexo, permitindo a desmistificação de conceitos equivocados e exploração da vivência desse transtorno em diferentes faixas etárias, como também a promoção de abordagens eficazes para diagnósticos e suporte, proporcionando o entendimento de suas causas subjacentes, bem como de intervenções eficazes que oportunize a formação de profissionais qualificados e preparados para essa demanda, contribuindo assim, para o bem-estar daqueles que possuem esse transtorno.

Além disso, ao abordar o TDAH, a pesquisa torna-se relevante devido a publicização, podendo ser mais um dado para consulta e, possivelmente, para intervenção psicológica a partir dos resultados encontrados na promoção da saúde mental dentro e fora do ambiente acadêmico. Por fim, a pesquisa possui como objetivo analisar as contribuições científicas existentes sobre o TDAH por meio de uma revisão baseada em uma revisão sistemática de literatura.

MÉTODO

O artigo tratou-se de uma pesquisa de natureza básica, que gera novos conhecimentos para um maior e melhor avanço da ciência no mundo (Nascimento; Souza, 2016). Com o objetivo exploratório, que requer conhecer a realidade do problema indicado pelo pesquisador, focando em um maior entendimento, podendo torná-lo mais compreensível e com fundamentos sobre a situação problema enfrentada pelo explorador e também o aprimoramento das ideias (Gil, 2002).

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foram utilizadas as bases de dados eletrônicos: SciELO e BVS, nas quais, foram empregados os seguintes termos: “TDAH” AND “Transtorno de Déficit de

Atenção e Hiperatividade". Esta busca foi conduzida durante o ano de 2024, especificamente no intervalo de tempo que se estende de fevereiro a outubro. A obtenção dos resultados baseou-se na análise dos trabalhos selecionados, levando em consideração critérios específicos de inclusão e exclusão. Estes critérios foram aplicados para garantir a relevância e a validade dos trabalhos escolhidos para a pesquisa.

Sobre os critérios de inclusão, foram incluídos artigos científicos que estavam publicados e acessíveis em sua totalidade nas bases de dados científicas especificadas; no entanto, para as análise e discussões, foram priorizados artigos originários do Brasil que foram publicados nos últimos 5 anos, que correspondem ao período de 2019 a 2024, redigidos na língua portuguesa; e temática alinha-se com os objetivos propostos por esta investigação científica.

Com relação aos critérios de exclusão adotados neste estudo, foram eliminadas todas as publicações que se repetiam e aquelas que não correspondiam aos objetivos delineados. A análise do material bibliográfico coletado envolveu uma avaliação criteriosa do conteúdo apresentado em cada documento, com o intuito de estabelecer uma conexão direta com o objetivo explicitado neste projeto de pesquisa. Tal processo objetivou destacar e discutir as contribuições individuais de cada autor, elucidando sua importância e aplicabilidade no contexto da temática investigada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, foram realizadas buscas nas bases de dados BVS e SCielo, resultando em um total de 39.050 artigos encontrados. Foram aplicados critérios de exclusão em várias etapas:

14.053 artigos foram removidos por não estarem disponíveis integralmente, 24.369 por estarem em língua estrangeira, 514 por serem datados antes do período selecionado, 12 por não serem revisões de literatura, restando 92 artigos, e logo após uma análise de títulos e resumos, constatou-se que muitos artigos se repetiam em bases de dados diferentes e não se alinhavam com o objetivo da pesquisa, desta maneira, ao final, oselecionamos 10 artigos para comporem a revisão. Os artigos selecionados por meio desta pesquisa foram analisados integralmente, possibilitando assim considerar com clareza as diversas afirmações feitas pelos autores. Nesse sentido, essas afirmações serão discutidas ao longo desta pesquisa, de um modo mais sistemático e aprofundado. A Tabela 1 traz informações essenciais destes artigos escolhidos, o que permite já trazer à consciência aquilo que será abordado em sua essência.

Tabela 1 - Descrição dos resultados dos artigos selecionados

Base de dados	Objetivo	Referências
BVS	Tem como objetivo, investigar o processo de tomada de decisão no tratamento de crianças com indicadores de TDAH a partir da percepção dos profissionais de serviço público de saúde mental e o envolvimento dos usuários e familiares nas decisões do tratamento.	MANARA, Kalil Maihub; PICCININI, Cesar Augusto. **A tomada de decisão no tratamento de crianças com indicadores de TDAH.** Psicologia em Estudo, v. 29, p. e55617, 2024.
BVS	É um estudo comparativo entre dois casos de crianças diagnosticadas inicialmente com TDAH. Tal estudo conduz à afirmação de que esta psicopatologia é composta por uma série de sintomas que podem ser considerados manifestações do inconsciente na psicomotricidade.	ROSA, Miriam Izolina Padoin Dalla; ROCHA, Geovane dos Santos da. Estudo psicanalítico sobre Transtorno de Déficit de Atenção e/ou Hiperatividade (TDAH) na infância. *In:* **Cad. Psicanál. (CPRJ)**, Rio de Janeiro, v. 42 n. 43, p. 249-264, jul./dez. 2020.

Base de dados	Objetivo	Referências
SciELO	Tem como objetivo discutir a presença do mínimo ético da beneficência nas diretrizes de inclusão dos alunos com TDAH, adotada pelo estado de Santa Catarina, pioneiro em diretrizes norteadoras de inclusão.	PAES, S. S. M.; RENK, V. E.; SIMÃO-SILVA, D. P. **A inclusão de alunos com TDAH – um decênio das diretrizes de Educação Especial em Santa Catarina: um modelo de beneficência?** Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 30, n. 114, p. 254–273, jan. 2022.
SciELO	O presente estudo teve como objetivo verificar a extensão desses prejuízos no desempenho aritmético, comparando estudantes com sintomas de TDAH com o de seus pares sem TDAH.	SPERAFICO, Y.L.S. *et al.* Desempenho em Aritmética de Estudantes com e sem Sintomas de TDAH. *In:* **Psico-USF, Bragança Paulista**, v. 26, n. 4, p. 645-657, out./dez. 2021.
SciELO	Tem como objetivo contribuir com uma articulação teórico-empírica acerca da perpetuação dos estereótipos de gênero na educação.	GARBARINO, M. I. Queixa escolar e gênero: a (des)construção de estereótipos na educação. *In:* **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, p. e260011, 19 mar. 2021.
SciELO	O objetivo foi investigar a influência de variáveis cognitivas na leitura de crianças com desenvolvimento típico e em crianças com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH).	SCHMITT, J. C.; JUSTI, F. R. DOS R. **A Influência de Variáveis Cognitivas e do TDAH na Leitura de Crianças**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 37, 2021.
SciELO	O objetivo é mostrar alguns recursos digitais que podem incentivar estes alunos a ler e escrever a partir da educação remota.	GONÇALVES, S.; FERREIRA, B. E. B. **A convergência tecnológica e digital, o ensino remoto emergencial e os alunos com TDAH que frequentam os anos finais do ensino fundamental.** Texto Livre: Linguagem e Tecnologia, v. 14, n. 1, p. e25043, 29 abr. 2021.
SciELO	O objetivo deste trabalho é analisar implicações subjetivas decorrentes do processo de patologização da educação.	SIGNOR, R. DE C. F.; SANTANA, A. P. DE O. A constituição da subjetividade na criança com diagnóstico de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade. *In:* **Bakhtiniana:** Revista de Estudos do Discurso, v. 15, n. 2, p. 210–228, jun. 2020.

Base de dados	Objetivo	Referências
SciELO	Almeja-se explorar a conjuntura da sociedade contemporânea, que articula o domínio sobre o corpo, a "mente" e as emoções para conferir sentido às condutas, crenças e desejos coletivos e individuais.	BARBARINI, T. DE A. CORPOS, "Mentes", Emoções: Uma Análise Sobre TDAH E Socialização Infantil. *In:* **Psicologia & Sociedade**, v. 32, 2020.
BVS	O objetivo deste estudo é descrever características e escores da QV de dados da linha de base de uma amostra clínica de indivíduos adultos, participantes de ensaio clínico randomizado controlado do uso de estimulação transcraniana por corrente contínua no TDAH.	CERQUEIRA, G. L. C.; SENA, E. P. DE. Qualidade de vida em adultos com Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade. *In:* **Rev. Ciênc. Méd. Biol**. (Impr.), p. 577–586, 2020.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em relação as suas considerações finais na pesquisa sobre o estudo psicanalítico de TDAH na infância, realizado com os relatos clínicos de Flash e Quick, os cientistas Rosa e Rocha (2020) certificam que a literatura apresentada no DSM-5: Os sinais e sintomas do TDAH compõem concretamente os aspectos expostos desta psicopatologia, sendo necessários analisá- los para a realização de um diagnóstico. No entanto, quando as dificuldades na constituição subjetiva da criança são investigadas, abrem-se possibilidades de que os comportamentos são próprios da infância, ou seja, provenientes das relações subjetivas da criança com o outro, não são vistos como psicopatológicos, concluindo que desatenção e a hiperatividade na visão da psicanálise, não compõem nenhuma novidade do século XXI: a psicanálise as considera formas subjetivas de construir um corpo simbólico e expressar-se de maneira instável.

Rotta, Ohlweillern e Riesgo (2006) falam sobre a complexidade do TDAH e suas causas neurobiológicas e também a necessidade de um tratamento que considere múltiplos aspectos e uma abordagem holística. Rosa e Rocha (2020) ressaltam a importância

de considerar as interações subjetivas das crianças, sugerindo que os comportamentos de desatenção e hiperatividade podem não ser necessariamente patológicos. Destacando a necessidade da compreensão aprofundada do contexto social e subjetivo no momento do diagnóstico do transtorno de déficit de atenção e\ou hiperatividade.

Signor e Santana (2020) abordam a importância de não rotular e medicalizar a infância, questionando práticas que excluem crianças com comportamentos considerados "desviantes", como Miguel, uma criança com um histórico de maus tratos, que em vez de receber apoio emocional foi encaminhada para o diagnóstico do TDAH. Argumenta-se que tais comportamentos podem ser respostas a experiências emocionais complexas e não necessariamente indicativos de patologias. Defendendo uma educação inclusiva, valorizando as conquistas dos alunos e promovendo um ambiente escolar sem rótulos.

A evolução histórica do diagnóstico do TDAH, conforme descrito por Caliman (2010), revela como as crianças acabaram sendo rotuladas ao longo do tempo, em consequência de comportamentos que não se encaixavam dentro das normas sociais predominantes. Essa tendência à rotulação é criticada por Signor e Santana (2020), quando argumentam que a medicalização da infância pode excluir crianças que são diagnosticadas ligeiramente, ignorando as complexidades de suas experiências emocionais.

Garbarino (2021) realizou uma análise de 142 fichas de matrícula em um programa de extensão universitário que realizou intervenções com crianças com queixa escolar do período de 2011 a 2014. Constatou-se que quase o triplo dos participantes eram meninos. Esse dado sugere uma maior prevalência masculina no fracasso escolar e uma busca maior em questões de saúde mental. A análise de gênero em relação às formas de resolução de conflitos cognitivos revela que frequência de todos os itens é maior entre os meninos: envolvimento (19% a mais) e impulsividade (16% a mais),

seguidas de dispersão (14% a mais) e rapidez para começar (13% a mais). Esses dados convergem com a literatura sobre o diagnóstico de TDAH, que tem mostrado maiores índices de desatenção para as meninas e hiperatividade nos meninos.

Os resultados de Garbarino (2021) mostram que meninos são mais prevalentes em queixas escolares e buscam mais ajuda em questões de saúde mental, com maiores índices de envolvimento, impulsividade, dispersão e rapidez para começar, características associadas ao TDAH. Esses comportamentos dificultam a realização de tarefas simples e a capacidade de ouvir atentamente, conforme descrito por Pereira (2014), prejudicando a vida escolar e as relações sociais das crianças, o que pode levar ao surgimento de novos transtornos na adolescência e na vida adulta.

Sperafico *et al.* (2021) promoveram uma avaliação comparativa do desempenho em aritmética de 540 crianças entre 7 e 8 anos de escolas públicas de Porto Alegre. Dentre os participantes, apenas 93 possuíam o TDAH. O desempenho das crianças foi avaliado usando o Subteste de Aritmética do Teste de Rendimento Escolar. De acordo com os resultados, constatou-se que as crianças com TDAH cometeram mais erros de procedimentos, desempenhando assim abaixo do que era esperado em relação ao grupo controle. Esses erros incluem erros de procedimento, cálculo, leitura e atenção. Porém, alguns desses erros também estão presentes com certa frequência no grupo controle, desse modo, sugerindo que as dificuldades não são exclusivas da condição de transtorno.

De acordo com Mattos (2020), os indivíduos com TDAH podem ter mais dificuldades na sua vida acadêmica no geral, as queixas sobre os sintomas são percebidas ainda no ambiente escolar mas também no profissional, social e familiar. Sperafico *et al.* (2021), foi a prática e conseguiu uma comprovação dessa teoria ao promover uma avaliação de desempenho aritmético com 540 crianças de escolas públicas de Porto Alegre, entre os participantes, havia

93 crianças com TDAH e a avaliação ocorreu sendo utilizado um subteste de aritmética do teste de rendimento escolar. De acordo com o resultado da pesquisa, os alunos com TDAH tiveram mais dificuldades e cometeram mais erros no procedimento, assim, mostrando um desempenho muito abaixo dos resultados esperados e em comparação aos outros alunos.

De acordo com o resultado da pesquisa de Manara e Piccinini (2024), sobre a tomada de decisão no tratamento de crianças com indicadores de TDAH, após a discussão com os profissionais da área, suas respostas foram analisadas buscando identificar e dar significado. As respostas foram divididas em dois eixos: eixo 1: "tomada de decisão no tratamento", para o grupo de pacientes com indicadores de TDAH, o tratamento é com atendimento psiquiátrico, voltados para o ajuste da medicação, pacientes com TDAH e com comportamento agressivo e opositor, são incluídas as oficinas terapêuticas com foco nas comorbidades e em casos graves, é considerado o atendimento psicológico individual. O eixo 2: "participação dos usuários e familiares nas decisões", costumam ser de maneira indireta, as opiniões dos usuários são ouvidas após as decisões terapêuticas já estarem tomadas.

Portanto, sugerindo o tratamento com o atendimento psiquiátrico, bem como a inclusão em oficinas terapêuticas com foco nas comorbidades e em casos graves, sendo considerado o atendimento psicológico individual, também discutindo a participação dos familiares. Brown (2013) traz métodos de intervenção que são pertinentes a pessoas diagnosticadas com TDAH, como técnicas de gerenciamento de tempo, uso de alertas, lembretes, listas, reforço positivo, assim como ideias ao social como a disponibilidade de suporte, de espaços livres de distrações e uso da tecnologia para esses fins específicos.

Nas considerações finais do artigo dos pesquisadores Paes, Renk e Silva (2020), ao reconhecer as particularidades dos alunos

que possuem TDAH e considerar as suas diferenças, os profissionais da Educação estarão colocando em prática o artigo 11º da DUBDH, da não discriminação e não estigmatização, além de não causar o mal-estar ou danos à saúde mental do aluno (UNESCO, 2005). A presente pesquisa aponta que os docentes têm o dever de atuar em um ambiente formativo, de maneira que as consequências de sua prática pedagógica não afetem e não prejudique o aprendizado do aluno com TDAH que está na sala de aula, o acolhendo, compreendendo e o aceitando. O professor torna-se intencionalmente assertivo ao princípio de beneficência, promovendo uma qualidade de vida mais digna, já que esse aluno se encontra vulnerável.

Silva (2003) fala sobre a alteração da atenção que é o sintoma mais característico quando falamos de TDAH. Para uma pessoa com o transtorno manter a sua concentração em um determinado contexto por muito tempo é algo extremamente desafiador. No social, acaba acontecendo várias situações desconfortáveis na escola com os colegas e professores o que acaba afetando o emocional do aluno. Paes, Renk e Silva (2020), falam que o ato do professor reconhecer as particularidades e considerar as diferenças dos alunos com TDAH, é um ato de empatia com o aluno e coloca em prática também o artigo 11º da DUBDH, da não discriminação e não estigmatização.

Gonçalves e Ferreira (2021) destacam em seu estudo guiado por pesquisas feitas por alguns estudiosos das áreas de leitura, alfabetização e educação mediada, a importância do uso de suportes multimodais e Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação para alunos com necessidades educacionais específicas, como o TDAH, no Ensino Remoto Emergencial. Ressaltando também a promoção de ambientes inclusivos e novas tecnologias, é essencial para melhorar a interação dos alunos com o universo digital, assim facilitando a inclusão e adaptação ao aprendizado remoto e às novas práticas de leitura e escrita.

Ladewig (2000) diz que o processo de aprendizagem ocorre por meio de uma absorção de dados, que posteriormente são interpretadas, através da escolha e codificação do estímulo recebido. No entanto, a atenção exerce papel crucial para a aprendizagem. Com isso, Gonçalves e Ferreira (2021) destacam, a importância do uso de suportes multimodais e tecnologias de informação e comunicação para alunos com dificuldades e necessidades específicas na escola, como o TDAH, ressaltando também a importância de ambientes inclusivos e novas tecnologias que é essencial para melhorar a interação dos alunos com o universo digital, assim, facilitando a inclusão e adaptação ao aprendizado remoto e às novas práticas de leitura e escrita.

Schmitt e Justi (2021) realizaram um estudo acerca das influências nas variáveis cognitivas e na leitura de 70 crianças do 2° ao 7° ano do ensino fundamental em escolas do interior de Minas Gerais, em que 35 crianças possuíam diagnóstico de TDAH e se subdividiam entre crianças que faziam o uso de medicação ou não, as restantes tinham função de controle. Para isso, utilizaram os testes de consciência fonológica, quociente de inteligência (QI), atenção, leitura, entre outros, bem como a escala SNAP- IV. A análise dos resultados indicou que o TDAH influenciou apenas na habilidade de compreensão de leitura. A pesquisa também sugere que essa relação se constitui provavelmente através dos componentes de função executiva.

A pesquisa de Schmitt e Justi (2021) confirma que o TDAH afeta a compreensão de leitura em crianças, alinhando-se com a descrição de Strick (2007) sobre as dificuldades de atenção e foco associadas ao transtorno. Schmitt e Justi observaram que o TDAH influencia a leitura através dos componentes de função executiva, sem impactar uniformemente outras áreas como a hiperatividade.

Cerqueira e Sena (2020) trazem um estudo relacionado à qualidade de vida dos adultos com TDAH, dado início com 73 indivíduos selecionados, no qual após o processo de exclusão, 13 não

atenderam aos critérios de inclusão. As informações presentes no estudo relatam que a idade média dos participantes era de 32,5 anos. Sendo em sua maioria feminina (53,3%), constando também que a sua maioria possuía ensino médio incompleto. Em termos de qualidade de vida medida pelo AAQoL (escala de autorrelato para TDAH), a pontuação média foi de 42,9, indicando comprometimento global. Dentro das subescalas apresentadas, "Relacionamentos" demonstrou maior comprometimento, seguida por "Produtividade". As subescalas "Saúde Psicológica" e "Perspectiva de Vida" apresentaram melhores escores. O estudo promovido destaca a importância do acompanhamento contínuo e os desafios enfrentados pelos indivíduos com TDAH, enfatizando a necessidade de tratamento adequado e suporte para uma melhor qualidade de vida.

Barkley (2015) destaca quão comprometida é a qualidade de vida de adultos diagnosticados com TDAH que vivem em constante estresse, podendo apresentar dificuldades de organização, gerenciamento de tempo e no mercado de trabalho. Cerqueira e Sena (2020) trazem à tona a importância do acompanhamento contínuo e apoio quanto aos desafios enfrentados pelas pessoas com TDAH, através de um estudo relacionado à qualidade de vida dos adultos diagnosticados com TDAH, o qual resultou na conclusão que a qualidade de vida está comprometida globalmente.

A Doutora Barbarini (2020) discutiu o TDAH como um fenômeno que reflete normas e condutas sociais na socialização precoce, com foco nas questões de gênero e estigma, através do estudo de dois trabalhos de campo, realizados em um ambulatório de psiquiatria infantil e em escolas brasileiras. Apresenta a ideia de que o TDAH, para ser amplamente divulgado e abordado na sociedade contemporânea, principalmente ao uso de medicamentos como a Ritalina, consolida a relação entre o cérebro, a mente e os comportamentos sociais. Todavia, não é o objetivo da autora afirmar se considerações psiquiátricas são verídicas ou não, mas sim trazer um olhar além do diagnóstico para as crianças que o recebem, destacando também a complexidade das

relações sociais envolvidas no diagnóstico e tratamento do TDAH, oferecendo uma análise crítica das normas que definem o que é considerado típico ou patológico no comportamento infantil.

Cunha (2015) disserta sobre como os fatores ambientais compartilham de uma certa responsabilidade de causa na manifestação dos sintomas do TDAH, juntamente com as causas neurobiológicas, como estressores, traumas infantis e entre outros citados. Em concordância, a análise de Barbarini (2020) também considera o TDAH como um fenômeno social influenciado por normas e estigmas, enfatizando a necessidade de uma crítica às expectativas sociais e de gênero em relação ao comportamento infantil.

Considerando esses resultados, a pesquisa destaca que, além dos sinais e sintomas do TDAH descritos no DSM-5, é crucial considerar as interações subjetivas das crianças. Comportamentos como desatenção e hiperatividade podem refletir experiências emocionais complexas, não necessariamente patológicas. Há uma tendência de diagnóstico excessivo, especialmente em meninos, o que sugere a necessidade de uma abordagem multidisciplinar que considere fatores neurobiológicos, sociais e emocionais no tratamento do TDAH. Essa abordagem integrada visa melhorar a qualidade de vida e evitar a rotulação inadequada das crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi apresentado, o estudo teve como objetivo analisar as contribuições científicas sobre o TDAH, por meio de uma revisão sistemática de literatura. Foi possível identificar e consolidar pesquisas relevantes para a compreensão do transtorno, que é complexo e afeta significativamente a vida dos diagnosticados, exigindo cuidados especiais em casa, na escola e nas interações sociais.

Apesar de sua grande prevalência, o transtorno ainda possui muitos aspectos mal compreendidos acerca de si.

É relevante destacar que nem todo comportamento impulsivo ou desviante é necessariamente patológico. É importante evitar rotulações e focar no acompanhamento com profissionais de saúde mental desde a infância. Crianças com TDAH enfrentam dificuldades na escola, requerendo atenção especial dos professores. O acompanhamento deve continuar na adolescência e vida adulta devido aos desafios de desatenção, gestão de tempo e organização que podem se intensificar. Professores devem considerar as particularidades dos alunos com TDAH para melhorar a qualidade da aprendizagem. Isso contribui para uma melhor qualidade de vida acadêmica, pois auxilia os alunos em suas demandas específicas, promovendo uma educação mais inclusiva e eficaz.

Com isso, o objetivo de ampliar a compreensão sobre o TDAH foi alcançado ao destacar não apenas suas características e desafios, mas também as abordagens eficazes para o meio acadêmico, mostrando no percurso, como o processo de abordagem multimodal, que combina intervenções, farmacológicas psicoterapêuticas e psicoeducacionais como são adaptadas às necessidades e características de cada indivíduo. Assim, chega à conclusão que estes aspectos neurobiológicos é algo que pode contribuir para a formação universitária e qualificação profissionais preparando para as demandas das temáticas de TDAH. Foi possível desmistificar a condição, a importância do diagnóstico e tratamento adequado e promover uma visão mais positiva e inclusiva sobre as capacidades e potencialidade das pessoas com TDAH.

Dessa forma, conclui-se que o valor prático desta pesquisa é imensurável e se trata de um momento indispensável na vida dos estudantes do curso de psicologia, visto que a teoria estudada e metodologia aprendida será utilizada posteriormente, na vida profissional deles. Essas vivências enriquecem o entendimento dos futuros

profissionais sobre a complexidade das condições psicológicas, além de desenvolverem suas habilidades práticas e reflexivas. A aplicação desse conhecimento na vida profissional será essencial para o diagnóstico e tratamento eficazes, contribuindo significativamente para a formação de psicólogos competentes e preparados para enfrentar os desafios do campo da saúde mental. Assim, a pesquisa não apenas consolida os conhecimentos adquiridos, mas também prepara os estudantes para contribuir de maneira significativa na prática profissional.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION *et al.* **DSM-5:** Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. Artmed Editora, 2014.

BARKLEY, Russell A. **Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade**: Manual para Diagnóstico e Tratamento. 4. ed. Artmed Editora, 2015.

BARBARINI, T. DE A. CORPOS, "Mentes", Emoções: Uma Análise Sobre TDAH E Socialização Infantil. *In:* **Psicologia & Sociedade**, v. 32, 2020.

BROWN, T. E. **Um Novo Entendimento do TDAH em Crianças e Adultos**: Deficiências nas Funções Executivas. Artmed Editora, 2013.

CALIMAN, Luciana Vieira. Notas sobre a história oficial do transtorno do déficit de atenção/hiperatividade TDAH. *In:* **Psicologia:** ciência e profissão, v. 30, p. 46-61, 2010.

CERQUEIRA, G. L. C.; SENA, E. P. DE. Qualidade de vida em adultos com Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade. *In:* **Rev. Ciênc. Méd. Biol**. (Impr.), p. 577–586, 2020.

CUNHA, M. B. **Contribuições do ambiente familiar para o desenvolvimento do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) em crianças**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, Brasil. 2015.

GARBARINO, M. I. Queixa escolar e gênero: a (des)construção de estereótipos na educação. *In:* **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, p. e260011, 19 mar. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, S.; FERREIRA, B. E. B. A convergência tecnológica e digital, o ensino remoto emergencial e os alunos com TDAH que frequentam os anos finais do ensino fundamental. *In:* **Texto Livre:** Linguagem e Tecnologia, v. 14, n. 1, p. e25043, 29 abr. 2021.

LADEWIG, I. A importância da atenção na aprendizagem de habilidades motoras. *In:* **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, v. 3, p. 62-71, 2000.

MANARA, Kalil Maihub; PICCININI, Cesar Augusto. A tomada de decisão no tratamento de crianças com indicadores de TDAH. *In:* **Psicologia em Estudo**, v. 29, p. e55617, 202.

MATTOS, Paulo. **No mundo da lua 100 perguntas e respostas sobre o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH).** 17. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. ISBN 978-85-5130-825-7.

NASCIMENTO, F. P., SOUSA, F. L. L. **Metodologia da Pesquisa Científica:** teoria e prática – como elaborar TCC. Brasília: Thesaurus, 2016.

PAES, S. S. M.; RENK, V. E.; SIMÃO-SILVA, D. P. A inclusão de alunos com TDAH – um decênio das diretrizes de Educação Especial em Santa Catarina: um modelo de beneficência? *In:* **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 30, n. 114, p. 254–273, jan. 2022.

PEREIRA, Edjamabia Alves. **Transtorno do déficit de atenção e hiperatividade**: uma leitura psicopedagógica. 2014.

ROSA, Miriam Izolina Padoin Dalla; ROCHA, Geovane dos Santos da. **Estudo psicanalítico sobre Transtorno de Déficit de Atenção e/ou Hiperatividade (TDAH) na infância**. Cad. Psicanál. (CPRJ), Rio de Janeiro, 2022.

ROTTA, N; OHLWEILER, L; RIESGO, R. **Transtornos da Aprendizagem**: abordagem neurobiológica e multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SCHMITT, J. C.; JUSTI, F. R. DOS R. A Influência de Variáveis Cognitivas e do TDAH na Leitura de Crianças. *In:* **Psicologia:** Teoria e Pesquisa, v. 37, 2021.

3

Nayane dos Santos Silva
Maria Izabel Diniz Gomes
Pedro Kauã Cartaxo de Oliveira
Francisco Tarcio Silva
Yasmin Marques de Queiroga Sousa
Leilane Cristina Oliveira Pereira

POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO ESPECIAL:

A ESCOLARIZAÇÃO BRASILEIRA E OS SEUS DESAFIOS

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-360-8.3

INTRODUÇÃO

As políticas públicas compõem um conjunto de processos e ações que promovem a solução de diversos problemas sociais e se caracterizam como uma resposta advinda do Estado perante os impasses enfrentados pelos indivíduos socialmente. Diante desse contexto, pode-se compreender a educação como pauta para atuação de políticas públicas, visto que, no Brasil, é observado um cenário de grande desigualdade quanto à qualidade de ensino, o que exige uma luta constante por uma educação igualitária para todos as pessoas com deficiências e suas variações (Souza, 2018).

Dessa forma, pode-se observar que, nas escolas brasileiras, é de suma importância a pauta da educação especial. Segundo Breitenbach (2017), a educação especial é essencial para a sociedade, pois é um tipo de ensino com modelos e etapas especializados que possibilitam um processo de ensino-aprendizagem mais igualitário, permitindo a inclusão de todos os alunos e sendo adaptado às demandas específicas que cada indivíduo apresenta.

Posto isso, evidencia-se, no contexto brasileiro, que a educação especial alcança uma pequena porcentagem de indivíduos com deficiência, os quais são contemplados com serviços de atendimento na área da educação, assistência social ou reabilitação. Sendo assim, é visível que a etapa de escolarização foi negada para a maior parte das pessoas portadoras de alguma deficiência. Portanto, os debates sobre sistemas de educação inclusiva abordam justamente a defesa da participação de crianças, jovens e adultos deficientes nas escolas e a busca por uma melhor qualidade de ensino (Caiado, 2017).

De acordo com a Lei nº 12.796/2013, art. 58, a educação especial é um direito garantido para todo aluno que apresenta deficiências (auditiva, visual, física ou intelectual), Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), Transtorno do Espectro Autista (TEA), síndrome de Rett, psicose infantil, síndrome de Asperger ou Síndrome

de Kanne, e com altas habilidades ou superdotação. Nesse sentido, a educação, além de ser um direito universal, deve ser transmitida a cada um de modo que suas dificuldades e limitações sejam respeitadas (Breitenbach, 2017).

Ao observar a lacuna existente na educação especial devido à pouca exploração do tema, esta pesquisa tem como objetivo analisar, com base na revisão de literatura, como se dão a atuação e os processos das políticas públicas brasileiras voltadas para a educação especial. Assim, esse estudo busca promover uma maior reflexão social acerca da educação especial no Brasil e analisar como ela é aplicada em sala. Desse modo, espera-se que este trabalho traga mais visibilidade para a questão discutida, haja vista que ele busca destacar o impacto das políticas públicas na educação especial, na qual se evidencia, entre outras questões, a falta de preparação dos profissionais para lidar com as necessidades especiais dos alunos. A pesquisa busca desmistificar barreiras na educação especial e reforça a educação como direito legal.

MÉTODO

O presente artigo se configura como uma pesquisa de natureza básica, que tem por finalidade construir conhecimentos científicos sem uma aplicação prática específica imediata. Assim sendo, esta pesquisa se caracteriza por um objetivo exploratório, viabilizando um melhor entendimento do problema a partir da criação de hipóteses e estratégias que possibilitam uma compreensão mais objetiva. Ademais, ela apresenta caráter quantitativo, uma vez que os resultados encontrados podem ser quantificados (Kaurak; Manhães; Medeiros, 2010).

Tendo como procedimento a pesquisa bibliográfica, a pesquisa se qualifica com base na revisão sistemática da literatura,

formada pela junção de obras de vários autores sobre o assunto abordado, e se deu por meio de buscas em bases de dados acadêmicos, periódicos, livros e outras fontes relevantes de informação. Dessa forma, permite-se aos pesquisadores encontrar informações atualizadas sobre o tema a ser estudado (Gil, 2002).

Para o progresso desta pesquisa, foram utilizadas duas bases de dados eletrônicos: SCIELO e BVS. É válido salientar que foram testados outros termos, até que se encontrasse o que mais trouxesse artigos relevantes para o trabalho. Desse modo, foram usados os seguintes descritores: "Educação especial" e "Políticas públicas". Essa busca ocorreu no segundo semestre do ano de 2024, no mês de setembro, e, para alcançar os resultados do trabalho, foram considerados os critérios específicos de inclusão e exclusão.

Quanto aos critérios de inclusão, foram considerados artigos científicos publicados e disponíveis na íntegra nas bases de dados científicos citadas anteriormente, artigos publicados nos últimos 5 anos (de 2019 a 2024), em língua portuguesa, com títulos e resumos adequados condizentes com o objetivo desta pesquisa. Quanto aos critérios de exclusão, foram descartados todos os estudos repetidos, títulos e resumos inadequados, isto é, que não condizem com o objetivo desta pesquisa, resultando em um produto de revisão sistemática da literatura.

Ademais, no material coletado, buscou-se analisar como funcionam as políticas públicas no que diz respeito à educação especial no Brasil. Dessa forma, este trabalho tem como foco considerações e perspectivas dos autores dos artigos que foram selecionados para a construção da pesquisa, a partir da coleta de dados. A finalidade, portanto, é fornecer uma visão acerca de como são as políticas públicas no Brasil, com foco na educação especial, a fim de propor uma reflexão acerca de sua implementação nas salas de aula e de como se aplica esse tipo de ensino nas escolas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os artigos que obedeceram aos critérios pré-definidos foram sujeitos a uma análise aprofundada e, ao longo deste trabalho, serão discutidas suas considerações e principais resultados encontrados. As informações mais importantes de cada artigo, abrangendo a base de dados utilizada (SCIELO), as referências bibliográficas e o objetivo principal da pesquisa, foram minuciosamente extraídas e agrupadas em uma tabela (Figura 1). Esta tabela serve como um apanhado dos dados que apoiam este estudo.

Tabela 1 - Tabela descritiva dos artigos selecionados

REFERÊNCIAS	OBJETIVOS
SALVINI, R. R.; PONTES, R. P.; RODRIGUES, C. T.; SILVA, M. M. da C. Avaliação do Impacto do Atendimento Educacional Especializado (AEE) sobre a Defasagem Escolar dos Alunos da Educação Especial. **Estudos Econômicos** (São Paulo), v. 49, n. 3, p. 539–568, jul. 2019.	Analisar a influência das políticas públicas voltadas à inclusão escolar e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) sobre os anos de defasagem escolar dos alunos que caracterizam o público-alvo da educação especial.
BAPTISTA, C. R. Política pública, Educação Especial e escolarização no Brasil. **Educação e Pesquisa**, v. 45, p. e217423, 2019.	Analisar a escolarização das pessoas com deficiência no Brasil, considerando, prioritariamente, o período de 2008 a 2018, na política pública que assume a inclusão escolar como diretriz para a ação nos diferentes espaços da gestão educacional.
CASTRO, V. D. B; PRIETO, R. G. Recursos Públicos na Esfera Privada: Política de Educação Especial em um Município Paulista de Grande Porte. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 29, p. e0241, 2023.	Analisar o repasse de recursos financeiros públicos da educação especial para a esfera privada em um município paulista de grande porte, entre 2012 e 2017.
QUEIROZ, J. G. B. de A.; GUERREIRO, E. M. B. R. Política Educacional e Pedagógica da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva na Rede de Ensino Público de Manaus. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 25, n. 2, p. 233–248, abr. 2019.	Analisar a política educacional e pedagógica da educação especial na rede municipal de ensino público de Manaus-AM, à luz da política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

REFERÊNCIAS	OBJETIVOS
MODESTO, M. A.; ARAÚJO, I. R. L. de; MENDONÇA, A. C. S. Desafios e possibilidades para a implementação de uma educação especial e inclusiva na rede estadual de ensino de Sergipe. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 29, p. e0234, 2023.	Apresentar os desafios e as possibilidades que entremeiam a implementação da educação especial e inclusiva no locus supracitado.
ROSA, J. G. L. da; LIMA, L. L. Muda o governo, mudam as políticas? O caso da política nacional de educação especial. **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, p. e270026, 2022.	Analisar a tentativa de mudanças na política nacional de educação especial após as mudanças de governo ocorridas entre 2016 e 2019 no Brasil.
GARCIA, R. M. C.; BARCELOS, L. G. de. A Constituição do Público-Alvo na Política de Educação Especial Brasileira: Movimentos e Disputas no Interior do Estado Integral. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, p. e0170, 2021.	Evidenciar os movimentos políticos e sua participação na constituição do público-alvo das políticas de educação especial no Brasil.
PAES, S. S. M.; RENK, V. E.; SIMÃO-SILVA, D. P. A inclusão de alunos com TDAH – um decênio das diretrizes de Educação Especial em Santa Catarina: um modelo de beneficência? **Ensaio**: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 30, n. 114, p. 254-273, jan. 2022.	Discutir a presença do mínimo ético da beneficência nas diretrizes de inclusão dos alunos com transtorno de déficit de atenção/hiperatividade (TDAH) adotada pelo estado de Santa Catarina.
KASSAR, M. DE C. M.; REBELO, A. S.; OLIVEIRA, R. T. C. de. Embates e disputas na política nacional de Educação Especial brasileira. **Educação e Pesquisa**, v. 45, p. e217170, 2019.	Evidenciar a atuação de diferentes atores na proposição e na implementação da política nacional de educação especial no Brasil.
SCHABBACH, L. M.; ROSA, J. G. L. DA. Segregar ou incluir? Coalizões de defesa, ideias e mudanças na educação especial do Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 55, n. 6, p. 1312–1332, nov. 2021.	Examinar as mudanças na escolarização das pessoas com deficiência (PcD) no Brasil, advindas da difusão de ideias e ações governamentais que introduziram a perspectiva da inclusão na educação especial.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

A pesquisa de Salvini *et al.,* (2019) mostrou que pessoas de cor branca têm maior acessibilidade ao programa Atendimento Educacional Especializado (AEE), que é um serviço prestado pela

educação especial. A pesquisa revelou também que a matrícula na escola pública e o acesso ao transporte escolar público contribuem positivamente para a promoção do AEE, considerando que a maioria das políticas da educação especial são voltadas para as instituições públicas. Outra constatação resultante da pesquisa é a de que morar na zona urbana eleva a probabilidade de participação no referido programa, pois a maior disponibilidade é nos centros urbanos, que é de onde frequentemente se espera mais infraestrutura e profissionais capacitados.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a educação é um direito universal e uma responsabilidade do Estado, a qual deve ser promovida e viabilizada pela colaboração da sociedade. Seu objetivo é promover o crescimento integrado das pessoas, preparando-as para a cidadania e para a sua formação profissional, o que inclui o fornecimento de assistência educacional especializada (AEE) para os alunos com deficiência, especialmente no sistema de ensino regular (Brasil, 1988). Entretanto, os estudos de Salvini *et al.* (2019) apontam que há classes de pessoas que têm mais acesso do que outras aos recursos disponibilizados pelo Estado.

Nesse contexto, é pertinente a menção aos resultados da pesquisa de Baptista (2019), os quais indicam que houve um aumento de 53% das matrículas da educação especial no Brasil nos anos de 2008 a 2018. Esse crescimento foi impulsionado pela expansão das políticas públicas que ocorreram no decorrer do tempo. Portanto, há um claro movimento de intervenção do Estado na política educacional que diz respeito à educação do Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE), evidenciado pela criação de estruturas educacionais públicas especializadas, nas redes estaduais e municipais de ensino.

Inicialmente, de acordo com Baptista (2019), houve um crescimento das matrículas da educação especial entre 2008 e 2018 no Brasil. No entanto, é fundamental ressaltar que, apesar desse

aumento, uma pesquisa realizada por Capellini e Rodrigues (2009), com a participação de 423 professores, revelou que 31% das dificuldades na educação especial estão relacionadas ao próprio professor, especialmente no que diz respeito a aspectos como formação, inclusão e práticas pedagógicas inadequadas. Por meio dessa pesquisa, fica evidente que muitos professores não estão preparados para atender aos alunos que necessitam da educação especial. Portanto, é necessário investir na formação educacional especializada.

Castro e Prieto (2023) expõem, em seu estudo, os resultados de uma pesquisa conduzida em um município paulista de grande porte, onde observaram que, no contexto da política educacional, o próprio governo optou por direcionar investimentos educacionais para o setor privado, em vez de priorizar o setor público, alegando ser difícil manter um gerenciamento sustentável para uma educação especial. Além disso, o governo do município paulista de Grande Porte considera as instituições privadas mais preparadas para ofertar esse tipo de educação, já que dispõem de mais recursos e profissionais especializados.

Por outro lado, Corrêa (2023) ressalta que conquistas legislativas e políticas públicas levaram a muitos avanços positivos na integração da educação regular e especial, principalmente no que se refere ao fato de a educação especial ser reconhecida como uma modalidade educacional. Todavia, é de suma importância enfatizar que, apesar dessas conquistas relacionadas à legislação, a falta de investimento ainda é um grande problema, como demonstram dados levantados por Castro e Prieto (2023), os quais apontam que há uma preferência por investimentos em outros campos da educação especial no setor privado, em detrimento do público.

Acerca da implementação da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, Queiroz e Guerreiro (2019) realizaram uma pesquisa em 13 escolas do município de Manaus-AM, com gestores que dispunham de salas com recursos multifuncionais.

A amostra composta pelos perfis dos gestores revela que 61,5% são do sexo feminino e apenas 38,5% são do gênero masculino, com idades variando entre 41 e 50 anos. Além disso, 61,5% dos gestores estão à frente da gestão de escolas de 4 e 10 anos, e aproximadamente 53,8% têm formação inicial em Pedagogia. Ocorre um grande número de formações em pedagogia devido ao fato da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) considerar, para a ocupação da gestão, professores ou pedagogos habilitados em administração escolar, orientação educacional ou gestão escolar.

Ademais, os dados levantados pelo estudo feito por Queiroz e Guerreiro (2019), no município de Manaus-AM, mostram que os gestores possuem formação em pedagogia e têm experiência na área educacional, porém, como apontado por Miranda e Filho (2012), apenas a formação em pedagogia é insuficiente para lidar com as demandas da educação especial. É necessário que as instituições ofereçam cursos de capacitação e especialização na educação especial voltadas para inclusão, para que esses profissionais, além de aprender a lidar com as demandas que vierem a surgir, possam atualizar suas práticas pedagógicas de acordo com a necessidade dos alunos.

É destacado por Modesto, Araújo e Mendonça (2023) que há uma grande necessidade de recursos e investimentos na formação de professores, sobretudo no que diz respeito à educação especial e à educação inclusiva. O estudo demonstrou que os professores na rede de ensino de Sergipe, que, em sua maioria, apresentaram um entendimento superficial acerca da Educação Especial. Tal fato evidencia a urgência de mais recursos e ações pedagógicas que deem conta adequadamente das demandas dos alunos, e de busca por conhecimento acerca de como as políticas públicas são de extrema importância para a implementação de uma educação inclusiva e de qualidade no ensino.

Mantoan (2003), por sua vez, destaca um fator de grande dificuldade em relação à experiência dos professores nas interações

com os alunos deficientes, pois eles ainda não estão capacitados para essa função. Desse modo, segundo Modesto, Araújo e Mendonça (2023), é imperativa a luta pela implementação de ações pedagógicas na formação de professores, a fim de que se aperfeiçoe a atuação dos profissionais na educação especial.

Rosa e Lima (2022) relatam, em sua pesquisa, uma análise da tentativa de mudança da política nacional de educação especial após as mudanças governamentais ocorridas entre 2016 e 2019 no Brasil. Os resultados indicam que as propostas desse período promoveram a descontinuidade do acesso das pessoas com deficiência à escolarização, haja vista que uma das medidas adotadas por esse governo foi a criação de classes exclusivas para estudantes com deficiência, além da implementação da escolarização "ao longo da vida". Outra proposta foi a de responsabilizar exclusivamente as instituições privadas pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE) e transferir à família a decisão sobre a matrícula na escola regular, o que, na prática, reduzia a responsabilidade do Estado na promoção da educação inclusiva.

Entretanto, ainda segundo Rosa e Lima (2022), após as mudanças que ocorreram no governo entre os períodos de 2016 a 2019 no Brasil, apenas as instituições privadas seriam responsáveis pelo AEE. Desse modo, essa ideia conflita com a Constituição Federal de 1988, pois nela consta que cabe ao Estado garantir aos alunos com deficiência um atendimento educativo adaptado às necessidades de cada indivíduo, o qual é preferencialmente prestado no ensino regular, conforme apontado por Glat e Pletsch (2004).

Segundo Garcia e Barcelos (2021), de acordo com seu estudo sobre os movimentos políticos e na sua participação na constituição do público-alvo das Políticas de Educação Especial no Brasil, tendo como centralidade o conceito de Estado Integral. Destaca-se a análise dos movimentos na disputa pela implementação de políticas da educação especial, que articulam as mudanças nas organizações.

Os movimentos nas políticas públicas de educação especial destacam a criação de órgãos destinados à integração das pessoas com deficiência e à garantia dos seus direitos.

Todavia, Lustosa e Ferreira (2020) destacam o Brasil como um país de legislação de avanço nos direitos das pessoas com deficiência, habilidades/superdotação, transtornos globais do desenvolvimento, que são inseridas na educação especial. Por outro lado, os autores elucidam que ainda não ocorre o reconhecimento desses direitos dos cidadãos. Garcia e Barcelos (2021), por sua vez, apresentam resultados que evidenciam os movimentos políticos e a participação na constituição do público-alvo, direcionando a inclusão e assegurando os direitos. Eles destacam as mudanças no reconhecimento desses direitos nas Políticas de Educação Especial em cenário brasileiro.

Para Paes, Renk e Simão-Silva (2022), a inclusão de uma educação especial nas escolas poderia ser algo mais que um "mínimo ético". Apesar das Diretrizes de educação especial de Santa Catarina tratarem esse assunto como um problema de saúde, as ações ainda são insuficientes e exigem maior comprometimento governamental. Neste contexto, os autores enfatizam a importância da implementação de outros princípios éticos, como a não discriminação, igualdade, solidariedade, segundo a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos.

Em contrapartida, conforme os pesquisadores Paes, Renk e Simão-Silva (2022), é essencial promover a prática de outros princípios éticos, como o não preconceito, a igualdade e a justiça, todos listados na Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos. Igualmente, Aranha (2004) afirma que a legislação e as decisões políticas têm alta relevância na educação especial, no entanto, as ações de todos são cruciais para o desenvolvimento de uma sociedade. Por conseguinte, a inclusão social das pessoas com deficiência só pode ser alcançada com a cooperação de todos.

A pesquisa de Kassar, Rabelo e Oliveira (2019) revelam que, a década de 1980 destacou-se por um momento de lutas na atuação das políticas em diferentes setores do desenvolvimento de políticas públicas de educação especial no cenário brasileiro. Nesse período, destacou-se a atuação de diferentes instituições e especializações técnicas do Ministério da Educação, além de pesquisas no âmbito da educação especial que envolviam coletas de dados por meio da imprensa, refletindo um período de grandes transformações nas práticas educacionais. Desse modo, essas disputas resultaram na construção de novos projetos com o fito de alocar mais recursos para alunos da educação especial.

Kassar, Rabelo e Oliveira (2019) ressaltam, em sua pesquisa, avanços significativos relacionados à elaboração de novos projetos que visavam a conseguir mais recursos para os alunos da educação especial. Apesar desses avanços, Silva *et al.* (2016) evidenciam que também existem retrocessos, pois só a criação de novos projetos não é suficiente. Portanto, é necessário criar uma educação de qualidade para todos e garantir não só o acesso, mas também a permanência e o sucesso dos estudantes.

Schabbach e Rosa (2021) trazem à tona as mudanças que ocorreram na escolarização das pessoas com deficiência (PcD) na sociedade brasileira. Nos resultados, foram destacadas duas coalizões no subsistema: a coalizão do atendimento exclusivo (coalizão 1), que defende a divisão dos alunos de acordo com os tipos de deficiência e as capacidades de aprendizagem, com ênfase na importância do atendimento clínico especializado e das escolas especiais, e, por outro lado, a coalizão da educação inclusiva (coalizão 2), que acredita que todos são capazes de aprender, especialmente quando estão inseridos em classes regulares.

Em consonância com isso, conforme Leite e Oliveira (2017), ao analisar o centro da inclusão na educação escolar, verificou-se que, para ocorrer a inclusão, é necessário promover uma modificação

no setor da educação. Para que essa mudança ocorra, deve-se ampliar as especializações aplicadas ao direito de todos e aos processos inclusivos, acolhendo a participação dos estudantes para o desenvolvimento da educação. Também nesse sentido, Schabbach e Rosa (2021) destacam a importância do ponto de vista em sistemas inclusivos da educação especializada e das escolas especiais, enfatizando que todos são capazes de aprender.

Para finalizar, esses resultados demonstram a necessidade de melhorias na educação especial, especialmente em investimentos na formação contínua de professores, como cursos especializados em educação inclusiva, e na acessibilidade das instituições, garantindo o atendimento inclusivo aos estudantes. É de fundamental importância que o Estado invista na plena efetivação das políticas públicas voltadas para a educação especial e na criação de programas articulados com foco no desenvolvimento educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Faz-se importante enfatizar que esta pesquisa teve como objetivo analisar, com base na revisão de literatura, como se dão a atuação e os processos das políticas públicas brasileiras voltadas para a educação especial. Destaca-se, pois, a relevância das políticas públicas na educação especial, pois ela garante às pessoas com deficiência o direito de acesso ao sistema educacional. Por meio da pesquisa desenvolvida, pôde-se perceber que as políticas aplicadas ainda não são efetuadas, de fato, no contexto escolar: a falta de investimentos ainda é presente, profissionais não têm capacitação necessária para lidar com as demandas.

Dessa maneira, os resultados obtidos demonstram que ainda existem muitos obstáculos para a plena efetivação dessas

políticas. Entre os principais desafios, destacam-se a ausência de acompanhamento e avaliação das políticas públicas nas escolas, o que dificulta a aplicação de ações inclusivas, além da escassez de investimento em estruturas e especialização dos profissionais por parte do Estado. Também se constatou a falta de preparação e de recursos nas instituições de ensino, que não conseguem lidar com a demanda da educação especial e o fato de muitos professores não estarem capacitados para lidar com a subjetividade de cada aluno.

Por conseguinte, as dificuldades encontradas foram relacionadas à escassez de artigos que retratassem os impactos na educação especial voltada para a perspectiva dos alunos e pais. Tornou-se evidente a necessidade de ampliar e desenvolver pesquisas, aprimorando a produção de estudos qualitativos e quantitativos sobre o tema. Esse fortalecimento da base de dados contribuirá para a construção de trabalhos e pesquisas futuras, permitindo compreender como a falta de infraestrutura impacta diretamente não apenas os professores, mas também a vida dos estudantes e de seus responsáveis.

Dessarte, esta revisão atinge os seus objetivos ao apresentar como a literatura corrobora o fator pesquisado, por meio da análise de dados da atuação e dos processos das políticas públicas brasileiras focadas na educação especial. Assim, este artigo destaca as lacunas presentes nas políticas públicas voltadas para a educação especial, nas quais ainda existem problemas significativos em relação à implementação dessas políticas, desde a estrutura e formação até o acesso a uma educação de qualidade para alunos com deficiência.

Diante do exposto, chega-se à conclusão de que esse tema é pertinente para a sociedade brasileira, pois evidencia os direitos das pessoas com deficiência presentes nessas políticas públicas. Além disso, ficam expostos aspectos que precisam de melhorias para uma plena efetivação das políticas públicas na educação especial, como a necessidade de investimentos e de professores mais capacitados.

Por fim, este artigo proporciona maior destaque e relevância para a ciência e a pesquisa no meio acadêmico. A pesquisa almeja o enriquecimento e a conscientização da sociedade sobre a importância da educação inclusiva e o incentivo de debates acadêmicos que transformem o cenário educacional, promovendo uma sociedade mais justa e inclusiva.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. Educação Inclusiva: Transformação Social ou Retórica. *In:* Omote. (Org.). **Inclusão**: intenção e realidade. 1 ed. Marília (SP): FUNDEPE, 2004, v., p. 3760.

BREITENBACH, F. V. **Políticas públicas na educação especial**. 1. ed. Santa Maria-RS:UAB/NTE/UFSM, 2017. 61 p.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidente da República.

BAPTISTA, C. R. Política pública, Educação Especial e escolarização no Brasil. **Educação e pesquisa** [s. l.], v. 45, 2019. DOI: https://doi.org/10.1590/S1678-4634201945217423.

CAPELLINI, V. L. M. F.; RODRIGUES, O. M. P. R. **Concepções de professores acerca dos fatores que dificultam o processo da educação inclusiva**. Educação, Porto Alegre, v. 32, n. 3, p. 355-364, 24 dez. 2009.

CAIADO, K. R. M. Prefácio. *In:* GARCIA, R. M. C. (org.). **Políticas de educação especial no Brasil no início do século XXI**. Florianópolis: UFSC/CED/NUP, 2017. 7-10 p.

CORRÊA, M. A. M. **Educação Especial**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2004.

CASTRO, V. D. B. de; PRIETO, R. G. Recursos Públicos na Esfera Privada: Política de Educação Especial em um Município Paulista de Grande Porte. **Rev. bras. educ. espec.**, [*S. l.*], v. 29, 2023. DOI https://doi.org/10.1590/1980-54702023v29e0241.

GLAT, R.; PLETSCH, M. D. O papel da Universidade em frente as políticas públicas inclusivas. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, p. 1-8, 29 dez. 2004.

GARCIA, R. M. C.; BARCELOS, L. G. de. A Constituição do Público-Alvo na Política de Educação Especial Brasileira: Movimentos e Disputas no Interior do Estado Integral. **Revista Brasileira de Educação Especial** [s. l.], v. 27, 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar um projeto de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002, p. 176.

KAURARK, F. S.; MANHÃES, F. C.; MEDEIROS, C. H. **Metodologia da Pesquisa**: Um guia prático. Itabuna-Bahia: Via Litterarum, 2010. 88 p.

KASSAR, M. C. M.; REBELO, A. S.; OLIVEIRA, R. T. C. de. Embates e disputas na política nacional de Educação Especial brasileira. **Educação e Pesquisa**, [*S. l.*], v. 45, 2019.

LEITE, R. B.; OLIVEIRA, G. F. de. Os Desafios da Educação Especial. ID on-line. **Revista de psicologia,** v. 10, n. 33, p. 347-352, 2017.

LUSTOSA, F. G.; FERREIRA, R. G. Educação inclusiva: reflexões sobre os aparatos legais que garantem os direitos educacionais de estudantes público-alvo da educação especial. **Revista Teoria Jurídica Contemporânea**, Ceará, v. 5, p. 1-23, 9 jul. 2020.

MIRANDA; T. G.; FILHO, T. A. G. Reflexões sobre a formação de professores com vistas à educação inclusiva *In:* MARTIS, L. A. R. **O professor e a educação inclusiva.** 1. ed. Salvador: Edufba, 2012. p. 25-38.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MODESTO, M. A.; ARAÚJO, I. R. L. de; MENDONÇA, A. C. S. Desafios e possibilidades para a implementação de uma educação especial e inclusiva na rede estadual de ensino de Sergipe 1. **Revista Brasileira de Educação Especial** [*S. l.*], v. 29, 2023.

PAES, S. S. M.; RENK, V. E.; SIMÃO-SILVA, D. P. A inclusão de alunos com TDAH – um decênio das diretrizes de Educação Especial em Santa Catarina: um modelo de beneficência? **Ensaio**: Avaliação e Políticas Públicas em Educação [*S. l.*], v. 30, p. 254-273, 2022.

QUEIROZ, J. G. B. A.; GUERREIRO, E. M. B. R. Política Educacional e Pedagógica da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva na Rede de Ensino Público de Manaus. **Revista Brasileira de Educação Especial** [*S. l.*], v. 25, n. 2, p. 233-248, 2019.

ROSA, J. G. L. da; LIMA, L. L. Muda o governo, mudam as políticas? O caso da política nacional de educação especial. **Revista Brasileira de Educação Especial** [s. l.], v. 27, 2022.

SOUZA, C. **Coordenação de políticas públicas**. Brasília-DF: Enap, 2018. 73 p.

SALVINI, R. R.; PONTES, R. P.; RODRIGUES, C. T.; SILVA, M. M. C. Avaliação do Impacto do Atendimento Educacional Especializado (AEE) sobre a Defasagem Escolar dos Alunos da Educação Especial. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 49, n. 3, p. 539-568, 2019.

SCHABBACH, L. M.; ROSA, J. G. L. da. Segregar ou incluir? Coalizões de defesa, ideias e mudanças na educação especial do Brasil. **Rev. Adm. Pública**, [*S. l.*], v. 55, n. 6, p. 1312–1332, 2021. DOI https://doi.org/10.1590/0034-761220210034.

SILVA, C. D. O. *et al.* **A evolução da educação especial no Brasil**: pontos e passos. Anais III CONEDU. Campina Grande: Realize Editora, 2016.

4

Jennifer Figueiredo Vieira
Andrêssa Tomaz da Silva
Lucas Gabriel Ferreira Santana
Ronaldo Gabryel Moreira da Silva Dantas
Maria Clara Alves Pereira
Leilane Cristina Oliveira Pereira

A INFLUÊNCIA DA VIOLÊNCIA E DO PRECONCEITO NO CONTEXTO ESCOLAR:

UMA REVISÃO DE LITERATURA

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-360-8.4

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma revisão de literatura sobre o respectivo tema dos reflexos da violência e preconceito no ambiente escolar, que tem como objetivo geral analisar publicações científicas sobre a violência e o preconceito, bem como essa problemática influencia e afeta o ambiente escolar, com a união de dados referente a essa questão social e como irão refletir na infância e adolescência. Diante desse cenário, a violência caracteriza-se em seus diversos tipos, não estando ligado a nenhum setor específico, por ser uma questão social (Sacramento; Rezende, 2006). No entanto, a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002) classifica-o com o uso da força física ou poder, sendo ela definida pela presença da ameaça ou posto em prática em opressão a um grupo.

Nessa perspectiva, segundo Mezan (1998), o preconceito está associado a união de crenças, atitudes e comportamentos que é atribuído a um grupo como uma característica negativa, criando estigmas sobre ela com a presença de julgamentos negativos, assim, conectando com a violência e sendo um objeto de suas causas, por ser um motivo que baseia as relações humanas (Grosz; Rodriguez, 2021). E desse conceito, parte a ideia a qual ele se iguala com compreensão do bullying, pois a aplicação dela no ambiente – escola – reflete os aspectos sociais, como a cultura, política e econômica, como também, individuais, levando em consideração o cenário de sobrevivência em uma sociedade capitalista (Antunes; Zuin, 2008).

Pode-se destacar a importância de um bom desenvolvimento na fase da infância e da adolescência, na qual, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é tido como criança dos 0 aos 12 anos incompletos e adolescente dos 12 aos 18 anos (Brasil, 1990). Diante desse viés, para Monteiro e Souza (2018), a teoria piagetiana do epistemólogo Jean Piaget (1896 – 1980), classifica os estágios do desenvolvimento cognitivo na fase de crescimento,

a qual, assume um papel de suma importância para a compreensão do mundo social, sendo assim, crianças que convivem com a violência em seu cotidiano apresentam sinais com maior irritabilidade, estresse e raiva, tendo em vista, os mesmos comportamentos dos familiares, já que, o indivíduo constrói-se com base nos seus relacionamentos com o ambiente em que vive (Milot *et al.*, 2010; Brofrenbrenner, 1996).

Partindo desses conceitos, há uma conexão direta com a tese de Bandura (2008), a qual, por meio da observação e modelação os comportamentos, são apresentados e aprendidos, teoria essa, que originou-se a partir dos estudos de B. F. Skinner, sendo pioneiro do *behaviorismo* radical, com o uso de reforços e punições para modelar o comportamento de animais para a realização de comportamentos desejados (Skinner, 2003). Nessa perspectiva, a imitação é um elemento crucial para caracterizar a origem dos comportamentos, pois a partir dela, é utilizada como um "modelo do ideal", ademais, em questão do preconceito, não irá somente apresentar a fala discriminatória, mas também os comportamentos que o modelo realiza, como resultado, o reforço por parte desse exemplo é a relação de afeto entre o modelo e o ser (Bandura, 2008).

A ligação direta entre o comportamento e o seu ambiente faz com que a possibilidade da influência do preconceito e a violência, tal que, ações e discursos que geram indiferença a outro grupo, induzem ao aumento do pensamento discriminatório no sujeito, decerto, introduzidas na terceira infância ao aumento da socialização e a saída da exclusiva bolha familiar. Por conseguinte, acarreta a necessidade de adequação e acolhimento, entretanto, quando há insegurança por parte da criança a seus princípios e o ideal entre certo e errado, ela coage a reagir com esses comportamentos negativos. Sendo assim, a exposição das vivências parte primeiramente da família, e posteriormente na escola, com atitudes relacionadas ao preconceito, normas e regras sociais conduziram a criança no ambiente educacional (Papalia, 2022).

MÉTODO

Este estudo trata-se de uma pesquisa de natureza básica, sendo aquelas que não trabalham com a apresentação de perspectivas de aplicação, com objetivo explicativo, buscando constatar os fatores que originam os elementos estudados e a sua ocorrência (Avila-Pires, 1987; Caleffe e Moreira, 2006). Sendo uma pesquisa de caráter qualitativo, técnica essa que não foca na observação de registros numéricos com dados objetivos, compreendendo aspectos presentes no contexto atual, tendo como procedimento a pesquisa bibliográfica baseada na Revisão Sistemática da Literatura cujo sua definição é a reunião de trabalhos acadêmicos apresentados por uma lógica literária e cronológica dos fatos (Mussi *et al.*, 2020; Galvão e Ricarte, 2019).

Para o desenvolvimento deste trabalho, será usado duas bases de dados eletrônicos: BVS e SCIELO, nas quais, utilizara-se os seguintes descritores e uso do operado booleano "AND": "Problemas Sociais" AND "Escola" – "Bullying" AND "Crianças" AND "Adolescentes" – "Bullying" AND "Agressão" - "Bullying" AND "Violência" AND "Preconceito", como também, a utilização não sucessiva de outras palavras-chave que não conectaram-se com o objetivo dessa pesquisa. Esta busca ocorrerá no ano de 2024, entre os meses de fevereiro e setembro, e para a obtenção do resultado dos trabalhos serão considerados os critérios específicos de inclusão e exclusão.

Diante disso, de acordo com os critérios de inclusão, para obter os resultados desta pesquisa foi necessário que os pesquisadores separassem os artigos que foram lidos integralmente, artigos dos últimos 5 anos, cujo a temática se encaixava com o que estava sendo pesquisado, pesquisas de campo, ademais, temas que encaixavam-se com objetivo desse presente artigo e que seguissem a linha dissertativa criada a partir dele. Dessa forma, usaram os

critérios de exclusão, onde excluíram artigos que não se encaixava com o que estavam sendo abordado e revisões bibliográficas, estes artigos foram separados em uma tabela, onde auxiliaram na pesquisa com mais precisão.

Assim, toda a pesquisa foi elaborada com fontes fáceis de serem encontradas e lidas, buscando sempre uma forma mais simples de abordar tal problemática. Ao longo deste relatório, estará exposto as causas e consequências da agressão no âmbito escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este presente trabalho realiza uma revisão sistemática de literatura do campo de pesquisa bibliográfico sobre os processos discriminatórios do bullying e suas características aos seus envolvidos. Dessa forma, para a realização dessa atividade, foi necessário utilizar os seguintes termos *"Problemas Sociais, Escola, Bullying, Crianças, Adolescentes, Violência, Preconceito"*, usado em combinação e separados por *AND*, foram encontrados 7.769 artigos divididos em duas bases de dados BVS e SCIELO, separados assim, pelo número de trabalhos encontrados em cada busca seguindo por seus descritores.

Nessa perspectiva, seguindo os critérios de inclusão, a qual, o artigo analisado necessitava ser uma pesquisa de campo e os casos estudados possuíssem ligação com o objetivo dessa revisão de literatura, e consequentemente, para ideias de exclusão, são aqueles que trabalham com a pesquisa de artigos dos bancos de dados e que não se encaixam com o tema abordado. Por fim, foram incluídos para a exposição 10 artigos que seguiam todos os parâmetros de inclusão, e assim, todos os dados foram organizados quantificáveis da pesquisa de modo geral, como também, a quantificação dos materiais excluídos, diante disso, serão apresentadas abaixo na Tabela 1, separada por título, referência, objetivo e seu resultado em síntese.

Tabela 1 – Artigos selecionados para os resultados destacados

BASE DE DADOS	REFERÊNCIA	RESULTADOS
BVS	ESTÉVEZ, E.; JIMÉNEZ, T. I.; MORENO,D. Aggressive behavior in adolescence as a predictor of personal, family, and school adjustment problems. **Psicothema**, v. 30, n. 1, 66-73, 2018.	Pessoas do sexo masculino tendem a ter mais comportamentos agressivos, aumentando a probabilidade de baixa empatia, além de problemas escolar e familiar, como comunicação ofensiva e conflitos.
BVS	DIAS, D., ROCHA, M., MOTA, C. P. Bullying em adolescentes do 3° ciclo: Papel da vinculação aos pares no comportamento do agressor e da vítima. *In:* **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 120, 79–104, 2019.	Confiança e alienação destacam-se como características em situações entre o papel de vítimas, promovendo o sentimento de empatia, e o compartilhamento emocional com o papel da comunicação.
SCIELO	REISEN, A.; VIANA, M. C; SANTOS-NETO, E. T.. Bullying entre adolescentes: as vítimas também são agressoras?. *In:* **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 41, n. 6, p. 518–529, nov. 2019.	O tipo de bullying mais frequente é o Verbal e o de menor escala sendo o Sexual, como também, foi analisado que parte dos pesquisados já participaram nos dois papeis de vítima e agressor.
SCIELO	ZEQUINÃO, M. A. *et al.*. Situação Sociométrica de Participantes Envolvidos em Bullying Escolar. *In:* **Paidéia** (Ribeirão Preto), v. 30, p. e3011, 2020.	Os alunos que possuíam "pontuação de *status* positivo" maior que os demais, destacavam-se como os agressores, enquanto os jovens que usufruíam de uma pontuação inferior, as vítimas.
SCIELO	SILVA, C. S. E .; VILELA, E. M.; OLIVEIRA, V. C. DE .. Bullying nas escolas públicas e privadas: os efeitos de gênero, raça e nível socioeconômico. *In:* **Educação e Pesquisa**, v. 50, p. e264614, 2024.	O nível socioeconômico exerce um papel na dinâmica do bullying, assim, alunos de maior poder aquisitivo têm mais propensão a serem agressores, enquanto aqueles de menor nível são mais vulneráveis a serem vítimas.
SCIELO	SILVA, G. R. R. E . *et al.* A influência da violência familiar e entre pares na prática do bullying por adolescentes escolares. *In:* **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 4933–4943, out. 2021.	A prática do bullying foi associada a experiências de violência e discriminação, relacionadas à orientação sexual, aparência e cor da pele, ademais, aponta que agressores já foram vítimas ao menos uma vez.

BASE DE DADOS	REFERÊNCIA	RESULTADOS
BVS	XAVIER, A. F.. A adolescência e os problemas de conduta e agressão no contexto escolar. *In:* **Construção psicopedagógica**, v. 33, n. 34, p. 61-73, 2023.	Fatores influenciam os jovens quando a agressividade está presente nas questões familiares e sociais, eles mostram os mesmos comportamentos de violência dos que convivem.
SCIELO	CHAVES, C. M. C. M. *et al.* Comportamentos Agressivos de Crianças na Escola: Evidência de Validade Interna da EPPCACE. *In:* **Psico-USF**, v. 24, n. 2, p. 259–272, abr. 2019.	A presença da agressividade de modo geral, destinada a violência a diferentes grupos em todo meio educacional, representada por uma série de comportamentos agressivos aos seus colegas.
SCIELO	FERREIRA, D. R.; OLIVEIRA, I. B.; HIGARASHI, I. H.."Eu não sei como eu tenho força pra vir na escola": manifestações e implicações do bullying entre adolescentes escolares. **Saúde e Sociedade**. v. 33, n. 1, 2024.	A presença do bullying estético, homofóbico e de gênero e a necessidade de diálogo interdisciplinar para prevenção e combate, a qual, as violências presentes nas escolas e descritas, mostraram que a persistência deles estimula os atos subversivos.
BVS	TIBIRIÇÁ, V. A.; FARIA, V. G. S.; SILVA, A. L. C.; ALMEIDA, C. S.. Sexualidade e gênero: o que pensam os adolescentes? O papel da escola e sociedade na visão de adolescentes sobre a temática. **Saúde em Redes**, v. 9, n. 2, p. 3955, 2023.	Escolas com pouca infraestrutura, os jovens tinham visão conceitual limitada sobre o assunto, com a persistência de um pensamento desatualizado, todavia, outras escolas que apresentavam uma estrutura de ensino melhor, a linha de pensamento dos alunos não mostrava-se tão restrita.

Fonte: elaborada pelos autores, 2024.

Nessa perspectiva, Estévez *et al.* (2018) revela que pessoas do sexo masculino, tendem a ter mais comportamento agressivo, e com isso aumenta as chances de alta depressão (4,90 vezes), estresse (4,84 vezes) e solidão (2,41 vezes). Também aumenta a probabilidade de baixa empatia, satisfação com a vida e autoestima, além de problemas escolar e familiar, como comunicação ofensiva e conflitos. Para as mulheres, o comportamento agressivo está associado a

um aumento nas chances de depressão (3,44 vezes), estresse (2,73 vezes), solidão (2,35 vezes), baixa autoestima, insatisfação com a vida e empatia reduzida.

Dias *et al*. (2019) realizou sua pesquisa referente a sua relação entre os grupos, caracterizados em Confiança, Comunicação e Alienação, enumeradas para resposta de 1 (nunca) a 5 (sempre), entre os adolescentes obteve-se a média de 4,12, 3,97 e 2,79, respectivamente. Assim, desfrutou da seguinte análise, a qual, confiança e alienação destacam-se como características em situações entre o papel de vítimas, promovendo o sentimento de empatia, e o compartilhamento emocional com o papel da comunicação, enquanto para alienação fornece o isolamento social e a insegurança.

Os papéis de gênero e as expectativas sociais exercem uma forte influência sobre a maneira como a agressividade é expressa. Desde pequenos, muitos meninos são ensinados a serem mais assertivos ou até agressivos, como parte do que se espera de um comportamento "masculino". Como afirma Estévez *et al.* (2018), isso pode criar uma cultura na qual esse tipo de atitude não é tão aceito, enquanto a empatia acaba sendo vista como uma qualidade "menos masculina". Essa visão do que é ser homem pode fazer com que os garotos aprendam a reprimir suas emoções, o que dificulta o desenvolvimento da empatia e de habilidades emocionais mais saudáveis, empatia essa a qual, os resultados de Dias *et al.* (2019) apontam como fundamental para situações de bullying na escola, decerto, fortalecendo de laços saudáveis entre os jovens não apenas promove um ambiente escolar mais seguro, mas também pode contribuir para a construção de habilidades sociais e emocionais essenciais para o desenvolvimento.

Reisen *et al.* (2019) identificam em sua pesquisa o tipo de violência presentes em casos de bullying e a frequência entre agressor e vítima. Assim, foram direcionados os seguintes dados de presença entre vítima e agressor, respectivamente, a violência Verbal apresentou

maior significância 33,8% e 23,1%, juntamente com a Social ou Psicológica, mostrando-se em 21,8% e 16,9% dos casos, a agressão Física apresentou 15,1% e 8,7%, Cyberbullying com 2,7% e 1,8% e a Sexual que pontuou em menor escala com 2% e 0,9%. Por fim, esse estudo também apontou que 18% dos pesquisados já participaram nos dois elementos de agressor e vítima.

Zequinão *et al.* (2020) realizaram um questionário sob os status social na escola de cada jovem participante, pontuando assim, que os alunos que possuíam "pontuação de status positivo" maior que os demais, destacavam-se como os agressores, enquanto os jovens que usufruíam de uma pontuação inferior, destinavam-se as vítimas, como por exemplo, a prioridade de formação do time na educação física, respectivamente, eles são os primeiros a serem escolhidos por serem mais "populares" e com melhores habilidades, consequentemente, os jovens de menor popularidade eram os últimos, com um menor apoio entre seus pares.

Dessa forma, os resultados da pesquisa de Silva *et al.* (2024) corroboram a ideia de que o nível socioeconômico exerce um papel significativo na dinâmica do bullying, evidenciando que alunos de maior poder aquisitivo, tanto em escolas públicas quanto privadas, têm mais propensão a serem agressores, enquanto aqueles de menor nível socioeconômico são mais vulneráveis a serem vítimas. Embora uma maior proporção de alunos não brancos nas escolas públicas esteja relacionada a um aumento nos casos de agressão e vitimização, a pesquisa sublinha que o bullying é um fenômeno multifacetado, não restrito à simples superioridade numérica de um grupo racial.

Os resultados obtidos por Silva *et al.* (2024) e Zaquinão *et al.* (2020) apontam o tipo de perfil dos agressores de episódios de violência nas escolas, por certo, alunos de maior poder aquisitivo em consequência estudantes de minorias raciais e de classes socioeconômicas mais baixas tendem a sofrer mais com essas práticas, ademais, posição social de um estudante no grupo pode afetar sua

vulnerabilidade a ser alvo de agressões. Assim, há uma conexão com os resultados apontados por Reisen *et al.* (2019), destacando o tipo de bullying maior frequência sendo o verbal e o de menor escala sendo do tipo sexual, dessa forma, esse fenômeno não é um episódio isolado, mas sim um reflexo das desigualdades sociais e culturais presentes na sociedade destacando a importância do combate aos comportamentos agressivos, com diálogos o silêncio é rompido em torno do problema, tornando-o mais visível (Pigozi *et al.*, 2023).

Mediante o estudo realizado por Silva *et al.* (2021), foi observado que 21,26% dos estudantes que participaram da pesquisa praticaram bullying, a prática foi associada a experiências de violência e discriminação, especialmente relacionadas à orientação sexual, aparência e cor da pele, ademais, o questionário aponta que agressores já foram vítimas de violência ao menos uma vez no decorrer da vida, sendo essa agressão representada pelos pais e familiares, por moradores de onde vive ou até mesmo no próprio ambiente escolar. Todavia, estudantes que se sentiam mais integrados e seguros na escola apresentaram uma menor probabilidade de praticar bullying.

Na pesquisa realizada por Xavier (2023) trabalha com questionários aos adolescentes e professores da escola pública, dessa forma, a partir dessa investigação, foi concluído que sob o ponto de vista que influenciam os jovens vem dos fatores psicológicos, biológicos e socioculturais, apresentando assim, quando a agressividade está presente nas questões familiares e sociais as crianças e adolescentes desenvolvem os mesmos comportamentos de violência dos seus pais e pares que convivem, juntamente, com o seu neurodesenvolvimento. Portanto, observadas as características dos jovens dito como agressores, sinais esses que estão presentes em transtornos de personalidade, como também ligado a outros traumas vivenciados.

Nessa perspectiva, os resultados obtidos por Silva *et al*. (2021) e Xavier (2023) apontam que os agressores do cenário do bullying já participaram do papel de vítima ao menos uma vez, sendo ela

praticada no meio familiar, local onde vive e até na própria escola, analisados pelo seu período no desenvolvimento da personalidade agressiva, a qual, a presença da violência nesse estágio faz com que ocorra o reflexo dos mesmos comportamentos, espelhando assim em outros momentos vivenciados pelo jovem. Além disso, parte das teorias de Bandura (2008) e Skinner (2003) e que por meio dela, a observação e a modelação das condutas violentas são apresentadas e aprendidas, todavia, originadas pelo processo de imitação.

Chaves *et al.* (2019) dividiram em três categorias de análise, a qual concluíram-se que a presença da agressividade de modo geral, destinada a violência a diferentes grupos em todo meio educacional, representada por uma série de comportamentos agressivos aos seus colegas e reações a outras pessoas do convívio escolar, além disso, a agressividade direcionada aos professores também esteve presente ao estudo, apresentado em uma alta na sua variância total, com ameaças e brigas do jovem ao profissional, entretanto, houve a presença de comportamentos pró-sociais, de empatia e respeito, por parte somente a figura do professor.

Diante aos resultados obtidos, as pesquisas apontam a presença da agressividade e da violência no meio escolar, visto que, mediante aos comportamentos dos alunos em suas relações sociais entre os estudantes e o contato com professores e outros funcionários de apoio educacional ligada ao estudo do desenvolvimento de Papalia (2022), pontuando as questões da importância da socialização com a saída da exclusiva bolha familiar, e o estudo realizado por Chaves *et al.* (2019) aponta a relação agressiva por parte de alguns alunos sobre outros, relatando a violência escolar nesse tão importante ambiente de socialização nessa fase do desenvolvimento com a persistência desses comportamentos negativos.

A partir da análise de Ferreira *et al.* (2024), foram obtidos no estudo com 54 adolescentes, predominantemente entre 16 e 17 anos, revelou que 53,7% eram meninas e 33,3% trabalhavam. As discussões

identificaram temas principais: estratégias de bullying estético, homofóbico e de gênero; efeitos do bullying; e a necessidade de diálogo interdisciplinar para prevenção e combate, a qual, as violências presentes nas escolas e descritas pelos jovens durante as entrevistas mostraram que esses temas destacados como uma problemática existente no meio escolar que estimula os atos subversivos, sendo eles, físico, verbal e psicológico.

Sob outro aspecto, Tibiriçá *et al.* (2023) parte a questão do bullying no ambiente escolar pela presença do preconceito e desinformação. Na entrevista realizada, foi destacado que em escolas com pouca infraestrutura, os jovens tinham pouca visão conceitual sobre o assunto, com a persistência de um pensamento desatualizado, todavia, outras escolas que apresentavam uma estrutura de ensino melhor, a linha de pensamento dos alunos não mostrava-se tão restrita, outro fator importante, são o das questões socioculturais presentes na sociedade que propagam a violência a comunidade LGBTQIA+.

Assim, visto as pontuações postas por Ferreira *et al.* (2024) e Tibiriçá *et al.* (2024) concluiu-se que o bullying e a violência se mostram presentes, apresentadas em formas pejorativas, independentemente do local dentro da instituição, pontuadas pela maior frequência do preconceito de gênero, homofóbico e estético, na mesma medida que assuntos relacionados a sexualidade não são abordados em sala de aula, notado pela ausência de formação e um pensamento concreto construído a respeito por parte de alguns alunos. Portanto, há a necessidade da escola enfatizar o estudo a respeito da diversidade sexual, gênero e racismo, no ambiente escolar, fazendo inclusão de gênero e diversidade sexual dentre outras temáticas, para que assim o aluno tenha conhecimento cultural e respeito (Darsie; Saraiva, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O bullying, a violência e o preconceito no ambiente escolar são problemas complexos que impactam profundamente a vida dos estudantes, assim, refere-se a agressões repetitivas e intencionais que visam humilhar ou intimidar colegas, afetando sua autoestima e bem-estar, ademais, essa violência escolar engloba atos físicos ou psicológicos que criam um ambiente hostil e inseguro, prejudicando o desenvolvimento dos alunos.

Nessa perspectiva, a presença da agressividade na fase de desenvolvimento origina a uma série de problemáticas referentes ao seu neurodesenvolvimento, além do mais, nesse período há os reflexos desses comportamentos vivenciados na criança ou adolescente, ocasionando assim, o bullying escolar a qual, esse ambiente de introdução da sociabilização é alvo dos atos agressivos, por aqueles que são vítimas da violência dentro de casa ou no bairro de moradia onde reside, como também, a influência do pensamento preconceituoso a temáticas como a questão da raça, gênero e sexualidade há um impacto em grande escala de como o posicionamento preconceituoso dos pais e responsáveis a respeito das minorias sociais afeta na postura que a criança possuirá nos ambientes de socialização.

Sob esse viés, esse trabalho visou analisar publicações científicas sobre a violência e o preconceito e como essa problemática influencia e afeta o ambiente escolar, explicando como originava a violência e o preconceito no ambiente educacional, além disso, foi a apresentado a necessidade da discussão sobre a temática e as consequências acarretadas as vítimas.

Com isso, esta revisão atinge os seus objetivos, além de apresentar como a literatura ajuda ao fator pesquisado, em que enfatizam as problemáticas do bullying no ambiente escolar, por meio dos resultados das pesquisas relevantes, as quais foram analisadas

dentre diversos trabalhos acadêmicos, mostrando-se comprometidas na investigação da origem da agressividade e como ela é instituída na escolarização. Assim, chega à conclusão que esta tal problemática é algo bem presente na vida de estudantes e que isto pode gerar grandes obstáculos, como por exemplo, o grande comprometimento na vida estudantil.

Por fim, é notório que existe uma quantidade alta de trabalhos acadêmicos e com temáticas bem detalhadas relacionadas aos problemas sociais e escola, visando o quão importante e necessário se torna a necessidade da construção de trabalhos em tamanha escala. De certo, pensando em futuras oportunidades de conhecimentos a serem adquiridos e a maneira como se torna necessário o desenvolvimento de pautas visando melhorias nos aspectos escolares e o suporte ao grupo de vítimas a acessarem seus direitos enquanto estudantes. Portanto, a unificação de pesquisas nesse trabalho como uma maneira facilitadora da união de pesquisas importantes.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, D. C.; ZUIN, A. Á. S.. Do bullying ao preconceito: os desafios da barbárie à educação. *In:* **Psicologia & Sociedade.** V. 20, n. 1, p. 33–41, jan. 2008. Acesso em: 21 abr. 2024.

AVILA-PIRES, F. D. DE .. Por que é básica a pesquisa básica. *In:* **Cadernos de Saúde Pública.** v. 3, n. 4, p. 505–506, out. 1987. Acesso em: 14 maio 2024.

BANDURA, Albert; AZZI, Roberta Gurgel; POLYDORO, Soely. **Teoria Social Cognitiva:** Conceitos básicos. Porto Alegre: Artmed, 2008. Acesso em 22 abr. 2024.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *In:* **Diário Oficial da União.** Brasília, 16 jul. 1990.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano:** Experimentos naturais e planejados. (M.A.V. Veronese, Trad.) Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

CALEFFE, Luiz Gonzaga; MOREIRA, Herivelto. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. Acesso em: 14 maio 2024.

CHAVES, C. M. C. M. *et al.* Comportamentos Agressivos de Crianças na Escola: Evidência de Validade Interna da EPPCACE. *In:* **Psico-USF.** V. 24, n. 2, p. 259–272, abr. 2019. Acesso em: 31 ago. 2024.

DARSIE, C.; SARAIVA, E. S. GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NA EDUCAÇÃO. *In:* **Reflexão e Ação.** V. 24, n. 1, p. 1-6, 28 abr. 2016. Acesso em: 01 out. 2024.

DIAS, D., ROCHA, M., MOTA, C. P. Bullying em adolescentes do 3° ciclo: Papel da vinculação aos pares no comportamento do agressor e da vítima. *In:* **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 120, 79–104, 2019. https://doi. org/10.4000/rccs.9570. Acesso em: 24 ago. 2024.

ESTÉVEZ, Estefánia; JIMÉNEZ, Teresa I.; MORENO, David. Aggressive behavior in adolescence as a predictor of personal, family, and school adjustment problems. *In:* **Psicothema.** Vol. 30, No. 1, 66-73, 2018. doi: 10.7334/psicothema2016.294. Acesso em: 21 ago. 2024.

FERREIRA, Diego Raone; OLIVEIRA, Isaias Batista de; HIGARASHI, Ieda Harumi. "Eu não sei como eu tenho força pra vir na escola": manifestações e implicações do bullying entre adolescentes escolares. *In:* **Saúde e Sociedade** [online]. v. 33, n. 1, 2024. [Acessado 25 Agosto 2024], e220692pt.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA: CONCEITUAÇÃO, PRODUÇÃO E PUBLICAÇÃO. *In:* **Logeion:** Filosofia da Informação. Rio de Janeiro, RJ, v. 6, n. 1, p. 57–73, 2019. Acesso em: 14 maio 2024.

GROSZ, Jordana; RODRIGUEZ, Sandra Yvonne Spiendler. Relação entre violência interpessoal e discriminação: retrato de uma cultura de ódio. *In:* **Aletheia.** Canoas, v. 54, n. 2, p. 112-122, dez. 2021. Acesso em: 01 mar. 2024.

MEZAN, R. **Tempo de muda:** ensaios de psicanálise. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

MILOT, T., ÉTHIER, L., ST-LAURENT, D., & PROVOST, M. The role of trauma symptoms in the development of behavioral problems in maltreated preschoolers. *In:* **Child Abuse & Neglect.** 34, 225–234, 2010. Acesso em 4 mar. 2024.

MONTEIRO, Tamires Alves; SOUZA, Maria Thereza Costa Coelho de. O conceito de violência e a relação com os estágios da inteligência em crianças e adolescentes de diferentes contextos. *In:* **Ensino Em Re-Vista.** Uberlândia, MG, v. 25, n. 1, p. 159-183, jan./abr. 2018. Acesso em: 4 mar. 2024.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; MUSSI, Leila Maria Prates Teixeira; ASSUNÇÃO, Emerson Tadeu Cotrim; NUNES, Claudio Pinto. Pesquisa Quantitativa e/ou Qualitativa: distanciamentos, aproximações e possibilidades. *In:* **Revista Sustinere.** [*S. l.*], v. 7, n. 2, p. 414–430, 2020. DOI: 10.12957/sustinere.2019.41193. Acesso em: 28 maio 2024.

OMS, Organização Mundial de Saúde. Genebra: OMS; 2002. **Version of the Introduction to the World Report on Violence and Health** (WHO): Geneve: WHO, 2002.

PAPALIA, Diane E.; MARTORELL, Gabriela. **Desenvolvimento Humano**. Porto Alegre: McGraw-Hill, ArtMed, 2022. Acesso em: 22 abr. 2024.

PIGOZI, P. L. *et al.* A roda de conversas à luz da práxis freireana e seus impactos na percepção da diminuição do *bullying* escolar. *In:* **Interface - Comunicação, Saúde, Educação.** v. 27, p. e220681, 2023. Acesso em: 1 out. 2024.

REISEN, A.; VIANA, MC; SANTOS-NETO, ET DOS. Bullying entre adolescentes: as vítimas também são agressoras?. *In:* **Revista Brasileira de Psiquiatria.** v. 41, n. 6, p. 518–529, nov. 2019. Acesso em: 24 ago. 2024.

SACRAMENTO, L. T.; REZENDE, M. M. Violências: lembrando alguns conceitos. *In:* **Aletheia**, Canoas , n. 24, p. 95-104, dez. 2006. Acesso em: 28 fev. 2024.

SILVA, C. S. E .; VILELA, E. M.; OLIVEIRA, V. C. DE. *Bullying* nas escolas públicas e privadas: os efeitos de gênero, raça e nível socioeconômico. *In:* **Educação e Pesquisa**, v. 50, p. e264614, 2024. Acesso em: 21 ago. 2024.

SILVA, G. R. R. E . *et al.* A influência da violência familiar e entre pares na prática do bullying por adolescentes escolares. *In:* **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 4933–4943, out. 2021. Acesso em: 25 ago. 2024.

SKINNER, B. F. **Ciência e Comportamento Humano**. Tradução: João Carlos Todorov, Rodolfo Azzi. 11 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TIBIRIÇÁ, V. A.; FARIA, V. G. S.; SILVA, A. L. C.; ALMEIDA, C. S.. Sexualidade e gênero: o que pensam os adolescentes? O papel da escola e sociedade na visão de adolescentes sobre a temática. *In:* **Saúde em Redes**, [*S. l.*], v. 9, n. 2, p. 3955, 2023. Acesso em: 28 ago. 2024.

XAVIER, Assirlene de Fátima. A adolescência e os problemas de conduta e agressão no contexto escolar. *In:* **Construção psicopedagógica**, v. 33, n. 34, p. 61-73, 2023. Acesso em: 28 ago. 2024.

ZEQUINÃO, M. A. *et al.* Situação Sociométrica de Participantes Envolvidos em Bullying Escolar. *In:* **Paidéia** (Ribeirão Preto), v. 30, p. e3011, 2020. Acesso em: 31 ago. 2024.

5

Caroline Vitória Dantas Cassiano
Ismenia Lorrane Rodrigues François
Maria Clara Alves Pereira
Leilane Cristina Oliveira Pereira

MEDICALIZAÇÃO NA APRENDIZAGEM

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-360-8.5

INTRODUÇÃO

A medicalização de processos cotidianos, como as dificuldades de aprendizagem, tem se expandido, especialmente entre crianças em idade escolar. Esse fenômeno, frequentemente associado ao desempenho acadêmico, levanta questões sobre os impactos da abordagem exclusivamente médica, muitas vezes sem um diagnóstico aprofundado (Barbosa, 2019). A aprendizagem, por sua vez, é entendida como um processo complexo que envolve a adaptação de novas habilidades na estrutura psíquica. Esse desenvolvimento depende de estímulos recorrentes que influenciam a plasticidade neuronal, estimulando funções superiores como memória e raciocínio. Transtornos de aprendizagem, portanto, referem-se a impedimentos que dificultam essa adaptação e trazem consequências para a vida escolar de crianças e adolescentes (Paterlini *et al*., 2019).

No cenário educacional atual, observa-se um aumento expressivo na utilização de medicação para transtornos de aprendizagem, o que levanta preocupações. Ao tratar dificuldades de aprendizagem como questões exclusivamente médicas, há um deslocamento do foco para o aspecto clínico, desconsiderando fatores sociais, emocionais e ambientais. O uso de psicoativos, como a Ritalina, comumente prescrita para TDAH, por estimular a concentração e diminuir a impulsividade em crianças, é um exemplo desse fenômeno. Segundo Guarido (2010), "medicalizar um fenômeno ou acontecimento teve por consequência patologizá-lo", o que torna relevante refletir sobre as implicações desse enfoque exclusivamente médico.

Uma análise histórica do tema demonstra que as dificuldades de aprendizagem, conforme conceituadas por Samuel Kirk (1904-1996), envolvem desde questões acadêmicas, até problemas de linguagem e memória, o que reforça a complexidade do assunto (García, 1998). Embora o avanço no estudo das dificuldades de aprendizagem seja positivo, há críticas ao reducionismo em interpretar

o funcionamento da mente humana. A produção de psicotrópicos, desde os anos 1950, visava, inicialmente, a dar suporte a desordens neurológicas, e, com o tempo, a publicidade da indústria farmacêutica ampliou o uso desses medicamentos, influenciando todas as faixas etárias (Whitaker, 1988).

A medicalização precoce pode contribuir para a conformidade social, obscurecendo problemas estruturais, como injustiça social e pobreza, que são causas primárias de angústia. A adaptação farmacológica transforma a experiência do sofrimento, dessensibilizando o sujeito em relação a conflitos emocionais e sociais. Com isso, a medicalização torna-se um reflexo da sociedade competitiva, na qual o bem-estar se entrelaça com as exigências de conforto e produtividade, perpetuando uma norma de adaptação que reforça os padrões estabelecidos (Molck, 2021).

MÉTODO

Este projeto de pesquisa se configura como uma revisão bibliográfica com abordagem quantitativa. Segundo Cavalcante e Oliveira (2020), o estudo de revisão bibliográfica caracteriza-se pela análise de artigos científicos, livros, teses e dissertações com um afastamento de fatos e conclusões empíricas. O estudo bibliográfico utiliza-se de fontes secundárias, das contribuições de autores sobre determinados temas, o que a diferencia da pesquisa do tipo documental, que se caracteriza pelo uso de fontes primárias, que, em última instância, não recebem tratamento científico (Oliveira, 2008 *apud* Sá-Silva, Almeida, & Guindani, 2009).

A pesquisa quantitativa é um instrumento de pesquisa que utiliza a quantificação nas modalidades de coleta de informações e no seu tratamento, mediante técnicas estatísticas confiáveis, tais

como: percentual, média, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação e análise de regressão. Geralmente, elas são usadas quando se objetiva assegurar a precisão dos resultados, visto que previne deturpações na análise e na interpretação, facultando, assim, uma margem de segurança quanto às inferências.

Comumente, esse tipo de pesquisa é utilizado na construção de inquéritos por questionário que contemplam uma grande amostra, também conhecidas como pesquisas fechadas, pelo formato em que os dados são coletados, ou seja, quantificáveis e fechados. A pesquisa quantitativa é utilizada, ainda, quando se buscam resultados exatos, evidenciados através de variáveis preestabelecidas, em que se observa e explica a influência sobre essas variáveis, mediante análise da frequência de incidências e correlações estatísticas (Marconi, 2004).

Para o desenvolvimento deste trabalho, foram utilizadas duas bases de dados eletrônicos: SCIELO e BVS. Na busca, combinados pelo operador booleano "e", foram usados os seguintes descritores: "Medicação e educação", "Medicalização precoce e educação" e "Medicalização e aprendizagem". Essa busca ocorreu no primeiro semestre do ano de 2024, entre os meses de fevereiro e maio. Para a obtenção dos resultados dos trabalhos, foram considerados critérios específicos de inclusão e exclusão.

Os critérios de inclusão consideraram artigos científicos publicados e disponíveis integralmente nas bases de dados científicas citadas, com publicação nos últimos 5 anos (de 2019 a 2024). Assim, foram excluídos do trabalho todos os artigos que não atendiam ao período indicado e aqueles cujos resultados se encontravam repetidos em outras pesquisas. Também foram excluídos os artigos em que não havia especificações acerca do método de análise estatística utilizado ou que não usaram modelos de regressão ajustados, além daqueles que incluíram populações restritas, como, por exemplo, doentes crônicos e outras referências bibliográficas.

Os resultados coletados foram analisados através das considerações de cada autor, pontuando sua relevância temática e a atualidade das informações, e se deram por meio de tabelas que complementam os dados sociodemográficos observados, nível de escolaridade, principais medicações e a presença de diagnósticos fechados e suas variáveis.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tabela 1 - Artigos selecionados para a revisão sistemática de literatura

BASE DE DADOS	OBJETIVOS	REFERÊNCIAS
SCIELO	Acompanhar os movimentos de professores de uma rede de ensino municipal em relação às crianças consideradas com dificuldades de escolarização.	RIBEIRO, E. F.; RODRIGUES, M. G. A. Estudo sobre a prática docente frente à medicalização da aprendizagem. **Psicologia escolar e educacional**, [s.l.], v. 24, n. 2020, p. 1-8, nov. 2020.
SCIELO	Analisar a produção do discurso médico-científico que consolida bases de interpretação do referente às dificuldades de aprendizagem.	SCARIN, C. C. F.; SOUZA, M. P. R. de. Medicalização e patologização da educação: desafios à psicologia escolar e educacional**. Psicologia Escolar e Educacional**, [s.l.], v. 24, n. 2020, p. 1-8, ago. 2020.
BVS	Apresentar um cenário medicalizante no qual a maioria das crianças que fizeram parte da pesquisa fazem o uso da Ritalina, tendo como principal, o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) e o défice de atenção.	SANTOS, D. F. M.; TULESKI, S. C. Medicalização no sistema de progressão continuada: inclusão ou omissão? **Fractal**: revista de psicologia, [s.l.], v. 32, n. 2, p. 154-161, 16 jun. 2020.

BASE DE DADOS	OBJETIVOS	REFERÊNCIAS
BVS	Compreender as concepções de professores sobre suas práticas pedagógicas mediante o fenômeno da medicalização.	COSTA, T. S.; *et al.* Papel do Professor face à Medicalização: estudo exploratório no território brasileiro. **Revista psicologia da educação**, [s.l.], v. 1, n. 49, p. 89-97, out. 2019.
BVS	Discutir um fenômeno, que na última década, tem ganhado vulto na cena escolar: a medicalização do sintoma de aprendizagem como forma de desenlace para o sofrimento que este engendra.	THONES, A. P. B.; MOSCHEN, S. Z. O trágico na cena escolar e a medicalização como desenlace. **Estilos da Clínica**, [s.l.], v. 24, n. 2, p. 317-328, 30 ago. 2019.
BVS	Desvelar o papel que as relações entre essas duas áreas do conhecimento desempenharam historicamente para a construção do processo medicalizante no contexto educacional brasileiro.	FIRBIDA, F. B. G.; VASCONCELOS, M. S. A construção do conhecimento na psicologia: a legitimação da medicalização. **Psicologia Escolar e Educacional**, [s.l.], v. 23, n. 016120, p. 1-9, jun. 2019.
SCIELO	Identificar a prevalência ou não de um posicionamento crítico em relação à medicalização que ocorre em ambiente escolar.	GOUVÊA, E.; GOMES, C. A. V. Presença-ausência de considerações críticas sobre medicalização escolar em periódicos de psicologia e educação (2010-2015). **Psicología, Conocimiento Y Sociedad**, [s.l.], v. 11, n. 1, p. 222-243, 6 jun. 2021.
SCIELO	Reunir artigos que abordam a medicalização infantil nos últimos 10 anos.	FULVIA C. C. A. *et al*. A medicalização da infância na contemporaneidade: revisão integrativa**. Mental**, [S.L.], v. 13 n. 24, p. 1-25, dez. 2021.
SCIELO	Revisar a produção científica brasileira acerca da medicalização no âmbito da educação.	BELTRAME, R. L. *et al.* Diálogos sobre medicalização da infância e educação: uma revisão de literatura**. Psicologia em Estudo**, [s.l.], v. 24, n. 42566, p. 1-15, 3 jun. 2019.

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Nesse segmento, serão discutidos os resultados obtidos da revisão teórica acerca do fenômeno medicalizante na aprendizagem. Observa-se, a partir da análise dos 9 artigos selecionados, que a medicalização, no que diz respeito à aprendizagem, levanta questões importantes sobre o desenvolvimento intelectual e ético. De acordo com Ribeiro e Rodrigues (2020), é notória a frustração de educadores a respeito das dificuldades de aprendizagem, o que os leva a crer que, para o processo de aprendizagem ocorrer, há a necessidade de uma terceirização para técnicas específicas e a prescrição de medicamentos, reforçando, assim, a patologização e provocando um sistema educacional que prioriza intervenções médicas em detrimento da diversidade neurológica entre os alunos. Essa crítica ao sistema educacional, o qual terceiriza as dificuldades dos alunos em detrimento de incluir metodologias pedagógicas eficazes, está presente também nas ideias de Dermeval Saviani, que argumenta que a educação frequentemente se torna codependente a outras condutas, como a medicina, ignorando as necessidades sociais e culturais do contexto educacional (Saviani, 2003).

Fúlvia *et al.* (2021) critica a manipulação dos medicamentos para mascarar a falta de uma abordagem pedagógica adequada à neurodiversidade. Além disso, os autores relatam que os educadores tratam as dificuldades de aprendizagem como se não fossem suas responsabilidades, pois têm um pensamento egocêntrico, crendo saber mais por conviverem diariamente com as crianças. Esse comportamento está relacionado à tendência de atribuir à medicalização uma resposta direta e eficaz às dificuldades de aprendizagem, sem distinção clara entre dificuldades temporárias e distúrbios cognitivos duradouros. Gardner (1995), com sua teoria das múltiplas inteligências, reforça essa perspectiva, afirmando que os alunos têm diferentes formas de aprender e que as escolas, ao ignorarem essas diferenças e padronizarem a inteligência, contribuem para o aprisionamento do indivíduo em diagnósticos.

Completando essa crítica, Thones e Moschen (2019) trazem a perspectiva de que o DSM-V, que descreve muitos sintomas de patologias presentes no cenário educativo, tem influenciado os educadores a focar em transtornos como o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). O uso do DSM-V como referência para a identificação de transtornos tem contribuído para a patologização de comportamentos comuns no desenvolvimento infantil. Esse fenômeno é um reflexo da sociedade, que, conforme apontado por Szasz (2011), utiliza a medicina para controlar e normatizar comportamentos que são considerados desviantes, ignorando a diversidade humana. Vygotsky (2001) também reforça que o desenvolvimento humano ocorre em interação com o ambiente social e cultural, sugerindo que, ao patologizar dificuldades normais da aprendizagem, desconsidera-se o papel ativo do aluno no seu próprio processo de desenvolvimento da aprendizagem.

Scarin e Souza (2020) trazem a perspectiva de que o aumento no número de diagnósticos, baseado no DSM-V, tem causado uma distorção na maneira como dificuldades são tratadas, com muitas pessoas identificando-se com os sintomas descritos, sem uma avaliação criteriosa. Santos e Tuleski (2020) mostram que muitas crianças fazem o uso de Ritalina para tratar problemas relacionados a déficit de atenção e também têm acesso a tratamentos com multiprofissionais como fonoaudiólogos. O uso de medicação controlada aumenta conforme os alunos avançam nas séries iniciais do ensino fundamental, em resposta ao aumento da complexidade das matérias. Tófoli (2020), em suas discussões sobre o uso abusivo de psicotrópicos na infância, ressalta que é fundamental haver uma avaliação criteriosa e que a prescrição de medicamentos não pode ser a primeira resposta aos desafios do desenvolvimento.

Em seu estudo, Beltrame *et al.* (2019) abordam uma crítica à perspectiva medicalizante, argumentando que sua prática traz como consequência o fracasso escolar, pois a medicalização afeta não somente a aprendizagem, como também põe em risco o sistema

educacional. Essa crítica é complementada pelas ideias de Freire (1996), que defende que o processo educacional deve ser crítico e libertador, tratando o indivíduo como sujeito de sua própria aprendizagem.

Thones e Moschen (2019) também apontam que, com o avanço da medicina no século XX, juntamente com o crescimento da indústria farmacêutica, houve uma exacerbação diagnóstica, especialmente em relação aos transtornos de aprendizagem e comportamento. Isso resulta em uma desvalorização do conhecimento pedagógico dos educadores, que frequentemente veem sua capacidade de lidar com os alunos ser questionada. Sousa Santos (2019) acrescenta que essa subordinação da educação a práticas médicas faz parte de um processo maior de epistemicídio, em que conhecimentos locais e pedagógicos são desprezados em favor de saberes dominantes, como a medicina.

Firbida e Vasconcelos (2019) trazem uma perspectiva histórica ao discutir o conceito de "higiene mental", no qual a psicologia e a medicina se uniram para justificar o controle social sobre comportamentos fora do padrão. Esse controle, segundo os autores, se manifesta na escola através da medicalização e da patologização das dificuldades de aprendizagem. Freire (1996) complementa essa crítica ao destacar que a educação deve ser inclusiva e libertadora, valorizando a singularidade de cada indivíduo.

Fulvia *et al*. (2021), ao discutirem a medicalização, associam esse fenômeno a um sistema educacional falho e a questões pedagógicas que não acolhem a diversidade dos alunos. O uso de psicotrópicos é, muitas vezes, uma solução rápida para problemas complexos que exigiriam um olhar pedagógico mais atento e inclusivo. Nesse sentido, os autores argumentam que é necessário mudar o foco da patologização para o desenvolvimento das potencialidades das crianças, algo que também é defendido por Vygotsky (2001), que aponta para a importância da mediação pedagógica no desenvolvimento cognitivo.

Gouvêa e Gomes (2021) reforçam essa crítica ao apresentar dados que mostram o aumento do uso de psicotrópicos e diagnósticos no contexto educacional. Para superar essa tendência, é fundamental promover métodos multidisciplinares de ensino e aprendizagem que valorizem a diversidade e a complexidade do desenvolvimento humano, conforme defendido por autores como Gardner (1995) e Freire (1996). Além disso, Sousa Santos (2019) nos lembra da importância de valorizar conhecimentos pedagógicos e de resistência, que possam combater o epistemicídio promovido pela excessiva medicalização da educação. Os resultados discutidos ao longo deste artigo evidenciam que o tema da medicalização na aprendizagem aponta para o uso excessivo de intervenções medicamentosas e diagnósticos sem aprofundamento, resultando em práticas que limitam o desenvolvimento da criança. Assim, é notório que há uma necessidade em promover diálogos interdisciplinares que envolvam a família da criança, levando em consideração muitos outros aspectos e ambientes que vão além da sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho visou a analisar, através de uma revisão de literatura, a medicalização nos transtornos de aprendizagem em crianças. Com base no exposto, as perspectivas familiares e pedagógicas evidenciam a importância do processo diagnóstico, que é essencial para a sobrevivência do sujeito. Entretanto, quando conduzido de forma inadequada, pode acarretar graves comprometimentos de ordem psíquica que atingem o lado pessoal e social do sujeito, abrangendo todas as áreas em que ele está inserido.

A partir dos resultados obtidos, é pertinente ressaltar que a medicalização na aprendizagem vem sendo patologizada de forma preocupante e exacerbada, afetando negativamente a vida dos

indivíduos, principalmente as crianças, logo nos primeiros anos de escolarização. Além disso, é notório que as dificuldades de aprendizagem têm se tornado cada vez mais um tema tratado exclusivamente sob uma perspectiva clínica, sem levar em consideração muitos outros aspectos, como ambiente e família. Isso, por vezes, leva a um diagnóstico precoce, isto é, sem investigações aprofundadas por parte dos profissionais, fazendo com que haja inúmeras crianças utilizando psicotrópicos indiscriminadamente. Dessa forma, essa abordagem encobre os reais problemas e contribui para a patologização da vida. Além disso, ela é caracterizada, ainda, por deduções e posturas inadequadas vindas dos educadores, que, frequentemente, buscam evitar e até mesmo patologizar a criança, seja por não quererem, seja por não conseguirem lidar com a situação.

Sobre a medicalização crescente ao longo dos anos, percebe-se que é essencial que haja estudos mais aprofundados sobre o tema, melhores investimentos em formações pedagógica, psicopedagógica, médica e psicológica, para que sejam utilizadas formas mais eficazes de se lidar com crianças que apresentam dificuldades, transtornos de aprendizagem e demais aspectos. Assim, é válida a conclusão de que esses problemas poderão ser amenizados se tratados adequadamente, o que ocorre, sobremaneira, quando medicamentos psicotrópicos são utilizados em última instância. Dessa forma, evita-se que a criança seja rotulada ou faça uso de medicamentos sem necessidade, permitindo que ela seja mais compreendida e acolhida. Com o apoio familiar, é possível encontrar os melhores meios de resolução para a demanda e, assim, alcançar uma melhor qualidade de vida, na qual a criança se sinta mais segura e mais preparada para viver com tal problemática sem danos ao seu processo educacional e à sua saúde mental.

Aponta-se, como dificuldade, a falta de textos sobre a intervenção direta da psicoterapia frente à medicalização na aprendizagem. Destaca-se, assim, a necessidade de construção de trabalhos quantitativos e qualitativos sobre o assunto, para melhor embasar

pesquisas futuras com nessa área. Trata-se de uma temática de grande relevância, posto que está diretamente relacionada à saúde mental, à emocional e ao desenvolvimento acadêmico da criança. Ademais, enfatiza-se como a escola e os pais/responsáveis dediquem maior atenção a essa demanda, a fim de ajudar a criança a passar por essa fase com um pleno bem-estar e com qualidade de vida.

Sendo assim, esta revisão atinge seus objetivos, uma vez que evidencia como a literatura corrobora o fator pesquisado. Foram destacadas as implicações do efeito da medicalização em crianças e, demonstrado, ao longo do estudo, como o processo psicoterapêutico, familiar e pedagógico é fundamental para a melhora gradativa desse problema. Nessa perspectiva, esta pesquisa evidencia que o aspecto psicológico ocupa um lugar significativo na vida de inúmeras crianças, podendo, portanto, gerar grande comprometimento no processo de formação escolar. Nesse sentido, pontua-se, também, o papel da psicoterapia como algo pertinente e necessário para proporcionar ao aluno um alívio do sofrimento psicológico e prevenção de maiores comprometimentos à sua saúde mental. Ressalta-se, por fim, a importância de a família e a escola estarem sempre incentivando e proporcionando atendimento psicológico para melhor ajudar seus discentes a vivenciar o ensino superior com qualidade e de forma saudável.

REFERÊNCIAS

BELTRAME, R. L. *et al.* Diálogos sobre medicalização da infância e educação: uma revisão de literatura. **Psicologia em Estudo**, [s.l.], v. 24, n. 42566, p. 1-15, 3 jun. 2019.

CAVALCANTE, L. T. C.; OLIVEIRA, A. A. S. de. Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. **Psicol. Rev.** (Belo Horizonte) [online]. 2020, v. 26, n. 1, pp. 83-102. Disponível em: https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2020v26n1p82-100.

COSTA, T. S. *et al.* Papel do Professor face à Medicalização: estudo exploratório no território brasileiro. **Revista Psicologia da Educação**, [s.l.], v. 1, n. 49, p. 89-97, out. 2019.

FIRBIDA, F. B. G.; VASCONCELOS, M. S. A construção do conhecimento na psicologia: a legitimação da medicalização. **Psicologia Escolar e Educacional**, [s.l.], v. 23, n. 016120, p. 1-9, jun. 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FULVIA, C. C. A. *et al.* A medicalização da infância na contemporaneidade: revisão integrativa. **Mental**, [s.l.], v. 13, n. 24, p. 1-25, dez. 2021.

GARCÍA, J. N. **Manual das dificuldades de aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

GARDNER, H. **Estruturas da mente**: a teoria das inteligências múltiplas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GOUVÊA, E.; GOMES, C. A. V. Presença-ausência de considerações críticas sobre medicalização escolar em periódicos de psicologia e educação (2010-2015). **Psicología, Conocimiento y Sociedad**, [s.l.], v. 11, n. 1, p. 222-243, 6 jun. 2021.

GUARIDO, R. A biologização da vida e algumas implicações do discurso médico sobre a educação. *In*: Conselho de Psicologia de São Paulo; Grupo Interinstitucional De Queixa Escolar (Eds.), **Medicalização de crianças e adolescentes**: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos (vol. 1, pp. 27-40). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. V. **Metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2004.

MOLK, B. V. *et al.* Psicotrópicos e Atenção Primária à Saúde: a subordinação da produção de cuidado à medicalização no contexto da Saúde da Família. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, [s.l.], v. 25, p. 1-16, fev. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/interface.200129.

PATERLINI, L. S. M. *et al.* Screening and diagnosis of learning disabilities/disorders - outcomes of interdisciplinary assessments. **Revista Cefac,** [s.l.], v. 21, n. 5, p. 1-8, nov. 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-0216/201921513319.

RIBEIRO, E. F.; RODRIGUES, M. G. A. Estudo sobre a prática docente frente à medicalização da aprendizagem. **Psicologia Escolar e Educacional**, [s.l.], v. 24, n. 2020, p. 1-8, nov. 2020.

SANTOS, D. F. M.; TULESKI, S. C. Medicalização no sistema de progressão continuada: inclusão ou omissão? **Fractal: Revista de Psicologia**, [s.l.], v. 32, n. 2, p. 154-161, 16 jun. 2020.

SAVIANI, D. Escola e democracia. 38. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

SCARIN, C. C. F.; SOUZA, M. P. R. de. Medicalização e patologização da educação: desafios à psicologia escolar e educacional. **Psicologia Escolar e Educacional**, [s.l.], v. 24, n. 2020, p. 1-8, ago. 2020.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [s.l.], v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351.

SZASZ, T. **O mito da doença mental**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

THONES, A. P. B.; MOSCHEN, S. Z. O trágico na cena escolar e a medicalização como desenlace. **Estilos da Clínica**, [s.l.], v. 24, n. 2, p. 317-328, 30 ago. 2019.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

WHITAKER, R. **Anatomia de uma epidemia**: pílulas mágicas, drogas psiquiátricas e o aumento assombroso da doença mental. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2017.

6

Géssica Alves Jorge
Hillary Moura Barros
Jéssica Berto de Araújo
Leilane Cristina Oliveira Pereira

DIFICULDADES NA APRENDIZAGEM A PANDEMIA DA COVID-19:

REVISÃO DE LITERATURA

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-360-8.6

INTRODUÇÃO

A aprendizagem é o processo de adquirir conhecimento, habilidades e atitudes ao longo da vida, o que envolve a assimilação de informações, entendimento de conceitos e a capacidade de aplicar o que se aprende em situações práticas. Assim, ela não se limita apenas ao ambiente escolar, pois a interação entre a pessoa e o ambiente ao seu redor se estende em todo o processo da vida. Conforme Piaget (1998), aprender é um processo de crescimento intelectual que ocorre através das estruturas do pensamento e está ligado à ação do indivíduo no ambiente ao seu redor.

Ao longo da história, a aprendizagem tem sido objeto de investigação e de debate entre filósofos e seus seguidores, o que resultou na formulação de conceitos históricos que contribuíram para a complexidade do assunto. Segundo Vygotsky (1991), na psicologia, são adotadas abordagens como a corrente piagetiana e a perspectiva sócio-histórica, a qual compreende a aprendizagem como uma interação entre o indivíduo e o ambiente.

Os desafios da aprendizagem representam os entraves e dificuldades encontrados no processo educativo, abrangendo uma diversidade de obstáculos. Essas complexidades podem se manifestar de diversas formas, desde as disparidades nas condições socioeconômicas, as particularidades nos modos como os alunos absorvem conhecimento, até mesmo nos aspectos emocionais dos estudantes durante o percurso. Segundo Sisto (2007), o contexto em que a criança está inserida influencia significativamente seu aprendizado, englobando fatores emocionais, sociais, culturais e econômicos.

A pandemia da COVID-19, iniciada em 2020, gerou grandes impactos na educação, principalmente pelo fechamento das escolas e pela transição emergencial do ensino presencial para o ensino remoto. Essa mudança ocasionou diversos desafios para a aprendizagem dos alunos e teve como um dos principais fatores a falta de

interação entre professor e aluno, impactando, assim, seu processo educacional. Segundo De Castro, Martins-Reis, Celeste (2022), a escola tem uma grande importância no desenvolvimento e na aprendizagem dos alunos, e, com o seu fechamento, houve a necessidade de adaptação das aulas para o ensino remoto e de busca por estratégias para que esse novo formato de ensino não acarretasse tantos prejuízos para o desenvolvimento dos estudantes.

Outro obstáculo, nesse período, foi a dificuldade de adaptação dos professores ao ensino à distância, tendo em vista que eles passaram a receber cobranças relacionadas ao domínio da prática virtual, ainda que não tivessem tido acesso à devida preparação para esse fim. Da Silva *et al.* (2022) destacaram que, antes do ensino remoto, o professor tinha a função de facilitador do processo de ensino dos alunos, porém, após o distanciamento, como a interação social foi reduzida, muitos docentes voltaram a usar o método tradicional, no qual o professor se torna o detentor dos conhecimentos e os alunos, espectadores, o que gerou um impacto negativo no processo de aprendizagem.

Ademais, o ensino remoto, em alguns casos, contribuiu para o aumento da ansiedade e do estresse entre os alunos, principalmente devido à pressão gerada pela necessidade de acompanhar o ritmo das aulas on-line, à cobrança excessiva por resultados e ao medo de ficar para trás. Marinho, Guazina e Zappe (2023) destacaram, que os estudantes se sentiram sobrecarregados, devido ao notável aumento de tarefas escolares e trabalhos propostos pelos professores. Essa mudança também foi marcada por situações que reduziram o desempenho, aumentaram a desorganização e a procrastinação, o que levou os alunos a um aumento de estresse e até mesmo a uma piora do humor.

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as dificuldades na aprendizagem no contexto da pandemia da COVID-19, destacando as mudanças no ambiente educacional, os desafios enfrentados

pelos alunos e professores. Além disso, ela buscou compreender como o cenário da doença impactou o bem-estar emocional e a aprendizagem dos estudantes, bem como as possíveis consequências a longo prazo. Entender esses aspectos foi fundamental para promover práticas educacionais adaptadas ao contexto atual, as quais podem ser úteis para formuladores de políticas públicas, visto que fornece evidências para direcionar investimentos e estratégias de recuperação educacional pós-pandemia.

MÉTODO

Esta pesquisa se configura como uma pesquisa básica, uma vez que, de acordo com Schwartzman (1979), visa gerar conhecimento que pode levar a avanços futuros, mesmo que não imediatos. Inicialmente, adotou-se uma abordagem exploratória, como sugerem Piovesan e Temporini (1995), para adaptar os instrumentos de pesquisa à complexidade do fenômeno estudado. Em seguida, utilizou-se uma metodologia quantitativa, com variáveis objetivas e resultados replicáveis, conforme destacado por Nascimento e Cavalcante (2017), para aprofundar a análise dos dados. E suma, a metodologia compreende uma revisão sistemática da literatura, seguindo protocolos específicos para analisar um grande volume de informações (Galvão e Ricarte, 2019).

A fim de executar esta pesquisa, houve a testagem de diversos termos de busca de forma on-line através de dois bancos de dados: SCIELO E BVS, até que se chegou aos descritores selecionados, os quais garantiram maior precisão e relevância para o estudo. Por fim, foram escolhidos e aplicados os seguintes termos de busca, que apresentaram os melhores resultados: "Dificuldades na aprendizagem", "Dificuldades na aprendizagem durante a pandemia" e "Aprendizagem durante a COVID 19". A realização da pesquisa se

deu durante o segundo semestre do ano de 2024, e a definição dos resultados dos trabalhos estará condicionada à observância de critérios específicos de inclusão e exclusão.

Logo, para os critérios de inclusão, foram considerados artigos científicos publicados e disponíveis integralmente nessas bases de dados científicas, artigos que foram publicados nos últimos 5 anos (de 2019 a 2024), escritos em português, e aqueles cuja temática estivesse de acordo com o objetivo desta pesquisa. Os critérios de exclusão, por sua vez, compreenderam características ou circunstâncias que impediam a inclusão do artigo no estudo. Foram excluídos da amostra todos os estudos duplicados, revisões sistemáticas e aqueles que apresentavam características que poderiam comprometer a qualidade dos dados, como teses, editoriais e artigos incompletos.

No material coletado, foi realizado um exame detalhado do conteúdo apresentado em cada artigo, com o fito de estabelecer uma relação direta com o objetivo principal deste trabalho. Desse modo, esse processo foi essencial para a identificação das contribuições de cada autor e a compreensão acerca da maneira suas análises e conclusões se conectam com a temática discutida.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A revisão sistemática resultou em uma base de dados considerável, totalizando 19.207 (dezenove mil, duzentos e sete) artigos. Essa quantidade expressiva de publicações, oriundas principalmente das bases de dados SCIELO, onde foram registrados 1.216 (mil duzentos e dezesseis) artigos, e BVS, com 17.991 (dezessete mil, novecentos e noventa e um) artigos, demonstra a relevância e a abrangência do tema pesquisado. A diversidade de fontes consultadas permitiu

uma análise aprofundada e abrangente da literatura científica sobre dificuldades na aprendizagem durante a pandemia.

Os artigos que atenderam aos critérios pré-estabelecidos foram submetidos a uma análise detalhada. As informações mais importantes de cada artigo, incluindo a base de dados utilizada, as referências bibliográficas, o objetivo principal da pesquisa e os principais resultados encontrados, foram cuidadosamente extraídas e compiladas a seguir, na tabela 1, que serve como um resumo organizado dos dados que fundamentaram este estudo:

Tabela 1- Descrição dos resultados dos artigos selecionados quanto ao título, autor/ano e objetivo

TÍTULOS	AUTORES (ANO)	OBJETIVO
SCIELO	MARINHO, J. DA R.; GUAZINA, F. M. N.; ZAPPE, J. G. Experiências de ser estudante universitário em tempos de pandemia: mudanças, adaptações e perspectivas compartilhadas. **Educação e Pesquisa**, v. 49, p. e267797, 15 dez. 2023.	Investigar as vivências de alunos universitários desde a emergência da COVID-19, focando nas mudanças em suas rotinas, desafios no aprendizado remoto e impactos na saúde mental.
BVS	GARCIA JUNIOR, A. S.; PASQUINI, C.; SANTOS, M.; PERONDI.; CECCON, F. Atividades práticas na formação médica durante o ensino remoto no contexto da pandemia: Practical activities in medical training during remote teaching modality in the pandemic context. **Saúde em Redes**, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 4019, 2023.	Analisar os efeitos da ausência de atividades práticas na formação médica durante o ensino remoto emergencial no curso de medicina da Universidade Federal de Santa Catarina - campus Araranguá.
SCIELO	NOBRE, MÁRCIO RIMET *et al.* QUE ESCOLA PÓS-PANDEMIA? **Educação em Revista**, v. 40, 2024.	Examinar as vivências dos jovens durante a pandemia de COVID-19, focando especialmente no impacto do ensino remoto e nas mudanças que ocorreram no contexto escolar e familiar.

TÍTULOS	AUTORES (ANO)	OBJETIVO
BVS	CASTRO, G. M. de.; MARTINS-REIS, V. O.; CELESTE, L. C. Aprendizagem e comportamento de crianças durante o fechamento das escolas devido à COVID-19: perspectivas dos pais e professores. **CoDAS**, v. 35, n. 4, p. e20220037, 2023.	Verificar a associação entre a percepção dos cuidadores e professores acerca das mudanças impostas pelo isolamento social e o impacto na aprendizagem dos estudantes.
SCIELO	PRIOSTE, C. Hipóteses docentes sobre o fracasso escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental. **Educação e Pesquisa**, v. 46, 2020.	Identificar as percepções dos professores do Ensino Fundamental I sobre as causas do fracasso escolar no Brasil.
SCIELO	OLIVEIRA.K. L *et al.* Estilos intelectuais, estratégias de aprendizagem e adaptação acadêmica no ensino superior brasileiro. **Rev. Port. de Educação** [online]. 2019, vol. 32, n. 2, pp. 134-149. ISSN 0871-9187.	Investigar como se apresentam os estilos intelectuais, as estratégias de aprendizagem e a adaptação acadêmica no ensino superior, sendo buscadas possíveis correlações e relações de dependência entre essas variáveis.
SCIELO	PORTO, Renata Sol Magalhães *et al.* A motivação para aprender na adolescência e o ensino remoto emergencial. **Audiology - Communication Research**, v. 28, 2023.	Analisar como a motivação para aprender impacta a experiência dos estudantes com o ensino remoto.
BVS	RODRIGUES, P. S. *et al.* Aprendizagem baseada em problemas no ensino remoto: vivências de estudantes de enfermagem na pandemia covid-19. **Reme Revista Mineira de Enfermagem**, v. 25, 2021.	Entender como os estudantes de enfermagem percebem o processo de tutoria à distância durante o período de isolamento social causado pela COVID-19.
BVS	SOUSA, Matias Aidan Cunha de *et al.* Rodas de conversa virtual no ensino remoto emergencial: limites e potencialidades para a formação médica. **Saúde em Redes**, v. 8, n. 3, p. 07-23, 29 dez. 2022.	Avaliar as limitações e as vantagens das rodas de conversas virtuais como estratégia de ensino-aprendizagem durante o ERE na pandemia de COVID-19.

Fonte: Autoria própria, 2024.

Segundo o artigo de Marinho *et al.* (2023), foram realizados estudos com estudantes universitários referentes às suas realidades no contexto da pandemia. Com a discussão conduzida em quatro momentos, foram reunidos temas que ilustraram e analisaram essas experiências. Dentre eles, estão os efeitos da pandemia sobre a saúde mental e as alterações ocasionadas por ela, as consequências do ensino remoto para as atividades acadêmicas, as visualizações dos estudantes sobre esse formato, além das suas expectativas para o futuro.

Outrossim, de acordo com o estudo de Gama *et al.* (2022), concluiu-se que vários sintomas, como preocupação, estresse, ansiedade e tensão, foram adquiridos com mais frequência durante a pandemia da COVID-19, sendo agravados, principalmente, por causa do isolamento social. Realizado por Marinho *et al.* (2023), outro estudo, o qual corroborou Gama *et al.*, , ilustrou as alterações ocasionadas pela pandemia e as consequências do ensino remoto para a saúde mental dos indivíduos, devido, sobretudo, a preocupações relacionadas às expectativas para o futuro.

A pesquisa de Garcia Junior (2023) com estudantes de medicina da UFSC apontou problemas no ensino remoto durante a pandemia. Consoante o autor, a ausência de separação entre os ambientes de estudo e conforto resultou em distrações e fadiga mental. A pesquisa ainda evidenciou que a falta de práticas e o foco na memória semântica prejudicaram a retenção do aprendizado a longo prazo, e que a rápida adaptação ao ensino remoto e a falta de suporte da universidade causaram sobrecarga de conteúdos e inconsistências na qualidade do ensino.

A pandemia da COVID-19 não apenas alterou a forma como ensinamos e aprendemos, mas também impactou o bem-estar emocional dos estudantes. Como destacado por Garcia Junior (2023) e Matias *et al.* (2023), a falta de interação durante as aulas remotas e a dificuldade dos alunos de manter a atenção contribuíram para

um aumento do estresse e da ansiedade entre eles, o que afetou negativamente o seu desempenho acadêmico e, por conseguinte, passou a exigir uma busca por novas abordagens pedagógicas que garantissem o engajamento e o aprendizado dos estudantes.

Nobre *et al.* (2024) conduziram uma pesquisa que teve como objetivo explorar as experiências educacionais durante o ensino remoto e o impacto desse período na vida dos estudantes. Por meio de encontros e entrevistas realizados com adolescentes, emergiram os seguintes pontos cruciais para a discussão: sobrecarregamento familiar no ensino remoto, falta de socialização entre alunos e professores, desigualdade educacional entre escolas públicas e privadas, reflexões pós-pandemia sobre o papel da escola e exclusão digital. Também se discutiu a necessidade de se repensar o futuro da educação, considerando as novas demandas que surgiram no cenário pós-pandêmico.

Segundo o estudo de Nobre *et al.* (2024), surgiram pontos essenciais para a discussão. Entre eles, a já mencionada falta de socialização entre alunos e professores. Outro ponto pode ser percebido no estudo de Evaristo, de Queiroga e de Capellini (2023), o qual evidencia que o engajamento e a participação das famílias no processo de aprendizagem são muito importantes para a obtenção de bons resultados e que e é fundamental uma comunicação clara com a escola, com o objetivo de melhorar a metodologia de ensino.

A pesquisa de De Castro *et al.* (2023), por sua vez, destaca que o ensino remoto trouxe impactos negativos para os pais, para as crianças e para a aprendizagem dos alunos. A nova dinâmica familiar, que incluía o equilíbrio entre o trabalho remoto, os cuidados com os filhos e as tarefas domésticas, sobrecarregou os pais, levando-os a atingir altos níveis de estresse e de ansiedade. A incerteza quanto ao futuro, aliada à preocupação com a saúde familiar e com as dificuldades de se manter uma rotina, contribuiu para o desequilíbrio emocional e físico.

Os estudos de De Castro *et al.* (2023) e Okamoto, dos Santos e Emidio (2023) apontam para um cenário desafiador vivido por muitas famílias durante o período de ensino remoto. De acordo com os autores, a necessidade de conciliar as responsabilidades profissionais com o cuidado dos filhos e as tarefas domésticas gerou uma sobrecarga significativa para os pais, especialmente para as mães. Essa nova rotina, marcada pela falta de tempo e pelo estresse, afetou a saúde mental dos adultos e a qualidade das relações familiares.

Conforme apontamentos de Prioste (2020), o fracasso escolar é um problema multifacetado que não pode ser atribuído a uma única causa. Embora os professores tendam a atribuir as dificuldades na aprendizagem a fatores individuais (alunos e famílias), a pesquisa sugere que essa visão é simplificada e pode mascarar problemas mais profundos, relacionados a questões sociais, econômicas e políticas. A análise mais aprofundada das falas dos professores revela um cenário complexo, em que se entrelaçam: desigualdades sociais, desvalorização da educação e influência da mídia.

Além disso, a pandemia da COVID-19 intensificou as desigualdades sociais preexistentes, expondo dramaticamente as disparidades no acesso à educação. Nesse sentido, Prioste (2020) aponta que questões econômicas e sociais interferem diretamente no ensino dos estudantes, principalmente no contexto da pandemia. Outro estudo realizado por Guimarães *et al*. (2024) trata da falta de acesso à internet, que foi um dos principais problemas relatados no processo de ensino remoto durante a pandemia.

O estudo de Oliveira (2019) revela estilos e estratégias de aprendizagem, por meio do qual se constatou que os estudantes obtiveram médias melhores nos estilos hierárquico, externo e legislativo judicial. Além disso, foi possível notar que o estilo com menos pontuação foi o ensino oligárquico, em que se realizam várias tarefas ao mesmo tempo, sem estabelecer prioridades. Por fim, observou-se a singularidade de cada estudante ao aplicar suas habilidades nos

estudos, demonstrando que cada estilo de aprendizagem se adapta às necessidades individuais.

Sob perspectiva, é possível perceber como cada pessoa tem seu jeito de aprender e como o contexto social e histórico tem influência nesse meio. Consoante Oliveira (2019), cada aluno faz uso de suas habilidades em momentos de estudo, o que faz com que cada um tenha um modo de aprendizagem. Nesse sentido, La Rosa (2004) explica que existem diferentes formas de aprendizagem, juntando aprendizados passados e aprendizados novos, que resultam em novas maneiras de pensar, agir e visualizar o mundo.

Porto *et al.* (2023), em sua pesquisa, identificaram uma percepção predominantemente negativa do ensino remoto entre os estudantes, independentemente do gênero. Apesar disso, as meninas apresentaram uma avaliação ligeiramente melhor, sugerindo que fatores socioemocionais, como a pressão por resultados e a busca por aprovação social, podem ter influenciado de forma distinta a experiência de cada gênero durante a pandemia. O isolamento social e as incertezas do período podem ter impactado a motivação dos adolescentes, especialmente das meninas, que demonstraram uma maior tendência a evitar o fracasso escolar para preservar seu bem-estar emocional.

Fica evidente, portanto, que o isolamento social e a incerteza em relação ao futuro, em decorrência da pandemia, trouxeram desafios para a saúde mental dos estudantes. Assim como Porto *et al.* (2023) evidenciaram como o período de pandemia acabou gerando incertezas e afetou a motivação dos adolescentes, que demonstraram uma maior tendência a autocobrança, Cabral *et al.* (2023) também demonstraram que os adolescentes se afetam mais em contextos psicossociais e bem-estar emocional, principalmente durante a pandemia da COVID-19, que acabou gerando mais estresse e ansiedade.

Em sua pesquisa, Rodrigues *et al.* (2021) identificaram e analisaram a percepção dos alunos no que diz respeito ao processo de tutoria remota, o qual exigiu uma adaptação para que houvesse uma interação mais eficaz em grupo e para a superação das limitações enfrentadas no ambiente domiciliar. Momentos de ansiedade e angústia foram vivenciados, mas aspectos positivos também foram elencados, como a percepção da necessidade de criação de vínculos para uma boa dinâmica em pares. Além disso, sentiu-se a ausência dos vínculos presenciais entre os colegas de classe, o que reforça a valorização da socialização, do fortalecimento de laços e desenvolvimento de habilidades sociais.

A falta de interações presenciais dificultou a construção de conexões significativas. Rodrigues *et al.* (2021) evidenciaram, em sua pesquisa, como a falta de vínculos presenciais afetou a saúde mental e fez com que o ambiente escolar se tornasse mais frio e distante. Ademais, Dourado-Maranhão e Cunha (2024) destacaram que outra consequência foi a falta de oportunidade de se estabelecer vínculos, já que não havia momentos de convivência e de trocas, o que acabou influenciando negativamente as interações sociais.

Em seu estudo, Sousa *et al.* (2022) examinaram a funcionalidade de ferramentas tecnológicas como forma de lidar com as mudanças vivenciadas durante o contexto do ensino remoto emergencial (ERE) na formação médica. Apesar dos dispositivos utilizados permitirem que os estudantes interagissem com diversos profissionais da saúde e comunidade, viabilizando a democratização do acesso à saúde, desafios também foram apontados, pois, com as mudanças, se fez necessário um aperfeiçoamento na infraestrutura tecnológica e a qualificação dos profissionais de saúde.

Sendo assim, percebe-se que a pandemia trouxe consigo tanto desafios quanto oportunidades no que diz respeito à utilização de tecnologias digitais. Se, por um lado, a rápida adoção de ferramentas digitais permitiu que muitas atividades continuassem a ser

realizadas, mesmo em contexto de distanciamento social, como é apontado por Ferreira *et al.* (2022), por outro, como destacam Sousa *et al.* (2022), apesar dos dispositivos utilizados para a interação entre os profissionais e a comunidade, outros desafios foram evidenciados, como a falta de infraestrutura e preparo por parte dos profissionais.

Os resultados obtidos indicam, portanto, que a pandemia de COVID-19 acarretou diversos desafios para a aprendizagem dos estudantes, revelando a vulnerabilidade do ensino remoto emergencial. Com a mudança do contexto educacional de forma abrupta, os alunos enfrentaram desafios significativos devido à falta de acesso a dispositivos tecnológicos e à dificuldade de manter a concentração em casa. Além disso, a ausência de interações sociais e do apoio presencial intensificou as dificuldades na aprendizagem e impactou negativamente o bem-estar emocional dos estudantes, exigindo a adaptação da nova realidade dos docentes e família, muitas vezes em condições adversas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, buscou-se demonstrar que a pandemia de COVID-19 trouxe consigo uma série de mudanças e desafios globais sem precedentes, sobretudo, no eixo educacional. Devido à interrupção das aulas presenciais, ficaram claras as desigualdades no acesso à educação, bem como a necessidade de ampliação de novas soluções pedagógicas. Nesse sentido, este trabalho teve como objetivo analisar as dificuldades na aprendizagem no contexto da pandemia da COVID-19.

A pesquisa revelou que as dificuldades de aprendizagem durante a pandemia foram multifacetadas e impactaram significativamente os estudantes. A falta de acesso à internet e de equipamentos adequados, a dificuldade em manter a concentração em

ambientes domésticos e a ausência de interação social presencial foram os principais desafios enfrentados. Além disso, observou-se um aumento nos índices de ansiedade e depressão entre os estudantes, o que impactou diretamente seu desempenho acadêmico.

Outrossim, a pandemia de COVID-19 trouxe desafios inéditos para professores e famílias, que precisaram se adaptar rapidamente ao ensino remoto. Os docentes buscaram novas ferramentas e metodologias para engajar os alunos, enquanto as famílias passaram a desempenhar um papel central no processo educacional, conciliando suas atividades com o apoio aos filhos. Essa dinâmica destacou a importância da parceria entre escola e família para garantir a continuidade da aprendizagem e o bem-estar de todos.

Os objetivos deste estudo, centrados em analisar as dificuldades na aprendizagem no contexto da pandemia de COVID-19, foram satisfatoriamente cumpridos. A pesquisa permitiu, por meio de leituras e análise de dados, identificar e aprofundar o conhecimento sobre os principais desafios enfrentados pelos estudantes durante o período de ensino remoto. Ela evidenciou, desse modo, a complexidade do cenário e a necessidade de ações urgentes para mitigar os impactos da pandemia na educação, permitindo, assim, a constatação da carência de pesquisas que investiguem os impactos a longo prazo da pandemia na trajetória escolar dos estudantes.

Apesar da vasta produção científica, ainda há lacunas significativas na pesquisa sobre o tema, com muitos estudos focados em aspectos específicos, como o impacto da tecnologia ou desigualdades socioeconômicas. É necessário aprofundar a investigação para fornecer dados empíricos que testem e refinem teorias sobre a educação em tempos de adversidade. Isso pode contribuir para o desenvolvimento de políticas educacionais inclusivas, para a identificação de lacunas que afetam alunos vulneráveis, para a compreensão acerca do impacto na saúde mental de alunos e professores e para o incentivo à criação de novas metodologias pedagógicas adaptadas à digitalização.

REFERÊNCIAS

CABRAL, Cristiane da Silva *et al.*, "A gente quer abraçar o amigo": a pandemia de covid-19 entre adolescentes de baixa renda. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, Brasil, v. 57, n. Supl.1, p. 5, 2023.

CASTRO, G. M. DE .; MARTINS-REIS, V. DE O.; CELESTE, L. C. Aprendizagem e comportamento de crianças durante o fechamento das escolas devido à COVID-19: perspectivas dos pais e professores. **CoDAS**, v. 35, n. 4, p. e20220037, 2023.

DOURADO-MARANHÃO, R.; CUNHA, M. Percepção de alunos ingressantes de Medicina sobre o aprendizado durante a pandemia da Covid-19. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 48, n. 2, 2024.

EVARISTO, D. C. S.; QUEIROGA, B. A. M. de.; CAPELLINI, S. A. Impactos do isolamento social no desenvolvimento de pré-escolares. **Revista Psicopedagogia**, v. 40, n. 121, 2023.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da informação**, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019.

GAMA, L. M. P. *et al.* **Distanciamento social na pandemia da COVID-19 e estado emocional de estudantes universitários: estudo descritivo-exploratório** | Online braz. j. nurs. (Online); 21(supl.2): e20226577, 21 janeiro 2022. tab | LILACS | BDENF. 13 jun. 2022.

GARCIA JUNIOR, A. S. *et al.* Atividades práticas na formação médica durante o ensino remoto no contexto da pandemia: Practical activities in medical training during remote teaching modality in the pandemic context. **Saúde em Redes**, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 4019, 2023.

GUIMARÃES, A. A. *et al.,* Processo de ensino e aprendizagem no período de suspensão das aulas presenciais em virtude da pandemia de COVID-19: estudo com professores. **Distúrbios da Comunicação**, [*S. l.*], v. 36, n. 1, p. e62672, 2024.

MARINHO, J. R.; GUAZINA, F. M. N.; ZAPPE, J. G. **Experiências de ser estudante universitário em tempos de pandemia**: mudanças, adaptações e perspectivas compartilhadas. 15 dez. 2023.

MATIAS, A. B. *et al.* A pandemia da COVID-19 e o trabalho docente: percepções de professores de uma universidade pública no estado de São Paulo, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, n. 2, p. 537-546, fev. 2023.

NASCIMENTO, L. F.; CAVALCANTE, M. M. D. Abordagem quantitativa na pesquisa em educação: investigações no cotidiano escolar. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 11, n. 25, p. 9, 2018.

NOBRE, M. R. *et al.* Que Escola Pós-Pandemia? **Educação em Revista**, v. 40, 2024.

OKAMOTO, M. Y.; SANTOS, M. A. dos.; EMIDIO, T. S. Fechamento das Escolas durante a Pandemia de Covid-19: experiências maternas com filhos em idade escolar. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 27, 2023.

OLIVEIRA, K. L. *et al.* Estilos intelectuais, estratégias de aprendizagem e adaptação acadêmica no ensino superior brasileiro. **Revista Portuguesa de Educação** [online]. 2019, vol. 32, n. 2, pp. 134-149. ISSN 0871-9187.

PIAGET, J. **Seis estudos de Psicologia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

PORTO, R. S. M. *et al.* A motivação para aprender na adolescência e o ensino remoto emergencial. **Audiology Communication Research**, v. 28, 2023.

PRIOSTE, C. Hipóteses docentes sobre o fracasso escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental. **Educação e Pesquisa**, v. 46, 2020.

RODRIGUES, P. S. *et al.* Aprendizagem baseada em problemas no ensino remoto: vivências de estudantes de enfermagem na pandemia covid-19. **Reme: Revista Mineira de Enfermagem**, v. 25, 2021.

RUFINO, D.; SOUZA, I. A. A. Dificuldades de aprendizagem na escola: o olhar do professor. **Eventos Pedagógicos**, v. 3, n. 3, p. 44-52, 2012.

SILVA, A. P. da. *et al.* Repercussões da pandemia de covid-19 na saúde mental, no estado de ânimo e nas atividades escolares de adolescentes brasileiros | **Reme: Revista Mineira de Enfermagem**; 26: e1460, abr.2022. tab, graf | LILACS | BDENF. 7 jul. 2022.

SCHWARTZMAN, S. **Pesquisa acadêmica, pesquisa básica e pesquisa aplicada em duas comunidades científicas**. Termos de referência de pesquisa, não publicado, janeiro de 1979.

SISTO, F. F. *et al.* **Dificuldades de aprendizagem no contexto psicopedagógico**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

SOUSA, M. A. C. de *et al.* Rodas de conversa virtual no ensino remoto emergencial: limites e potencialidades para a formação médica. **Saúde em Redes**, v. 8, n. 3, p. 07-23, 29 dez. 2022.

VYGOTSKY, L. S. A. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes. 1991.

7

Maria Luiza Bezerra Félix
Maria Samara Ellen Formiga Querino
Tárcilla Lauanne de Sousa Santos
Thaynara Hellen da Silva Ribeiro
Maria Clara Alves Pereira
Leilane Cristina Oliveira Pereira

REVISÃO DE LITERATURA SOBRE AUTISMO E COVID

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-360-8.7

INTRODUÇÃO

O presente projeto terá como objetivo analisar através de revisão literária o impacto da pandemia do COVID-19 no desenvolvimento de crianças com o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Nesse contexto, sabe-se que o TEA é um transtorno do neurodesenvolvimento responsável por afetar o sistema nervoso central e mesmo sendo um transtorno multifacetado e delicado ao receber um diagnóstico pode ser caracterizado por alterações do aspecto social, a comunicação e a linguagem. É importante pontuar que no autismo não se busca por um padrão específico devendo tratar cada induvíduo que possui o TEA como singular, sendo assim há muitas incertezas a seu respeito (Cunha, 2011).

Desse modo, na vivência da pandemia, decretada pela Organização Mundial da Saúde no dia 11 de março de 2020 houve uma medida de isolamento buscando por preservar a saúde da população mundial e evitar a contração do vírus causador de sintomas misteriosos, diversas mortes ao redor do mundo e extremo pânico social. A quebra da rotina da população nesse período inviabilizou todos os meios presenciais e afetou diretamente a vida dos autistas (Pradon, 2013).

Ademais, as crianças com transtorno do espectro autista depararam-se com maior dificuldade em executar atividades descritas comuns, pois evidencia-se a necessidade de cuidados e a dependência com os pais ou cuidadores, uma vez que para se adequar às limitações e premências características dessas crianças a família requer constante modificação na sua rotina diária (Fávero e Santos, 2005; Schmidt; Dell´Aglio, D. e Bosa, 2007).

Portanto, é admissível conceituar que às características particulares aos comportamentos autistas, adicionadas à magnitude desse transtorno, são capazes de produzir estressores em capacitação para os familiares (Schmidt e Bosa, 2007).

Outrossim, o relatório irá expender sobre os impactos na vida das crianças com transtorno de espectro autista no cenário pandêmico de maneira a detalhar as dificuldades no ambiente familiar, como também no ambiente escolar, esse em questão, que no contexto aludido sofreu mudanças e passou a ocorrer de maneira remota o que consequentemente afetou o cotidiano das crianças e dos familiares.

Sobretudo, a revisão literária nos oferece uma visão melhor sobre o que já foi feito e escrito sobre o tema, e nos permite fazer um levantamento do material científico disponível acerca do tema trabalhado, bem como juntar informações de diferentes fontes para produzir um conteúdo rico, amplo e atualizado e assim contribuir com a formação acadêmica dos discentes e os guiando a identificar relevância nas particularidades das crianças com TEA que vivenciaram o momento da pandemia.

MÉTODO

O presente projeto trata-se de uma pesquisa de natureza básica caracterizada pela busca de desenvolvimento e conhecimento científico com objetivo exploratório em objetivar, desenvolver, modificar e explorar pesquisas com ideias e conceitos que abordem uma determinada problemática, buscando esclarecimento do assunto analisado (Gil, 1994). Nesse sentido, é uma pesquisa de caráter quantitativo baseado por dados numéricos sendo coletado por meio de estatíticas, desenvolvida a partir da exploração e análise de caracteristicas exatas e objetivas de indivíduos e acontecimentos da determinada área. Assim, tem como procedimento a pesquisa bibliográfica baseada na Revisão Sistemática da Literatura, a qual se designa a partir de materiais já escritos, como livros, monografias e artigos científicos, necessitando que o pesquisador adquira uma visão crítica de tudo que tenha acessado (Moreira e Caleffe, 2006).

Para o desenvolvimento desse trabalho, será usada uma base de dados eletrônicos: BVS, na qual, se utilizará os seguintes descritores e uso do operado booleano "AND": "Covid" AND "Autismo" – Esta busca ocorrerá no segundo semestre do ano de 2024, entre os meses de agosto a dezembro, e para a obtenção do resultado dos trabalhos serão considerados os critérios específicos de inclusão e exclusão.

Acerca dos critérios de inclusão serão classificados artigos científicos divulgados e assegurados comumente nessas bases de dados científicas; artigos que foram publicados nos últimos 05 anos (2019 a 2024); sendo brasileiros e com idioma em português serão considerados artigos pertinentes ao tema. Diante dos critérios de exclusão, ocorrerá a retirada de todos os artigos que sejam de línguas estrangeiras.

Diante disso, com os dados coletados, será possível atingir o objetivo central do presente projeto de pesquisa. Os dados coletados foram analisados de forma precisa, assim, trazendo confiabilidade nos elementos fornecidos. Dessa forma, visa alcançar todos os objetivos propostos e busca contribuir acerca do conhecimento no que concerne o tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante do exposto, a figura 2 destaca todos os artigos utilizados para os resultados dessa pesquisa, incluindo as referências, os objetivos e resultados presente em cada um. Nesse sentido, possui todas as informações em ordem para ser viável o acompanhamento de todos os detalhes embasados nessa pesquisa.

Tabela 1 - Artigos selecionados para o banco de dados final

REFERÊNCIAS	OBJETIVOS	RESULTADOS
BONELLI, M. A. *et al.* COVID-19: isolamento social e suas consequências na vida de crianças com transtorno do espectro autista. **Rev. enferm. UERJ**, p. e73672–e73672, 2023.	Conhecer as percepções de profissionais de saúde acerca das consequências do isolamento social, causado pela pandemia do COVID-19, no desenvolvimento e na vida de crianças com Transtorno do Espectro Autista.	As experiências apreendidas estiveram representadas nas categorias temáticas "Interrupção das terapêuticas e estratégias profissionais", "Implicações da pandemia no desenvolvimento da criança autista" e "Isolamento social da pandemia e a dinâmica familiar da criança com autismo".
MEDRADO, ARACELLES ALVARENGA *et al.* Saúde mental e qualidade de vida de pais de pessoas com TEA durante a pandemia COVID-19: uma revisão narrativa. **Rev. Psicol., Divers. Saúde**, p. 507–521, 2021.	Revisar estudos sobre a saúde mental e/ou qualidade de vida de pais durante a pandemia.	A avaliação dos artigos mostra que os pais de indivíduos com TEA tendem a estar mais ansiosos, estressados e depressivos nesse período devido a sobrecargas físicas e emocionais. Além disso, eles apresentaram pior qualidade de vida neste período quando comparado a pais de crianças com outros transtornos e com desenvolvimento típico.
COSTA, A. B. DA; PICHARILLO, A. D. M.; ELIAS, N. C. Efeitos da Pandemia de Covid-19 na Educação de Indivíduos com Transtorno do Espectro do Autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 29, p. e0226, 20 jul. 2023.	Descrever os efeitos da pandemia de covid-19 para indivíduos com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) no contexto educacional, em publicações de livre acesso da literatura científica nacional e internacional.	Foi possível observar as dificuldades com relação à educação, vivenciadas pelas famílias durante o período de isolamento. Eles também indicam que, quanto aos serviços de educação remota das crianças com TEA, existe a necessidade da atenção às especificidades desses alunos.

REFERÊNCIAS	OBJETIVOS	RESULTADOS
LOPES, G. Impacto do isolamento social durante a pandemia da COVID-19 na vida das mães e crianças com Transtorno do Espectro Autista: um estudo qualitativo. **Bvsalud.org**, p. 90–90, 2022.	Analisar o impacto do isolamento social durante a pandemia da COVID-19 para crianças com TEA, bem como na saúde mental das mães dessas crianças.	As mães relataram dificuldades para as crianças seguirem as medidas de segurança contra a doença (como uso de máscara e higienização das mãos) e problemas com a suspensão das aulas presenciais e dos tratamentos de rotina (sessões de terapia, fonoaudiologia). Para as entrevistadas, houve uma regressão no processo de socialização e desenvolvimento. Algumas crianças ficaram mais agressivas e ansiosas, influenciando na rotina de toda a família. Houve piora dos hábitos alimentares e de higiene bucal. As mães sinalizaram dificuldades ainda maiores de conseguirem atendimento odontológico para o filho.
SOUZA, J. B. *et al.* Repercussões da pandemia de COVID-19 na saúde das mulheres mães de crianças autistas. **Rev. enferm. UFSM**, p. e32–e32, 2022.	Compreender as repercussões da pandemia de COVID-19 na saúde das mulheres que são mães de crianças autistas.	As mulheres refletiram sobre a sua saúde física e mental; seu papel social enquanto mãe e esposa; e a conciliação das atividades domésticas com a educação formal do filho. Também emergiram os sentimentos cansaço, desânimo, depressão, e medo de contrair COVID-19.

REFERÊNCIAS	OBJETIVOS	RESULTADOS
COSTA, K. T. L. DA *et al.* Percepção dos pais sobre hipersensibilidade auditiva de crianças com sinais clínicos de risco para o Transtorno do Espectro do Autismo. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 30, 23 mar. 2022.	Averiguar a ocorrência e o tipo de hipersensibilidade auditiva em crianças com sinais clínicos de Transtorno do Espectro do Autismo por meio do relato dos pais no contexto da pandemia da COVID-19.	63,6% das crianças apresentaram resultado indicativo de hipersensibilidade e 54,5% obtiveram pontuação máxima nas questões relacionadas à irritabilidade a sons específicos. Os sons citados como geradores de irritabilidade foram: palmas, fogos, gritos, ferramentas de construção, canto e toque de celular.
MABEL, M.; ALVES, C. Teleatendimento no acompanhamento terapêutico de crianças com TEA na pandemia da COVID-19. **Interaçaopsicol**, p. 139–149, 2023.	Analisar como os profissionais brasileiros de psicologia clínica realizaram teleatendimentos a crianças com transtorno do espectro autista (TEA) no período de isolamento social durante a pandemia da COVID-19.	Evidenciaram que metade dos respondentes são do Rio Grande do Norte (50%) e fizeram atendimento modalidade on-line e presencial (69,9%).
ESTEVÃO, A. R. Vivência das famílias de crianças com autismo em serviços de urgência e emergência: à luz da resiliência familiar. **Ufpr.br**, 2023.	Compreender a vivência de famílias de crianças com transtorno do espectro autista, no contexto da pandemia COVID-19, em serviços de urgência e emergência à luz da resiliência.	As evidências resultaram em duas categorias temáticas: "Pandemia" e "Vivência da urgência e emergência". As famílias externaram que a pandemia repercutiu negativamente em suas vidas e a utilização dos serviços de urgência e emergência também foi experienciada de forma negativa, afetando a criança com o transtorno, bem como sua família, em diferentes níveis e aspectos.

REFERÊNCIAS	OBJETIVOS	RESULTADOS
AVILA, D. C. *et al.* **Oficinas terapêuticas para meninos e meninas com Transtorno do Espectro do Autismo**: estratégias e possibilidades durante a pandemia de COVID-19.	Com objetivo de estabelecer vínculos e formação de grupos, através de oficinas terapêuticas na modalidade virtual durante a pandemia de COVID-19.	A pesquisa mostra a realização das sessões e como os integrantes se comportam diante das atividades apresentadas. Durante a pesquisa foram impostas algumas oficinas, sendo elas oficinas de música, expressão plástica e lúdica, todas elas foram impostas com um único objetivo, observar o comportamento das crianças com TEA durante a pandemia. Dessa forma, os participantes não apresentaram nenhum tipo de obstáculo durante as oficinas, tanto virtualmente, quanto presencial.

Consoante Bonelli *et al.*, (2023), ocorreu uma pesquisa com o objetivo de conhecer as percepções de profissionais de saúde acerca das consequências do isolamento social causado pela pandemia do COVID-19 no desenvolvimento e na vida de crianças com Transtorno do Espectro Autista. Conforme o relato das 12 profissionais entrevistadas foi vivenciado problemas com o atendimento online, mudanças de comportamento ocasionadas pela quebra de rotina, regressão do desenvolvimento motor, social e pedagógico e relações conflituosas no âmbito familiar. Em contrapartida, alguns profissionais notaram casos onde familiares passaram a conhecer e entender melhor as necessidades dos filhos.

De acordo com Narzisi (2020), a ausência de terapias para crianças e adolescentes aumentava a sobrecarga familiar, pois ficavam sem o apoio de um profissional. No caso de crianças com autismo, Zornig (2019) ressalta que é crucial observar que para crianças com autismo essa ausência de comunicação não deve ser interpretada como silêncio dentro do jogo de comunicação intersubjetiva;

em vez disso, reflete uma resposta protetora decorrente de seus desafios nos relacionamentos. Por outro lado, Amaral &Vries (2020) apontam que em alguns países estar em casa pode melhorar o comportamento de crianças com autismo já que o ambiente doméstico reduz ansiedade, distrações, conflitos e estímulos sensoriais, além de proporcionar mais tempo em família e atividades tranquilas.

Conforme Medrado *et al.* (2021), foi realizada uma pesquisa com o objetivo de revisar estudos sobre a saúde mental e/ou qualidade de vida de pais durante a pandemia. No transcorrer da quarentena os pais de indivíduos com TEA têm desenvolvido problemas relacionados ao impacto que estão vivenciando na saúde mental e bem-estar. Há indicativos de que as circunstâncias da pandemia têm ocasionado piora considerável quanto à qualidade do sono, hipersensibilidade e as variações de comportamento de crianças com diagnóstico de TEA com o crescimento de irritabilidade e hiperatividade.

O autor Costa *et al.* (2023), analisou sete pesquisas obtidas em Israel, Estados Unidos da América, Irã, Indonésia, China e Reino Unido, a qual realizaram-se entrevistas com 77 pais de crianças autistas com o objetivo de identificar os efeitos da pandemia de covid-19 na educação de indivíduos com TEA do ponto de vista de seus cuidadores ou professores. Nesse sentido, todos os pais apresentaram preocupação diante da quebra de rotina e a adequação da casa para as diversas atividades que eram necessárias, havendo um constante receio em não conseguir lidar com a demanda educacional dos filhos e se sobrecarregar com o trabalho.

Nesse viés, Costa (2023) enfatizou bastante em seus resultados que a mudança abrupta da rotina dessas crianças autistas afetou os pais também, pois se preocuparam em dobro com as questões mais sensíveis dos filhos. Consoante a Costa, Buonoet al (2021), afirma que essas demandas trazidas pelo isolamento social afetavam não somente as crianças com TEA, já que é um gatilho para elas, mas também as relações com a família que acabam em

estresse pelos cuidados necessários do dia a dia. Desse modo, os autores possuem o mesmo pensamento, enfatizando o desequilíbrio emocional que ocorre com mudanças para essas crianças.

Segundo Borges (2021), foi realizado um estudo que objetivou analisar o impacto do isolamento social durante a pandemia da COVID-19 para crianças com TEA, bem como na saúde mental das mães dessas crianças. Foi realizada uma pesquisa qualitativa com mães de filhos com TEA, estes entre 6 e 12 anos de idade, a partir disso foi relatado dificuldades para seguir as medidas de segurança contra a doença e problemas em relação a suspensão das atividades presenciais, além de mudanças no comportamento e piora de hábitos alimentares e de higiene bucal. Ademais, acerca da saúde mental das mães as mulheres relataram cansaço e suspensão de momentos de lazer, além de falta de paciência e complicações para atender a todas as necessidades dos filhos.

Conforme Buono *et al.* (2021), alterações nas rotinas diárias podem ser uma fonte de estresse para crianças com TEA, impactando negativamente seus relacionamentos familiares e complicando seus cuidados diários. Nesse viés, Schmidt & Bosa, 2007 argumentam que os traços associados aos comportamentos autistas, juntamente com a intensidade desse transtorno podem servir como estressores significativos para os membros da família. Desse modo, O Núcleo Ciência pela Infância (2020) destaca que sintomas de depressão, especialmente em mães, já são comuns, mas podem piorar com o fechamento de creches e escolas, distanciamento social, crise na saúde pública e recessão econômica.

Análogo ao autor Souza *et al.* (2022), uma pesquisa remota com 12 participantes foi realizada, cujo propósito consistiu em compreender as repercussões da pandemia de COVID-19 na saúde das mulheres que são mães de crianças autistas. Nesse viés, em sua maior parte, as mulheres descreveram cansaço e sobrecarga, buscando serem multifunções a todo o momento, visto que sentiam

pressão de familiares em relação a alguma piora do filho. De acordo com 7 das constituintes, foi necessário demissão para ser possível gerenciar uma rotina mais leve. Houve também, descuido pessoal, pois focaram unicamente no cuidado dos filhos, e se afligiam ao notarem alguma regressão no tratamento deles.

Segundo as pesquisas de Souza (2022), as mães de crianças com TEA apresentaram abalo psicológico diante a pandemia do COVID-19. Diante disso, Manning (2020), discorre que o estresse e o aumento significativo de preocupação com suas crianças acometeram psicologicamente as pessoas que cuidam delas. Nesse sentido, Teixeira (2022), destaca igualmente que uma das contribuições negativas da pandemia foi o perceptível aumento da ansiedade e do medo que se apresentam entre as famílias com crianças autistas. Assim, é possível afirmar que os autores estão em concordância.

De acordo com Costa *et al.* (2022), ocorreu uma pesquisa com 11 mães e avós de crianças com TEA entre 2 e 5 anos, cujo objetivo é averiguar a ocorrência e o tipo de hipersensibilidade auditiva em crianças com sinais clínicos de Transtorno do Espectro do Autismo por meio do relato dos pais no contexto da pandemia da COVID-19. A pesquisa retrata a hipersensibilidade dessas crianças e o que desperta cada uma delas, no estudo mais de 63% das crianças apresentam resultado indicativo de hipersensibilidade. Durante a avaliação através dos testes psicoacústicos foi notado que 63% das crianças não suportam sons em alta intensidade, além disso, não foi obtido nenhuma resposta "não sei" quando perguntado aos responsáveis sobre suas sensibilidades a cada som apresentado.

Conforme Costa *et al.* (2022), foi-se observado os tipos e a frequência de hipersensibilidade auditiva de crianças com TEA durante a pandemia de COVID-19, tornou-se claro durante os testes propostos que a maioria das crianças expostas aos testes possuíam alguns tipos de hipersensibilidade aos sons expostos. Em contrapartida, foi deixado claro que com o isolamento social e a diminuição

nas interações sociais de certa forma pode ter reduzido a sobrecarga sensorial e auditiva dessas crianças, sendo um ponto positivo do isolamento social (Pellicano, 2021).

Posto isto, o autor Medrado *et al.* (2021), discorda da afirmação posta pelo autor do artigo utilizado anteriormente, informando que há indicativos de que o cenário da pandemia tem ocasionado piora significativa de modo a afetar à qualidade do sono, hipersensibilidade e as alterações de conduta de crianças com diagnóstico de TEA com o aumento de irritabilidade e hiperatividade. No que concerne, Lear (2024) destaca que o processo de aprendizagem de crianças com (TEA) ocorre de maneira progressiva levando em consideração que elas conseguem expressar dificuldades para manter a concentração por períodos prolongados.

Prólogo Medeiros *et al.* (2023), efetuou uma pesquisa que tem como objetivo analisar como os profissionais brasileiros de psicologia clínica realizaram teleatendimentos a crianças com transtorno do espectro autista (TEA) no período de isolamento social durante a pandemia da COVID-19. A tabela 1 apresenta a descrição do grupo de profissionais que se envolveram no estudo. Tal caracterização se desenvolve em atribuição de formação com abordagem psicológica e neuropsicológica. Em vínculos com a formação dos profissionais o maior número atuou sem especialização neuropsicológica. Os indivíduos com TEA acompanhados por profissionais encontraram-se descritos na tabela 2. A descrição foi efetuada diante a fase de desenvolvimento e ao nível de seriedade de TEA conforme critérios do DSM-5.

Desse modo, o presente artigo discorre informações sobre os manuais psiquiátricos nas quais compõem a concretização do diagnóstico e foram realizadas modificações históricas na denominação do autismo. Em 65 anos, o autismo transformou-se em sintomas das psicoses infantis em TEA, pelo DSM-V (American PsychiatricAssociation, 2013). Nesse sentido, Medeiros *et al.* (2023),

efetuou uma pesquisa na qual o objetivo é analisar como os profissionais brasileiros de psicologia clínica executam teleatendimentos a crianças com TEA na época do isolamento social durante a pandemia da COVID-19. A explicação foi realizada diante a fase de desenvolvimento e ao nível de seriedade de TEA.

Estevão (2023), executou uma pesquisa sobre 13 mães as quais havia 14 crianças com TEA, com objetivo de compreensão a vivência das famílias de crianças com transtorno do espectro autista em serviços de urgência e emergência, no contexto da pandemia COVID-19, a luz da resiliência familiar. Nesse viés, foi registrado tensão, aumento de crises, dificuldades com o uso de máscara e mudança de rotina por parte das crianças e familiares. Em relação às vivências de urgência e emergência houve dificuldades para tomar remédios e agitação para fazer o teste de COVID.

Por conseguinte, destaca-se um estudo realizado na Turquia por Bozkus e Bozkurt (2021), com pais de crianças com TEA, e foi descoberto que essas manifestaram ideias criativas durante o confinamento demonstrando que seu desenvolvimento poderia avançar mesmo em um momento difícil. Evidencia-se também, por Meral (2022), que os momentos em família, apesar do estresse, aumentaram os vínculos de pai e filhos. Assim, ainda que houvesse uma rotina complicada descrita por Estevão (2023), esse momento gerou muitas evoluções.

De acordo com Avila *et al.* (2021), ocorreu uma pesquisa com 11 participantes, sendo elas crianças com espectro autista (TEA), com objetivo de estabelecer vínculos e formação de grupos, através de oficinas terapêuticas na modalidade virtual durante a pandemia de COVID-19. A pesquisa mostra a realização das sessões e como os integrantes se comportam diante das atividades apresentadas. Durante a pesquisa foram impostas algumas oficinas, sendo elas oficinas de música, expressão plástica e lúdica, todas elas foram impostas com um único objetivo, observar o comportamento das crianças

com TEA durante a pandemia. Dessa forma, os participantes não apresentaram nenhum tipo de obstáculo durante as oficinas, tanto virtualmente, quanto presencial.

De acordo com a OMS (2021), intensificou-se cada vez mais a necessidade de apoio remoto para as crianças com TEA durante a pandemia, o que antes não era tão acessível para todos o acesso à terapia, com os teleatendimentos online ficou mais fácil, mesmo ainda havendo dificuldades para ter acesso. Conforme Avila *et al.* (2021), evidencia-se que que apesar das dificuldades encontradas no desenvolvimento de crianças com TEA na pandemia de COVID-19, os resultados de sua pesquisa tiveram um grande êxito e as crianças mostraram um interesse significativo nas atividades propostas, o que deixava evidente uma melhora no seu desenvolvimento tanto cognitivo quanto social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar através de revisão literária, o impacto da pandemia do COVID-19 no desenvolvimento de crianças com o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Diante do que foi desenvolvido, é concernente evidenciar que o TEA é um transtorno do neurodesenvolvimento responsabilizado por afetar o sistema nervoso central, ainda que sendo um transtorno complexo e delicado ao fechar um diagnóstico é possível ser descrito por modificações no âmbito social, a comunicação, e a linguagem. É imprescindível destacar, que no TEA não procura encontrar um padrão específico, buscando atuar de maneira singular em cada criança diagnosticada com TEA.

Mediante o exposto, é pertinente dizer que a pandemia do COVID-19 impactou drasticamente o cotidiano das crianças com

autismo eafetou a dinâmica familiar e o convívio social do indivíduo além de abalar o emocional dos responsáveis. O confinamento em decorrência da pandemia somado ao fechamento de escolas e o fim de atividades extracurriculares e terapêuticas ocasionou demasiada quebra de rotina, consequentemente incomodando e afligindo os indivíduos com TEA, que têm dificuldade em lidar com mudanças, com isso, houve variações no comportamento com o crescimento de irritabilidade e hiperatividade, além disso, outras crianças apresentaram isolamento social, desse modo, todas as alterações contribuíram para uma dificuldade dos pais nos cuidados diários.

Consoante a isso, sem apoio profissional e com as relações em constante conflito as famílias tiveram de lidar com uma onda maior de estresse. Os pais ficaram sobrecarregados com todas as demandas educacionais dos filhos e as obrigações pessoais relacionadas ao trabalho, sendo assim, foram observados relatos sobre abdicar do lazer para se dedicar melhor às necessidades dos filhos. Em contrapartida, é oportuno dizer que para algumas famílias o período de isolamento social foi imprescindível para uma melhor relação familiar por poderem aproveitar mais tempo em conjunto.

A partir da literatura revisada, conclui-se que os objetivos foram atingidos, deixando claro que as informações utilizadas condizem com o tema proposto. Nesse sentido, foram observados diversos desafios significantes para crianças com TEA principalmente no que se diz respeito ao acesso à terapia, adaptação a nova rotina e a socialização, tudo isso gerou um grande impacto na vida dessas crianças e seus familiares. Ao analisar as leituras tornou-se claro que a falta de interação social e a interrupção bruta do tratamento presencial, aumentou exacerbadamente a regressão do tratamento dessas crianças.

Desarte, vale ressaltar que diante de tudo que foi trabalhado no decorrer dos textos acima há grandes ensinamentos e contribuições. Nesse sentido, possui colaborações tanto para a sociedade como um todo, enfatizando as demandas de crianças com TEA e as consequências que perduraram depois do isolamento social informando

as famílias ou pessoas encarregadas aos cuidados dessas crianças, e as fazendo buscar apoio e ajuda profissional, bem como para a ciência, de modo a auxiliar o embasamento de pesquisas qualitativas e quantitativas no futuro.

No entanto, foi observado lacunas a serem preenchidas em pesquisas que contenham a criança como protagonista, pois a maior parte dos artigos possuiam como foca a dificuldade dos pais. Desse modo, é necessário que haja mais pesquisas que incluam as crianças com TEA como base de seus estudos. Em suma, essa pesquisa é de grande relevância para compreender a jornada de famílias e de crianças com TEA buscando a compreenssão de seus desafios diários e oferecendo apoio.

REFERÊNCIAS

BOSA, C. A. ; CAMARGO, S. P. Autismo e inclusão: Possibilidades e limites. *In:* GOMES, M. (Org.). **Construindo as trilhas para a inclusão**. 1 Ed. Vozes: Vozes, v. 1, p. 90-215, 2009.

CUNHA, E. **Autismo inclusão**: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família. 3 ed. Rio de Janeiro: Wak, 2011.

FÁVERO, M. A. B., & SANTOS, M. A. (2005). Autismo infantil e estresse familiar: uma revisão sistemática da literatura. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 18(3), 358-369.

OMS declara emergência de saúde pública de importância internacional por surto de novo coronavírus - OPAS/OMS | Organização Pan-Americana da Saúde. Disponível em: https://www.paho.org/pt/news/30-1-2020-who-declares-public-health-emergency-novel-coronavirus. Acesso em: 27 mar. 2024.

PADRON, C. **Como a pandemia de coronavírus afeta a vida dos pais de crianças autistas?** Disponível em: https://autismoerealidade.org.br/2021/11/12/como-a-pandemia-de-coronavirus-afeta-a-vida-dos-pais-de-criancas-autistas. Acesso em: 16 abr. 2024.

SCHMIDT, C., & BOSA, C. A. (2007). Estresse e auto-eficácia em mães de pessoas com autismo. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, 59(2), 179-191.

SCHMIDT, C., DELL' AGLIO, D., & BOSA, C. A. (2007). Estratégias de coping de mães de portadores de autismo: lidando com as dificuldades e com a emoção. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 20(1), 124-131.

8

Felipe da Silva Lopes
Ingrid Maria Pereira Soares
Maria Rita Pereira Rodrigues
Yasmin Marques de Queiroga Sousa
Leilane Cristina Oliveira Pereira

ATRAVÉS DO ESPECTRO:

ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA REFERENTE À INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TEA

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-360-8.8

INTRODUÇÃO

Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (2023), o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), classificado como transtorno do neurodesenvolvimento, apresenta características subjetivas, presentes desde o nascimento ou começo da infância, podendo não ser detectado antes devido ao fato de as demandas sociais serem mais leves na infância e ao suporte constante dos pais e/ou responsáveis nos primeiros anos de vida. Sendo assim, o indivíduo, para ser diagnosticado com TEA, deve ocupar as seguintes especificações: dificuldade persistente de se relacionar e de interagir com o meio social em diversos contextos, restrição e repetição de comportamentos, manifestação dos sintomas de forma precoce na infância e prejuízo clinicamente significativo no desempenho social. É imperativo que se destaque o fato de que as características citadas não podem ser enquadradas e explicadas como outros transtornos.

Assim sendo, tais perspectivas devem ser acolhidas e trabalhadas a partir do desenvolvimento de métodos que proporcionem o processo de inclusão. Tal conceito é descrito por Cirino (2015) como o exercício do reconhecimento e aceitação da diversidade existente entre os indivíduos e a sociedade em geral, a qual garante seus direitos. O autor ainda pontua que, por mais que a inclusão esteja presente nas mais diversas áreas, o meio apresenta ainda dificuldades em seu estabelecimento, pois ainda existem obstáculos na edificação de uma instituição que contemple as necessidades de cada membro, em especial, os estudantes com TEA.

Perante tal tese, é necessário questionar a compreensão e a aceitação da sociedade em relação ao autismo. A falta de conhecimento relativa a esse transtorno gera uma profunda estigmatização, o que torna difícil a inclusão dos indivíduos por ele afetados no convívio social. Além disso, é fundamental refletir sobre a acessibilidade

e adaptação dos ambientes para os indivíduos com autismo no meio escolar, visto que apresentam particularidades próprias que demandam uma maior sensibilidade perante os diversos contextos.

Outro ponto importante é a formação educacional e profissional dos professores e profissionais de saúde. A inclusão efetiva de crianças com TEA, nas escolas, depende de um suporte adequado e de especialistas capacitados para lidar com as singularidades dessa condição. Outrossim, questiona-se sobre as políticas públicas e ações governamentais em relação ao autismo e à inclusão. É necessário analisar como e se o Estado está garantindo os direitos dessa comunidade, promovendo políticas de inclusão e oferecendo recursos e serviços adequados para esses indivíduos.

Visa-se, portanto, de forma coesa, a analisar publicações científicas referentes à inclusão de indivíduos diagnosticados com TEA no contexto escolar e, com isso, favorecer material de qualidade aos diversos públicos interessados na temática abordada, com o fito de fomentar o diálogo, a criação de vínculos sociais e o desenvolvimento do processo de linguagem. Destaca-se, ainda, que tal metodologia se caracteriza pela valorização da subjetividade de cada sujeito e aprimoramento de suas habilidades.

Por fim, é de cunho didático citar que as abordagens analisadas, debatidas e estruturadas de maneira clara e objetiva facilitam o acesso a informações relevantes para esse contexto e estabelecem propostas dinâmicas de enfrentamento aos estigmas existentes em nossa sociedade, os quais permeiam e norteiam rotineiramente a vida dos indivíduos que são diagnosticados com TEA, enquadrando-os em estereótipos prejudiciais para o crescimento de âmbito pessoal e social. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é analisar publicações científicas referentes à inclusão de indivíduos diagnosticados com TEA no âmbito escolar.

MÉTODO

O referido artigo procedeu através de uma pesquisa de natureza básica, na qual, segundo Marconi e Lakatos (2022), não se foca na prática, mas na expansão do conhecimento, com objetivo exploratório de analisar publicações científicas referentes à inclusão de indivíduos diagnosticados com TEA no contexto escolar. O artigo assumiu um caráter quantitativo, buscando, por meio da coleta e análise de dados, a descrição dos significados referentes ao tema abordado. Ademais, a pesquisa se deu com base nos princípios de uma revisão baseada na sistemática de literatura, fundamentando-se na busca de informações referentes à temática, por meio de fontes bibliográficas (Lozada e Nunes; 2019).

É importante salientar que o artigo baseado na revisão sistemática de literatura proporcionou ampliar o conhecimento existente acerca dos estudos relevantes sobre o TEA e a inclusão no contexto escolar. Além disso, ele viabilizou a sintetização das principais evidências científicas, a identificação de futuras direções para pesquisa dentro de um tema de grande relevância na atualidade e o aprimoramento de práticas pedagógicas voltadas para esse público.

Foram utilizadas, para a construção da pesquisa, duas bases de dados eletrônicos: SCIELO e BVS. O primeiro passo foi a testagem e o descarte de vários termos de busca, para, assim, se obter uma coleta de dados mais eficiente considerando a temática abordada e os critérios de exclusão e inclusão. Em seguida, definiu-se, como termo da pesquisa, "autismo e inclusão". É válido destacar que toda a busca ocorreu durante o mês de setembro.

No que tange aos critérios de inclusão, foram considerados válidos artigos científicos publicados nos últimos cinco anos (de 2019 a 2024), brasileiros e com idioma português, presentes nas bases de dados eletrônicos destacados anteriormente. Ressalta-se

que os artigos selecionados se alinharam com o objetivo da pesquisa realizada. Já no que se refere aos critérios de exclusão, foram considerados incompatíveis com o artigo dissertações de mestrado, teses, editoriais e artigos incompletos.

Nos dados obtidos, analisou-se a abordagem e conteúdos descritos de maneira minuciosa, considerando as pontuações de cada autor e optando por aquelas que se interligassem com o objetivo proposto durante a discussão deste trabalho. Outrossim, a pesquisa revelou a falta de professores como um dos principais obstáculos da inclusão dos estudantes autistas. Essa evidência demonstra a necessidade de investimento em programas de formação profissional voltados ao TEA para os docentes, a fim de garantir uma educação inclusiva e igualitária.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este estudo apresenta uma pesquisa baseada em uma revisão bibliográfica, visando a analisar publicações científicas referentes à inclusão de indivíduos diagnosticados com TEA no contexto escolar. A pesquisa se iniciou a partir da coleta de dados em duas bases eletrônicas, SCIELO e BVS, onde foi estabelecido o seguinte termo de busca: "autismo e inclusão", após uma longa testagem com outros termos. Assim sendo, foram obtidos 61 artigos no SCIELO e 280 no BVS.

Diante disso, realizou-se a exclusão dos artigos que não eram coerentes com os critérios de inclusão, sendo considerados, por meio destes, os artigos publicados entre os anos de 2019 a 2024, de língua portuguesa e de origem brasileira. Vale destacar que a filtragem dos artigos, segundo as diretrizes citadas anteriormente, foi realizada a partir de um filtro presente em cada uma das bases eletrônicas. Ademais, também se considerou o alinhamento entre

os resultados obtidos e o objetivo proposto no trabalho e os artigos não duplicados em ambas as bases de dados. Por fim, os resultados obtidos foram estruturados em forma de tabela no item 1.

Tabela 1 - Tabela descritiva dos artigos selecionados

BASE DE DADOS	REFERÊNCIAS	OBJETIVOS
SCIELO	CAMARGO, S. P. H. *et al.* Desafios No Processo De Escolarização De Crianças Com Autismo No Contexto Inclusivo: Diretrizes Para Formação Continuada Na Perspectiva Dos Professores. **Educação em Revista**, v. 36, p. e214220, 2020.	Investigar as principais dificuldades, os desafios e as barreiras diárias enfrentados por professores de alunos com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) em situação de inclusão na escola comum.
SCIELO	COSTA, D. D. S.; SCHMIDT, C.; CAMARGO, S. P. H. Plano Educacional Individualizado: implementação e influência no trabalho colaborativo para a inclusão de alunos com autismo. **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, p. e280098, 2023.	Descrever, por meio de um estudo de caso, a implementação do Plano Educacional Individualizado na fase de elaboração e verificar sua influência sobre o trabalho colaborativo da equipe docente em uma escola de ensino fundamental.
SCIELO	WALKER, D. B. D. A.; BORGES, F. A. Relações Possíveis Entre Concepções E Práticas Docentes Com Estudantes Autistas Nas Aulas De Matemática. **Educação em Revista**, v. 40, p. e42267, 2024.	Investigar concepções docentes acerca do estudante autista e práticas no ensino de Matemática possivelmente direcionadas por essas concepções.
BVS	ARAUJO, A. G. R.; SILVA, M. A. DA.; ZANON, R. B. Autismo, Neurodiversidade E Estigma: Perspectivas Políticas E De Inclusão. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 27, p. e247367, 2023.	Analisar o movimento da neurodiversidade no contexto do TEA, discutindo as suas relações com as evidências científicas.
BVS	WEIZENMANN, L. S.; PEZZI, F. A. S.; ZANON, R. B. Inclusão Escolar e Autismo: Sentimentos e Práticas Docentes**. Psicologia Escolar e Educacional**, v. 24, p. e217841, 2020.	Investigar a experiência de professores em relação à inclusão de alunos com TEA, contemplando sentimentos e práticas docentes.

BASE DE DADOS	REFERÊNCIAS	OBJETIVOS
BVS	OLIVEIRA, E. C. de; SILVA, H. M. F. Q. da; OLIVEIRA, M. V. B. O diálogo entre a escola e a clínica fonoaudiológica no caso de uma criança com Transtorno do Espectro Autístico (TEA). **Distúrbios da Comunicação**, [S. l.], v. 35, n. 1, p. e59369, 2023.	Analisar se houve diálogo entre a clínica fonoaudiológica e a escola ao longo do processo terapêutico de uma criança diagnosticada com TEA, e, ainda, as implicações desse diálogo para o processo de inclusão do sujeito no ensino regular.
BVS	COUTO, C.C. *et al.* Experiências de professores com o autismo: impacto no diagnóstico precoce e na inclusão escolar. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 21, 31 dez. 2019.	Compreender como a experiência com o autismo pode impactar na identificação de traços autísticos em alunos, pelos professores da Educação Infantil, sob a perspectiva do diagnóstico precoce e da inclusão escolar.
SCIELO	FLEIRA, R. C.; FERNANDES, S. H. A. A. Ensinando Seus Pares: a inclusão de um aluno autista nas aulas de Matemática. **Bolema**: Boletim de Educação Matemática, v. 33, n. 64, p. 811–831, mai. 2019.	Apresentar resultados de uma pesquisa que teve como objetivo analisar as práticas matemáticas de um aluno de catorze anos de idade, com necessidades especiais decorrentes do Transtorno do Espectro Autista (TEA), incluído em uma sala de aula regular de 9°ano.
SCIELO	CASAGRANDE, V. *et al.* Análise de Apoios Catalães para Jovens Adultos com Deficiência Intelectual e/ou Autismo no Contexto Brasileiro. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 30, p. e0177, 2024.	Analisar apoios catalães oferecidos para jovens adultos com Deficiência Intelectual (DI) e/ou Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto brasileiro, com o propósito de discutir a oferta de programas públicos centrados nas pessoas com deficiência, sobretudo ao término do processo de escolarização.
SCIELO	FRANCÊS, L. A.; MESQUITA, A. M. A. As experiências nos espaços-tempos da escola sob o olhar de uma criança com Transtorno do Espectro do Autismo. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, p. e260026, 2021.	Discutir a escola a partir do olhar da criança acerca das experiências vivenciadas nos espaços-tempo da escola.

Fonte: Própria da pesquisa (2024).

Camargo *et al.* (2020) consideram importante o ato de pensar meios de melhorar e aperfeiçoar o trabalho pedagógico com alunos com TEA na sala de aula, para desenvolver um ambiente propício para a aquisição e evolução de capacidades essenciais para a rotina diária. Esse contexto pode ser ampliado a partir do momento em que as necessidades envoltas aos profissionais de educação sejam atendidas de forma positiva, para que as práticas pedagógicas caminhem de forma coesa com a evolução de cada estudante.

Em suas pesquisas, Costa, Schmidt e Camargo (2023) apresentaram a visão dos professores de determinada instituição no processo de implementação de um Plano Educacional Individualizado (PEI) na inclusão de crianças diagnosticadas com autismo. Observou-se que todo o plano aborda a conexão e envolvimento existente entre professor e estudante, trabalhando de forma diversificada a singularidade de cada indivíduo presente no espectro. Destaca-se, ainda, o interesse no desenvolvimento das áreas pessoais de cada aluno, a saber: cognitivas, comportamentais, sociais e coordenação motora, além do apoio por parte da instituição escolar na prestação do devido suporte.

A partir das narrativas de Camargo e Síglia (2020), evidenciamos a necessidade de implantação e de aperfeiçoamento das ferramentas envolvidas no trabalho pedagógico de estudantes atípicos. Um desses instrumentos é o PEI, por meio do qual a subjetividade de cada aluno é valorizada e trabalhada de modo especial, privilegiando a diversidade de práticas inclusivas, de modo que se desenvolva a aprendizagem, como descrito por Costa, Schmidt e Camargo (2023). Tais abordagens confluem com a perspectiva de Togashi e Walter (2016), visto que, no Brasil, a pauta de inclusão de estudantes atípicos em salas de aula regulares é ainda um assunto sensível, perante a subjetividade como o transtorno se apresenta, estabelecendo-se como um obstáculo para o sistema educacional.

Walker e Borges (2024) observaram, nos resultados obtidos, que as professoras concebem os estudantes autistas como indivíduos com muitas dificuldades de aprendizagem, de socialização e de comunicação. Diante dessa premissa, os autores descreveram o interesse por parte das entrevistadas na busca de melhores ferramentas e práticas para atender a subjetividade presente no TEA, diferentemente do ensino comumente exercido com os demais estudantes, buscando contemplar as especificidades de suas dificuldades. Observou-se, portanto, que a construção de vínculos afetivos se tornou uma ponte adotada na edificação de um ensino de qualidade para esse público.

Ressalta-se, a partir das constatações de Walker e Borges (2024), a visão estigmatizada baseada nas dificuldades envolta do transtorno do espectro autista vivenciadas nas dificuldades de aprendizagem, socialização e de comunicação. Em concordância com esse pensamento, Martins e Monteiro (2017) direcionam a discussão para o ponto de vista geral da sociedade acerca do autismo, pautado nas impossibilidades carregadas pela subjetividade do indivíduo, concordando com os autores supracitados. Em contrapartida, enfatizam que o aprendizado de estudantes atípicos não deve ser desenvolvido a partir das concepções estigmatizadas, mas pela organização do processo de aprendizado e das relações sociais, concordando, assim, com as práticas descritas por Walter e Borges (2024) em sua pesquisa.

Araujo, Silva e Zanon (2023) consideram que o modelo médico utilizado para descrever o espectro nas pesquisas sobre inclusão pode ser reforçador da visão estigmatizada e preconceituosa, evidenciando, também, questões culturais. Para que o processo inclusivo de pessoas com TEA ocorra de forma eficiente e justa, precisa-se considerar seu ponto de vista e de sua rede de apoio, que são os verdadeiros experts no assunto. No contexto escolar, é crucial que as formações de professores abordem os estigmas e suas próprias convicções acerca do transtorno, empregando o movimento da

neurodiversidade com a finalidade de mudar a ideia de que o autismo acarreta apenas complicações.

Araujo, Silva e Zanon (2023) apresentam uma crítica ao modelo médico que reforça estigmas e preconceitos em relação ao autismo, além de estimular a busca por uma maior formação para os profissionais. Ferreira (2022) concorda e analisa a formação de educadores em relação ao autismo e a importância de superar estigmas associados ao transtorno, enfatizando que essa perspectiva é crucial para práticas educacionais mais inclusivas e efetivas.

Em seu estudo, Weizenmann, Pezzi e Zanon (2020) verificaram a experiência de quatro docentes com o processo inclusivo de alunos com TEA, evidenciando que, a priori, estes se sentiam inseguros devido à sua ignorância acerca do assunto. Com o passar do tempo, essa incerteza dá espaço a convicção e otimismo. A prática abordou adaptação e diferentes ferramentas e meios, mesmo com dificuldades, como a falta de apoio e formação. Emoções angustiantes e culposas também se sobressaltam, mostrando a complexidade do processo inclusivo e a necessidade de ações como essa.

Oliveira, Silva e Oliveira (2023) demonstram que é imprescindível perceber como os vínculos entre professor e aluno e entre professor e escola são importantes, uma vez que, quando o docente passa a conhecer as características do TEA, passa a melhor lidar com o funcionamento de cada criança. Além de tudo, é preciso entender a relação dos alunos entre si, como eles interagem mutuamente, respeitando sua subjetividade. Também é mostrada a angústia e a autocobrança dos professores, que também são vistas nos pais de crianças atípicas após o diagnóstico, sentimentos esses que podem ser comparados às fases do luto.

Observa-se, por meio das informações obtidas por Weizenmann, Pezzi e Zamon (2020), juntamente à tese de Oliveira, Silva e Oliveira (2023), os sentimentos relativos às experiências

vivenciadas por meio da educação de crianças atípicas, representadas pela insegurança gerada a partir da falta de conhecimento do assunto e da angústia e autocobrança dos professores no desenvolvimento das aulas. Outrossim, Silva, Arantes e Elias (2020) descreveram, em sua pesquisa, o sucesso presente no desenvolvimento e na aplicação de ferramentas empíricas no ensino diferencial de crianças atípicas, mostrando uma eficácia na construção de habilidades e comportamentos.

Couto *et al.* (2019) destacaram que, das 10 docentes participantes do estudo, na faixa etária média de até 39 anos, e com experiência de 14 anos, todas tinham nível superior. A maior parte, na verdade, era especialista em Educação Infantil, e duas delas em Educação Especial. As práticas diretas com o Espectro foram limitadas e a maioria só tinha conhecimento teórico. Desse modo, enfrentaram obstáculos na comunicação e no comportamento de estudantes autistas e demandaram mais apoio financeiro e capacitações. Além disso, a correlação entre educação e saúde foi vista como importantíssima para o diagnóstico precoce do TEA.

A pesquisa de Couto *et al.* (2019) fornece uma visão valiosa sobre as condições de trabalho e as necessidades de formação de docentes que atuam com alunos com Transtorno do Espectro Autista. Da mesma forma, Romeu e Rossit (2022) pontuam a importância da formação profissional dos educadores, acrescentando a eficácia da atuação unificada, com uma equipe interprofissional, que atue nas diversas áreas de desenvolvimento da criança e também de sua família

Fleira (2019) destaca que, ao inserir os alunos em um cenário inclusivo para a aprendizagem matemática, todos os envolvidos se beneficiaram significativamente. A experiência não apenas permitiu que a maioria dos alunos assimilassem o conteúdo matemático, mas também promoveu um ambiente de valorização e de respeito mútuo. A criança com TEA, ao participar ativamente, desenvolveu

segurança, felicidade e entusiasmo, expressando um desejo por mais atividades desse tipo. Isso demonstra que, ao desafiar preconceitos, a inclusão enriquece a experiência de aprendizado e fortalece o sentimento de pertencimento entre os alunos.

Casagrande (2024) identifica a preocupação sobre o efeito do processo de escolarização na aprendizagem de habilidades acadêmicas básicas, como matemática, leitura e escrita. É nesse contexto que a realidade catalã pode auxiliar na proposição de um programa de emprego com apoio, por exemplo, que visa ao ensino de habilidades específicas em situações típicas da juventude, como é o caso do direito ao trabalho. A realidade brasileira e a catalã, em termos de apoios para jovens adultos com TEA apresentam certa similaridade, no entanto, visa-se a estruturação de apoios efetivos, que devem ser apoiados pela legislação e que atuem no processo de saída do ensino médio e estabelecimento de uma vida independente.

A discussão proposta por Fleira (2019) e Casagrande (2024) revela a importância da inclusão de alunos com TEA na aprendizagem matemática, beneficiando tanto esses alunos, quanto a dinâmica do grupo. Weizenmann, Pezzi e Zamon (2020) complementa essas ideias ao enfatizar a necessidade de uma abordagem integrada para a inserção no mercado de trabalho. Ele defende que a inclusão deve ser uma responsabilidade compartilhada, promovendo a autoconfiança e a interação, preparando todos os alunos para uma participação plena na sociedade.

Francês e Mesquita (2021) demonstram, em seus resultados, toda a experiência vivenciada sob a ótica de uma criança atípica na rotina escolar diária. Seus resultados mostraram que, nos ambientes em que existia maior interesse, menor flexibilidade de regras, horários e maior engajamento por parte dos profissionais, foram observadas maiores experiências prazerosas, confortáveis e de desenvolvimento pessoal, ao contrário dos momentos opostos aos citados. O artigo também evidenciou diversas mudanças e adaptações escolares para maior conforto e produtividade da criança.

A partir de uma análise de Francês e Mesquita (2021), os ambientes onde uma rotina é seguida, com horários com menor flexibilidade, professores engajados e preparados, as experiências das crianças autistas foram mais satisfatórias e confortáveis, evidenciando como as adaptações melhoram a produtividade. Também Gomes e Mendes (2010) descrevem uma carência relativa ao processo adaptativo e de qualificação relativas ao ensino de crianças atípicas, ressaltando, ainda, a importância do apoio na evolução de cada fase no processo educacional.

Em suma, salienta-se que os resultados obtidos demonstram as problemáticas envolvidas no processo de inclusão de estudantes com TEA, principalmente em relação aos docentes da instituição de ensino. Outrossim, revela-se a importância e carência de um processo de capacitação e de formação acerca dessa temática. Com isso, se enaltece uma continuidade dessa discussão, abordada a seguir nas considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, esta pesquisa objetivou analisar publicações científicas referentes à inclusão de indivíduos diagnosticados com TEA no âmbito escolar. Durante o relatório, foram destacados todo o processo inclusivo e os agentes responsáveis por essa ação. A proposta ainda apresentou o papel da rede de apoio e da relação direta entre a instituição, profissionais e estudantes, além do contexto cultural envolto nas relações sociais.

Durante a pesquisa, observou-se que um dos principais desafios evidenciados na prática da inclusão é a falta de docentes que tenham uma formação adequada para atender às necessidades específicas dos alunos com TEA. Essa lacuna na formação impacta

na qualidade de ensino e na efetividade do aprendizado, e o processo de qualificação de professores no processo inclusivo, que é contínuo e repleto de barreiras, requer atitudes que possibilitem o atendimento à subjetividade de cada aluno, sendo fundamental que os profissionais estejam preparados para lidar com a diversidade.

Por outro lado, a revisão também destacou a importância de se construir uma relação positiva e flexível entre docente e discente, de forma que as necessidades individuais sejam pautadas. A inclusão de alunos autistas exige melhorias no ambiente escolar, que deve ser um espaço acolhedor e capaz de atender suas individualidades. Observa-se que as relações sociais construídas em um contexto social e cultural oportunos são potencializadores do desenvolvimento humano, tornando-se fortes ferramentas no processo de inclusão.

Identificou-se como um desafio o déficit de estudos que abordem de forma aprofundada a intervenção educativa dirigida aos estudantes com Transtorno do Espectro Autista, ressaltando a necessidade premente de desenvolver pesquisas tanto quantitativas quanto qualitativas sobre essa temática. Além disso, destaca-se a relevância de as instituições de ensino dedicarem uma atenção mais rigorosa a essa demanda, visando a proporcionar aos estudantes uma experiência educacional que promova bem-estar e qualidade de vida, permitindo-lhes vivenciar essa etapa de forma inclusiva e plena.

Dessa forma, esta pesquisa atingiu seus objetivos ao demonstrar como a literatura sustenta o tema investigado, ressaltando os desafios da inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto escolar. Ao longo do estudo, evidenciou-se a importância da interação entre instituições, profissionais e estudantes para um processo de adaptação gradual e eficaz. Conclui-se, portanto, que essa questão é de extrema relevância e recorrente no ambiente escolar, comprometendo significativamente o progresso acadêmico de indivíduos diagnosticados com TEA.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, A. G. R.; SILVA, M. A. da.; ZANON, R. B. Autismo, Neurodiversidade E Estigma: Perspectivas Políticas E De Inclusão. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 27, p. e247367, 2023.

ASSOCIATION, American P. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-5-TR**: Texto Revisado**.** 5th ed. Porto Alegre: ArtMed, 2023. E-book. ISBN 9786558820949.

BENITEZ, P. *et al.* Atitudes Sociais de Agentes Educacionais em Relação à Inclusão e à Formação em Análise do Comportamento Aplicada. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, p. e0125, 2021.

CAMARGO, S. P. H. *et al.* Desafios No Processo De Escolarização De Crianças Com Autismo No Contexto Inclusivo: Diretrizes Para Formação Continuada Na Perspectiva Dos Professores. **Educação em Revista**, v. 36, p. e214220, 2020.

CASAGRANDE, V. *et al.* Análise de Apoios Catalães para Jovens Adultos com Deficiência Intelectual e/ou Autismo no Contexto Brasileiro. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 30, p. e0177, 2024.

CIRINO, G. **A inclusão Social na área Educacional**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2015. E-book. p.32. ISBN 9788522123698.

COSTA, D. D. S.; SCHMIDT, C.; CAMARGO, S. P. H. Plano Educacional Individualizado: implementação e influência no trabalho colaborativo para a inclusão de alunos com autismo. **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, p. e280098, 2023.

COUTO, C.C. *et al.* Experiências de professores com o autismo: impacto no diagnóstico precoce e na inclusão escolar. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 21, 31 dez. 2019.

FERREIRA José, **A Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar**: transtornos globais do desenvolvimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2022.

FLEIRA, R. C.; FERNANDES, S. H. A. A. Ensinando Seus Pares: a inclusão de um aluno autista nas aulas de Matemática. **Bolema**: Boletim de Educação Matemática, v. 33, n. 64, p. 811–831, mai. 2019.

FRANCÊS, L. A.; MESQUITA, A. M. A. As experiências nos espaços-tempos da escola sob o olhar de uma criança com Transtorno do Espectro do Autismo. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, p. e260026, 2021.

GOMES, C. G. S.; MENDES, E. G. Escolarização inclusiva de alunos com autismo na rede municipal de ensino de Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 16, n. 3, p. 375–396, set. 2010.

LOZADA, G.; NUNES, K. S. **Metodologia científica**. Porto Alegre: Grupo A, 2019. E-book. ISBN 9788595029576.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559770670.

MARTINS, A. D. F.; MONTEIRO, M. I. B. Alunos autistas: análise das possibilidades de interação social no contexto pedagógico. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, n. 2, p. 215–224, 2017.

OLIVEIRA, E. C. de; SILVA, H. M. F. Q. da; OLIVEIRA, M. V. B. O diálogo entre a escola e a clínica fonoaudiológica no caso de uma criança com Transtorno do Espectro Autístico (TEA). **Distúrbios da Comunicação**, [*S. l.*], v. 35, n. 1, p. e59369, 2023.

ROMEU, C. A.; ROSSIT, R. A. S. Trabalho em Equipe Interprofissional no Atendimento à Criança com Transtorno do Espectro do Autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 28, p. e0114, 2022.

SILVA, M. C. DA.; ARANTES, A.; ELIAS, N. C. Uso De Histórias Sociais Em Sala De Aula Para Crianças Com Autismo. **Psicologia em Estudo**, v. 25, p. e43094, 2020.

TOGASHI, C. M.; WALTER, C. C. DE F. As Contribuições do Uso da Comunicação Alternativa no Processo de Inclusão Escolar de um Aluno com Transtorno do Espectro do Autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 22, n. 3, p. 351–366, jul. 2016.

WALKER, D. B. D. A.; BORGES, F. A. Relações Possíveis Entre Concepções E Práticas Docentes Com Estudantes Autistas Nas Aulas De Matemática. **Educação em Revista**, v. 40, p. e42267, 2024.

WEIZENMANN, L. S.; PEZZI, F. A. S.; ZANON, R. B. Inclusão Escolar E Autismo: Sentimentos E Práticas Docentes. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 24, p. e217841, 2020.

9

José Carlos Tavares Cavalcanti
Maria Isabel Teles Sobreira
Brida Rafaela Oliveira Freitas
Arthur de Oliveira Bezerra
Maria das Graças Tavares de Luna
Leilane Cristina Oliveira Pereira

A ARTE COMO AUXÍLIO NA CLÍNICA DO AUTISMO:

REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-360-8.9

INTRODUÇÃO

Conforme o DSM-5, o autismo se mostra com um dos transtornos do neurodesenvolvimento, caracterizado por debilidade nas habilidades sociais, comunicação, hipersensibilidade ou hipossensibilidade, diferente expressão de afeto e algumas alterações comportamentais. Tendo outros sintomas como disfunções motoras, desorganização sensorial, além de apresentarem comumente algum grau de hipossensibilidade ou hipersensibilidade a elementos sonoros, visuais, táteis, olfativos ou gustativos, de acordo com Montes (2013). Assim sendo, seu processo terapêutico deve integrar diversas práticas.

Durante o processo terapêutico a arte constrói de maneira progressiva uma evolução emocional e comportamental, tornando mais evidente os comportamentos do sujeito (Vasconcellos; Giglio, 2007). Ademais, a arte durante as terapias é uma ferramenta que se mostra capaz de facilitar a comunicação entre psicoterapeuta e paciente por possibilitar o uso do abstrato e não se limitar aos elementos da fala. O processo terapêutico fornecido pelas atividades artísticas de qualquer base é de extrema importância tanto para os indivíduos sadios quanto para aqueles com algum transtorno, sendo em ambos os casos fundamental para o desenvolvimento (Oliveira, 2019).

Nesse sentido, Montes (2013) descreve que, através do uso de meios artísticos nas sessões psicoterápicas, é possível permitir que o sujeito desenvolva diversos aspectos de maneira gradativa, principalmente quando acompanhado de outros estímulos. Assim como Bien e Barroco (2020), que fizeram o uso de sequências de pinturas para desencadear palavras e várias emoções nos sujeitos, provocando uma série de discursos. Isto evidencia a capacidade de gerar catarse provida pela arte, assim como seu efeito de guiar discursos. Logo, é de suma importância a compreensão de como usar recursos diversos no acompanhamento de pessoas com TEA.

Montes (2013) ainda argumenta que é comum que o elemento verbal da linguagem no autismo esteja afetado, mas o uso de elementos comunicativos não verbais, neste caso, através da arte, possa permitir se construir um elo entre essas duas linguagens e o consequente desenvolvimento da linguagem verbal. Com isso, o objetivo geral do presente artigo é analisar o uso das artes como ferramenta terapêutica para o autismo para a psicologia através da revisão sistemática da literatura.

METODOLOGIA

O presente escrito se trata de uma pesquisa de natureza básica, que gerará conhecimento sobre um tema amplo (Nascimento; Sousa, 2016), e apresenta um objetivo de caráter descritivo, onde se descreverá o fenômeno e relacionará suas variáveis (Gil, 2008). Sendo uma pesquisa feita sobre uma abordagem quantitativa, que por meio de métodos padronizados e sistemáticos realiza a análise dos dados coletados (Nascimento; Sousa, 2016). A realização da pesquisa ocorreu através da revisão sistemática da literatura, onde se compilam dados de fontes primárias e as compilam, facilitando o acesso à informação de maneira sistematizada (Galvão; Pereira, 2014).

Para a coleta dos materiais, têm-se como plataformas de pesquisa as bases de dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e dos periódicos Capes. Os descritores de pesquisa utilizados para se alcançar os resultados foram: "autismo", "arte" e "artes". Os termos foram permutados em auxílio do operador boleando "AND" e formaram-se dois blocos de pesquisa, "autismo AND arte" e "autismo AND artes".

Dentre os critérios de inclusão se tinha que os artigos deveriam estar em português brasileiro, selecionados os artigos entre 2013 e 2023, descrever o desenvolvimento de alguma habilidade através

da arte em pessoas autistas, falar sobre a capacidade das pessoas autistas acessarem as artes e da arte em auxílio a pessoas autistas, sendo usados pesquisas primárias e secundárias. Vale pontuar que a arte foi usada no sentido de qualquer atividade de expressão artística, sendo luta, dança, esporte, jogos e atividades menos convencionais ao se abordar o senso comum. Os critérios de exclusão se puseram sobre os artigos repetidos, em ambos os blocos de pesquisa, artigos pagos e aqueles com afastamento do tema proposto.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Através da pesquisa, foi obtido um resultado total de 345 artigos submetidos aos critérios de inclusão e exclusão e assim passaram pela filtragem devida.

Na base de dados do BVS foi alcançado um total inicial de 233 artigos que, ao serem submetidos ao filtro de idioma, foram reduzidos para um total de 27 artigos. Ao realizar a leitura dos títulos e resumos dos artigos da BVS foram obtidos 21 artigos que ao serem eliminados os artigos duplicados, chegaram a um total de 17 artigos. Ao se realizar a devida aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, chegaram-se a 8 artigos na plataforma do BVS que foram submetidos à análise.

Na plataforma da Capes, a pesquisa inicial resultou em um total de 112 artigos que, ao serem postos sobre o filtro do idioma, foram reduzidos a um total de 67 artigos. A leitura dos títulos e resumos reduziu o número de artigos para 26 artigos, dos quais um total de 14 eram repetidos entre si e um era repetido em relação à base de dados da BVS. O considerável número de elementos repetidos se dá pela divisão em dois blocos de pesquisa formados por palavras semelhantes. Após a devida aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram obtidos 3 artigos na base de dados da Capes.

Ao fim se obtiveram 11 trabalhos, conforme expostos na tabela abaixo.

Tabela 1 – Síntese dos trabalhos obtidos

Base de dados	Título	Objetivo	Artes usadas / habilidades adquiridas ou uso na clínica
BVS	Instrumento de avaliação de linguagem na perspectiva da Comunicação Suplementar e Alternativa: elaboração e validação de conteúdo.	Desenvolver e validar o conteúdo de instrumento de avaliação de linguagem pautado na Comunicação Suplementar e Alternativa (CSA).	O uso de artes gráficas para comunicação.
BVS	Repercussão da implementação do Picture Exchange Communication System — PECS no índice de sobrecarga de mães de crianças com Transtorno do Espectro do Autismo.	Analisar a repercussão da implementação do PECS no índice de sobrecarga de mães de crianças com Transtorno do Espectro do Autismo.	O uso de um sistema de desenhos juntos a seus nomes facilitou a aquisição da linguagem.
BVS	Revisão de estudos sobre o Picture Exchange Communication System (PECS) para o ensino de linguagem a indivíduos com autismo e outras dificuldades de fala.	Revisar as literaturas brasileira e estrangeira sobre o estado da arte do PECS como um instrumento de ensino de linguagem a indivíduos com autismo e dificuldades de fala e como segundo objetivo apontar o que tem sido pesquisado, os resultados mais encontrados e direções para novos estudos.	Símbolos gráficos são usados para facilitar a aquisição da linguagem.
Capes	Atividades de Adaptação Curricular para Crianças com transtorno do espectro Autista na perspectiva do programa TEACCH: relato de experiência.	Indicar alguns aspectos de adaptação curricular, com base no Programa Treatment and Educatio of Autistic and Related Communication Handicapped Children (TEACCH).	O uso de artes artesanais e gráficas contribuíram para a aprendizagem acadêmica.

Base de dados	Título	Objetivo	Artes usadas / habilidades adquiridas ou uso na clínica
BVS	O ritmo na vida psíquica: diálogos entre psicanálise e arte.	Discorrer sobre o ritmo na vida psíquica.	Artes no geral e seu efeito no alcance ao outro.
Capes	Utilização de agentes artístico-expressivos em indivíduos com Perturbação do Espectro do Autismo.	Analisar a importância de duas atividades criativas e dinâmicas, a interação com uma instalação artística e a criação de um painel de arte colaborativa, na melhoria de competências sociais.	Artes e encenação foram usadas para gerar um processo de socialização entre os jovens.
BVS	"Acordar" para o simbólico: uma investigação psicanalítica sobre os efeitos de um ateliê musical para crianças com transtornos globais do desenvolvimento (tgd).	Acompanhar os efeitos de um ateliê musical sobre um grupo de crianças com transtornos globais do desenvolvimento (tgd).	Música e dança, além de instrumentos musicais, contribuíram para o desenvolvimento de autocontrole, atenção, educação emocional e concentração.
BVS	Contribuições da musicoterapia para a psicoterapia infantil.	Discutir a prática da musicoterapia no atendimento psicológico de crianças.	Música causou relaxamento, desenvolvimento emocional e permitiu a socialização.
Capes	Texto e imagem em diálogo: modos de apropriação da cultura por uma jovem com transtorno do espectro do autismo.	Analisar os modos de apropriação da escrita da imagem e indaga sobre as possibilidades que cada suporte oferece no sentido de promover o desenvolvimento e a aprendizagem, a fruição, a criatividade e a participação na cultura.	O uso de textos, origamis, pinturas, desenhos, filmes e músicas permitiram um desenvolvimento completo na criança, compreendendo diversas áreas.

Base de dados	Título	Objetivo	Artes usadas / habilidades adquiridas ou uso na clínica
BVS	A linguagem no autismo.	Elucidar a aquisição e o desenvolvimento da sua linguagem.	Literatura através da construção de narrativas ajudaram a associar as palavras aos sons.
BVS	Coordenação motora de crianças com transtorno do espectro autista: efeitos de um programa de jiu-jitsu.	Verificar os efeitos de um programa de jiu-jitsu na coordenação motora de crianças com transtorno do espectro autismo.	Artes marciais foram usadas para o desenvolvimento de habilidades motoras.

Fonte: Cavalcanti et al. (2024).

Wolff e Cunha (2018), ao recorrer a um sistema associativo de imagens e textos, mostraram que a comunicação em crianças autistas apresenta uma possibilidade de desenvolvimento quando ela ocorre mediante elementos não verbais. O processo de gerar respostas pelas crianças fazendo o uso de símbolos gráficos trouxe resultados bastante positivos no geral, além disso, esse processo permitiu às crianças entrar se comunicar com o aplicador do teste de maneira contínua. O acesso a esses elementos artísticos enriquece o desenvolvimento das crianças. Foi evidenciado que as meninas apresentaram uma maior média comunicativa em relação aos meninos, assim como a série em que se encontravam foi uma variável que causou bastante impacto, mostrando que o processo educacional é relativamente eficiente.

Consoante com Wolff e Cunha (2018), Ferreira *et al.* (2022) ao analisar o nível de sobrecarga em mães de crianças autistas junto à intervenção do *Pictures Exchange Sistem* identificaram que ocorre pouca redução no nível de sobrecarga emocional das mães. Entretanto, o uso desse sistema associativo de imagem e palavras proporciona para as crianças autistas um aumento considerável na

aquisição de elementos do vocabulário, tanto adutivo quanto do vocabulário expressivo. O experimento mostra que o uso de desenhos com sua respectiva legenda ajuda na aprendizagem, mesmo com efeitos limitados em campos sensoriais.

Mizael e Aiello (2013) ainda identificaram no uso do PECS que o uso de elementos gráficos (desenhos e imagens) capta a atenção de crianças autistas e permite desenvolver habilidades comunicativas. Além de favorecerem o reconhecimento do vocabulário falado e a redução de movimentos estereotipados no comportamento dessas crianças. Voltando ao campo da comunicação e aquisição da linguagem, foi notado que os efeitos do sistema de imagens permitem um modo alternativo de comunicação que estimula o desenvolvimento verbal da linguagem. Outrossim, esse modelo enriquece a comunicação não verbal e traz a criança para um ambiente mais aberto de desenvolvimento da linguagem.

Ainda sobre essa ótica, Silva e Freitas (2016), traz que o uso de elementos artísticos no processo de ensino aprendizagem são fortemente potencializadores, principalmente em crianças que apresentam o transtorno do espectro autista, devido à capacidade de permitir o desenvolvimento de habilidades paralelas ao aprendizado formal. Além disso, o estímulo visual e gráfico pode ser usado para captar a atenção das crianças de maneira positiva e que, quando trabalhada de maneira eficiente, pode facilitar a aprendizagem. Ainda em concordância com os estudos anteriores, é notado o efeito positivo do processo associativo na construção de novos saberes.

A exposição a elementos artísticos mostrados nas pesquisas anteriores indicou que pela arte é possível alcançar certas aquisições no desenvolvimento. Guerra (2017) identifica a influência das artes, de maneira ampla, sobre o ritmo na vida psíquica. Em Cardoso *et al.* (2019), ao se utilizar a arte plástica (desenhos), foi possível trabalhar com os jovens a conscientização sobre a poluição ambiental, além de conseguir obter com eles elementos de que eles gostassem. Também

foi feita uma arte coletiva onde os jovens inseriam imagens de elementos que correspondessem à maneira como eles viam o mundo. O desenho ficou carregado de elementos distintos com significações únicas para cada indivíduo, que traziam coisas particulares sobre sua própria vida, como coisas de que gostavam, lugares bonitos e séries de que gostavam. Evidenciando o papel subjetivo das artes.

Com isso, nota-se a semelhança entre os resultados propostos pela pesquisa de Chnaider e Nakano (2021), que propõem que a criatividade consiga produzir efeitos positivos na capacidade de representação, assim como Guerra (2017), Wolff e Cunha (2018) e Cardoso (2019) propõem. Ademais, os processos associativos trazidos por Mizael e Aiello (2013) e o desenvolvimento de elementos linguísticos vão de encontro com os conceitos desenvolvidos por Vygotsky (2003), que constrói sobre os efeitos que as artes têm sobre as diversas faces do desenvolvimento. Assim, as artes visuais trazem certas possibilidades sobre a aquisição da linguagem. Ainda vale salientar, que nessa mesma ótica as artes artesanais permitem desenvolver habilidades cognitivas, que Grubits e Oliveira (2020) constataram a existência de efeitos dos desenhos sobre o desenvolvimento da personalidade e capacidade de representar conteúdos de maneira subjetiva e pessoal, principalmente para as crianças. Assim, nota-se uma coerência entre os achados presentes na literatura, onde o processo artístico, de base visual e artesanal, consegue gerar efeitos no desenvolvimento de crianças autistas.

EFEITO DAS ARTES MUSICAIS E LITERÁRIAS

Sousa *et al.* (2019) trazem a história de duas crianças autistas que adentram o ambiente de um ateliê musical, uma com hipótese de autismo e outra com autismo. No caso da criança com hipótese de autismo, existe um vínculo forte com a babá que o leva ao local do ateliê. Além disso, a criança mostra certa dificuldade em explorar o ambiente. Quando entra em um primeiro contato com a música, a

criança demonstra certa dificuldade de aceitar o som e põe as mãos sobre os ouvidos, mas ao longo das idas ao local, a criança começa a demonstrar mais interesse pelo ambiente e começa a explorar o local devidamente. O ritmo musical começa a ser usado para gerar interações entre os outros integrantes do lugar, permitindo assim certo grau de socialização, mas nunca com tom autoritário nem direcionado a uma criança específica do ambiente. Assim, a música foi fortemente capaz de permitir o desenvolvimento social e de reduzir a dependência da criança, além de ajudá-la a trabalhar sua relação com o outro.

Ademais, Ouza *et al.* (2021) evidencia elementos que mostram que a música é uma ferramenta que apresenta fortes efeitos durante o processo terapêutico, sendo utilizada tanto como mediadora do set terapêutico quanto como instrumento capaz de gerar desenvolvimento no indivíduo, assim sendo bastante versátil, indo de encontro aos achados de Sousa *et al.* (2019). O uso da música com crianças gera um ambiente mais calmo que permite às crianças se desenvolverem e de maneira mais subjetiva, respeitando as próprias construções da criança, indo de acordo com estudos evidentes sobre os efeitos da música. Em crianças com autismo e transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), mostrou-se capaz de desenvolver habilidades de socialização, comunicação, interação e atenção. As crianças autistas quando inseridas em um set terapêutico ou pedagógico junto a música elas conseguem desenvolver habilidades socioemocionais e ganharem mais consciência de si, além de permitirem mediações de habilidades psicomotoras, concordando com os estudos desenvolvidos por Sousa *et al.* (2019). A flexibilidade do uso da música somada a sua abundância de efeitos permite que ela possa ser usada em diferentes ambientes e contextos com diferentes funções.

Enquanto aos elementos literários, tem-se que Reily, Lapla e Daniez (2020) evidenciam que por histórias narrativas é possível trabalhar vários temas com as crianças. Um dos pontos principais

é permitir à criança inserir seus conhecimentos sobre a história. A realização das leituras construía diversas habilidades na criança e dava a ela a capacidade de conseguir trabalhar suas relações com o outro, já o uso dos elementos artísticos dava à criança a capacidade de trabalhar sua percepção da leitura e comunicar o que ela entendia da história. Os origamis eram elementos complementares que davam à criança a capacidade de construir os representantes da história e permitiam trabalhar a representação da história. Já em Bialer (2017), uma mulher através da escrita apresentou a capacidade de externalizar seus pensamentos de maneira artística e literária, contudo esse processo exigiu dela uma familiarização com o processo de escrita, tanto de um ponto de vista técnico quanto simbólico. Com o desenvolvimento da linguagem escrita, ela entra em um processo de narrar seu estado e lê-lo e entra no desenvolvimento de palavras faladas, mesmo que relate a incapacidade de descrever o passado ou coisas não reais.

Guerra (2017) constata a poesia e a escrita como elementos naturais no desenvolvimento da linguagem, ela guia o ritmo com que as palavras são produzidas e pronunciadas. A língua então se constrói em poesia, levando a um processo de ritimização da língua nos primeiros momentos de sua formação, onde as crianças balbuciam por ritmos. Conforme ainda percebidos ainda nos estudos de Rabeyron *et al.* (2020), que analisa os efeitos da música nos processos cognitivos referentes à atenção. Enquanto aos efeitos literários, existe uma forte relação com os efeitos desenvolvidos pela música, como Prestes *et al.* (2020) indica, tendo em vista que ambas se moldam sobre os aspectos da linguagem, assim podendo fornecer subsídio para o desenvolvimento da linguagem nesses indivíduos.

EFEITO DAS ARTES CORPORAIS (DANÇAS, ARTES MARCIAIS E ESPORTES)

Fontes *et al.* (2021) evidenciou que a prática de artes marciais que trabalham o movimento e o ritmo do corpo trazem resultados

eficientes sobre os elementos psicomotores de crianças autistas. Dentre os elementos desenvolvidos com êxito, teve-se o equilíbrio como um elemento de desenvolvimento notável. Assim como um aumento no desenvolvimento de habilidades referentes à coordenação motora geral e à coordenação motora fina no grupo Jiu-Jitsu/TEA, que apresentou habilidades mais desenvolvidas nos testes individuais. Entretanto, alguns dos testes realizados mostraram que não houve o desenvolvimento significativo no desenvolvimento de certas habilidades motoras nas crianças.

Cardoso *et al.* (2019) mostram que a encenação em jovens com perturbação do espectro autista é uma prática que quando realizada, consegue permiti-los se conectar com elementos que os ligam a sua subjetividade. Durante a atuação, houve um forte processo associativo presente pelos jovens, com isso eles conseguiram mostrar suas emoções e realizar descrições do evento que estavam encenando. Além disso, foi comum a construção de ligações entre os eventos encenados e situações de sua realidade, ainda foi possível mostrar seu conhecimento sobre os elementos que atuavam. Na encenação, os jovens conseguiam trazer sua subjetividade e atuar de maneira que seus personagens representassem partes equivalentes a suas próprias personalidades.

Ambos os estudos mostram que trabalhar os movimentos do corpo traz uma evolução de elementos motores e psicomotores, mesmo que em pequena escala. Ademais, a movimentação do corpo e da encenação trazem a evolução de elementos da subjetividade de maneira significativa. Assim, nota-se que as artes que surgem de diversas origens são igualmente capazes de ser trabalhadas com pessoas autistas para gerar desenvolvimento. Vale ainda enaltecer a ligação direta entre as artes corporais e as artes musicais, onde é comum a existência simultânea entre essas duas artes, como no estudo de Sousa *et al.* (2019) onde após a inserção da música era evidente o desenvolvimento de elementos corporais, como a dança e a brincadeira, que além de algo comum se manifesta como arte.

Com isso, mesmo que trabalhadas de maneira isolada, as artes nunca se encontram só, sempre podem ser encontradas interligadas na sua totalidade.

Ademais, de acordo com Bernier *et al.* (2022), a realização de encenações mostrou-se eficaz em movimentar os conteúdos internos das crianças e trazer seus sentimentos e afetos para o meio exterior e assim facilitar a comunicação afetiva. Havendo ainda efeitos positivos nas habilidades sociais das crianças autistas, devido ao processo de interação apoiado pela encenação. O mesmo resultado foi obtido no estudo de Borges (2021) que traz as artes marciais, como o Taekwondo, como uma ferramenta capaz de melhorar o desenvolvimento psicomotor de crianças com o TEA. Logo, as artes corporais se mostram eficientes no desenvolvimento de pessoas autistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permitiu analisar o uso das artes como ferramenta de desenvolvimento para o autismo e para a psicologia e identificar os principais tipos de arte usadas nos casos de autismo. A incorporação da arte em procedimentos terapêuticos proporciona a capacidade de desenvolver as habilidades cognitivas de pessoas autistas, das ordens da atenção, linguagem (verbal e não verbal), concentração, psicomotricidade e afetividade. Além de desenvolver habilidades psicossociais que contribuem para o processo de socialização destes indivíduos. Referente aos tipos de artes utilizados nesse processo, sobressaíram-se as artes visuais e as artes musicais, contudo, identificou-se que as esferas artísticas corporais (artes marciais e artes cênicas), literárias e artesanais foram abordadas.

Outrossim, ao utilizar a arte como instrumento para desenvolvimento no autismo, pôde-se constatar os efeitos benéficos presentes nas variadas formas artísticas. Nas artes visuais e artesanais,

percebe-se uma evolução na comunicação e na linguagem verbal e não verbal, quando usada de maneira associativa. Já nas artes musicais e literárias, foi possível trabalhar e aprimorar habilidades psicomotoras, socialização, comunicação, atenção e linguagem nos sujeitos autistas. Quanto às artes corporais, como dança, artes marciais e teatro, foi possível analisar o desenvolvimento psicomotor de crianças com TEA, além da comunicação afetiva proporcionada pela interação com os educadores, facilitada pela eficácia da arte em externalizar os sentimentos e afetos dessas crianças.

Além disso, durante a realização da pesquisa a escassez de estudos sobre o tema da arte no âmbito terapêutico associado ao transtorno do espectro autista e alta quantidade de escritos que tomaram crianças como público foram os elementos limitantes da pesquisa, tendo em vista o que a temática ainda é recente. Portanto, nota-se a necessidade de mais pesquisas nesse campo para uma compreensão mais aprofundada e aprimoramento na maneira de lidar com esses indivíduos.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION *et al.* **DSM-5**: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. Artmed Editora, 2014.

BERNIER, A *et al.* Art interventions for children with autism spectrum disorder: A scoping review. **American Journal of Occupational Therapy**, 76, 2022 Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36007137/. Acessado em: 05 mar. 2023.

BIALER, M M. A LINGUAGEM NO AUTISMO. **Psicologia Em Estudo**, 22(4), 587-595, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.4025/psicolestud.v22i4.35404. Acessado em: 22 ago. 2023.

BIEN, E S G; BARROCO, S M S. Arte, História e Educação na Psicoterapia de Grupo: em defesa da formação humana. **Revista Educar Mais**, v. 4, n. 2, p. 320-337, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.15536/reducarmais.4.2020.320-337.1877. Acesso em: 17 abr. 2023.

BORGES, L D R *et al.* **AUTISMO E TAEKWONDO**: MUITO ALÉM DE GOLPES. 2021.

CARDOSO, A P *et al.* Utilização De Agentes Artístico-Expressivos Em Indivíduos Com Perturbação Do Espectro Do Autismo. **Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación**, v. 6, n. 2, p. 126-136, 2019. Disponível em: http://Dx.Doi.Org/%20 https://Doi.Org/10.17979/Reipe.2019.6.2.5744. Acesso em: 08 abr. 2023.

SCHNAIDER, J, & NAKANO, T C. Revisão de pesquisas internacionais sobre a relação entre criatividade e bem-estar subjetivo. **Psicologia Argumento**, 39(104), 231–338, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.7213/psicolargum.39.104.A005. Acessado em: 30 mar. 2023.

FERREIRA, Carine *et al.* **Repercussão da implementação do Picture Exchange Communication System–PECS no índice de sobrecarga de mães de crianças com Transtorno do Espectro do Autismo**. **CoDAS**. Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, 2022. p. e20210109.

FONTES, V A M *et al*. Coordenação motora de crianças com transtorno do espectro autista: efeitos de um programa de jiu-jitsu. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 29, n. 1, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.31501/rbcm.v29i1.12522. Acessado em: 22 ago. 2023.

GIL, A C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GRUBITS, S; OLIVEIRA, E. Rabiscos e emoções: nova perspectiva sobre o desenvolvimento do desenho. **Avaliação Psicológica**, v. 19, n. 2, p. 213-221, 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822014000100015&lng=pt&tlng=en. Acesso em 17 abr. 2023.

GUERRA, V. O ritmo na vida psíquica: diálogos entre psicanálise e arte. **Ide** (São Paulo), São Paulo, v. 40, n. 64, p. 31-54, dez. 2017. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0101-31062017000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em: 22 ago. 2023.

MIZAEL, T M; AIELLO, A L R. Revisão de estudos sobre o picture exchange communication system (pecs) para o ensino de linguagem a indivíduos com autismo e outras dificuldades de fala. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 19, p. 623-636, 2013. Disponível em: https://www.Scielo.Br/J/Rbee/A/Mmg4w4ncnpsshh58ccgwzyc/. Acesso em: 22 ago. 2023.

MONTES, R C C**. O autismo e as artes plásticas**. 2013. Tese de Doutorado. Instituto Politécnico de Beja. Escola Superior de Educação. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.12207/602. Acesso em 17 abr. 2023.

NASCIMENTO, F P; SOUSA, F L**. Classificação da Pesquisa. Natureza, método ou abordagem metodológica, objetivos e procedimentos. Metodologia da Pesquisa Científica: teoria e prática–como elaborar TCC**. Brasília: Thesaurus, 2016.

OLIVEIRA, J V G. Da deficiência em geral e do autismo em particular. A contribuição da arte. **Revista Coletânea**, v. 18, n. 35, 2019. Disponível em: https://www.revistacoletanea.com.br/index.php/coletanea/article/view/167. Acesso em 14 abr. 2023.

SOUZA, J *et al.* Contribuições da musicoterapia para a psicoterapia infantil. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v.4, n.3, p.10432-1044, maio./junho, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.34119/bjhrv4n3-067. Acessado em: 22 ago. 2023.

PRESTES, Z. R. *et al.* A emergência da reação estética da criança na atividade musical. **Fractal: Revista de Psicologia**, 30(Fractal, Rev. Psicol., 2018, 30(1)), 46–57, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i1/1496. Acessado em: 05 mar. 2023.

RABEYRON, T *et al.* A randomized controlled trial of 25 sessions comparing music therapy and music listening for children with autism spectrum disorder. **Psychiatry Research**, Volume 293, 2020. Disponível em: doi:10.1016/j.psychres.2020.113377. Acessado em 05 mar 2023.

REILY, L H; LAPLAN, A L F; DAINEZ, D. Texto e Imagem em Diálogo: modos de apropriação da cultura de uma jovem com Transtorno do Espectro do Autismo. **Revista da Fundarte**, v. 42, n. 42, p. 01-32, 2020. Disponível em: Doi: 10.19179/2319-0868.786. Acessado em 20 ago. 2023.

SILVA, W. N.; FREITAS, F. P. M. Atividades de adaptação curricular para crianças com transtorno do espectro autista na perspectiva do programa teacch: relato de experiência. **Revista diálogos e perspectivas em educação especial**, 3(2). Disponível em: https://doi.org/10.36311/2358-8845.2016.v3n2.11.p117. Acesso em: 10 ago. 2023.

SOUSA, K R P *et al.* "Acordar" Para O Simbólico: Uma Investigação Psicanalítica Sobre os Efeitos de um Ateliê Musical para Crianças com Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD). **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica** [online], v. 22, n. 1, pp. 31-40, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-14982019001004>. ISSN 1809-4414. https://doi.org/10.1590/S1516-14982019001004, Acessado em: 22 ago 2023.

VASCONCELLOS, E. A. & GIGLIO, J. S. Introdução da arte na psicoterapia: enfoque clínico e hospitalar. **Estudos de Psicologia**, 24(3), 375-383, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/estpsi/v24n3/a09v24n3.pdf. Acessado em: 05 mar. 2023.

VYGOTSKY, L S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 191 p.

WOLFF, L M G; CUNHA, M C. Instrumento de avaliação de linguagem na perspectiva da Comunicação Suplementar e Alternativa: elaboração e validação de conteúdo. **Audiology-Communication Research**, v. 23, p. e2044, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2317-6431-2018-2044. Acessado em: 22 ago. 2023.

10

Hellen Jhecy Lopes Araujo
Ingrid Rauana Alves Diniz Marinho
Jéssica Karen Ferreira de Medeiros
Lívia Batista Soares
Luana Santos da Silva
Mirelly Pedrosa Lima
Leilane Cristina Oliveira Pereira

ARTE E ENVELHECIMENTO:

ARTE NA QUALIDADE DE VIDA DO IDOSO UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-360-8.10

INTRODUÇÃO

O presente estudo objetiva analisar a utilização prática da arteterapia na promoção da qualidade de vida da pessoa idosa a partir de uma revisão sistemática da literatura e, dessa forma, identificar seus benefícios no que diz respeito aos estímulos da expressão criativa, do desenvolvimento motor, do raciocínio, bem como do incentivo da reflexão sobre os próprios conflitos internos e da expressão e ressignificação desses conflitos. Além disso, contribuir para com a compreensão de como a arteterapia é relevante para o tratamento psicoterápico do idoso como um meio de intervir positivamente em seu processo de envelhecimento, como também enfatizar a importância do psicólogo ou graduando em psicologia estar ciente e poder refletir sobre a contribuição da arte na própria atuação.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) a saúde é definida como "um estado completo de bem-estar físico, mental e social e não somente a ausência de enfermidades", que, apesar de parecer utópico, viabiliza um ponto de partida para investimentos em cada uma das três áreas, visando o desenvolvimento destas até onde for possível. (OPAS, 2005). Sob esse viés, vale ressaltar ainda que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), a expectativa de vida de alguém nascido em 2019 era de - em média - 76,6 anos, então, partindo desse pressuposto, há a necessidade de assegurar um processo de envelhecimento saudável nos âmbitos físico, psicológico e social de modo a promover qualidade de vida da população idosa.

Outrossim, a OMS explicita ainda a necessidade de fazer do envelhecimento uma experiência positiva, surgindo daí o conceito de "envelhecimento ativo", termo adotado para expressar a conquista de um envelhecimento baseado em autonomia, independência, participação, autorrealização e, sobretudo, total acesso aos direitos cidadãos (OPAS, 2005).

Dessa forma, a arte desempenha um papel essencial para o desenvolvimento e o cotidiano de um ser humano, com capacidade de fazer uma ligação entre o mundo que o sujeito vive e o seu próprio eu, e sendo concisa, auxilia nas habilidades de conhecimentos, interação e ação no meio em que se está inserido; dessa forma, tem o poder de acessar sentimentos profundos e pode agregar positivamente na visão subjetiva do indivíduo a respeito de sua existência, uma vez que a arte delega conhecimento (Seidel, 2020).

Esse método bastante eficiente fomenta o desenvolvimento interpessoal e ajuda na solução de problemas desde o mais simples aos mais complexos. A partir disso, a arteterapia utiliza aplicações distintas, como na avaliação, prevenção, tratamento e reabilitação voltados para a saúde, funcionando como instrumento pedagógico através da criatividade. Com isso, o processo da arteterapia é um importante dispositivo no cenário do processo terapêutico e utilizá lo promove diversos benefícios e melhorias em todos os âmbitos da saúde aos usuários, justificando a relevância da mesma, tanto no âmbito científico, difundindo como ferramenta psicológica, bem como as vantagens de sua utilização no trabalho do psicólogo (Reis, 2014).

Portanto, as atividades terapêuticas têm como objetivo estimular a criatividade assim servindo para reconstruir as expressões e sentimentos que o idoso guarda para si. Desse modo tem se ampliado além do contexto clínico, sendo possível suas implementações nas áreas da psicologia social, escolar, organizacional da saúde e hospitalar. Contudo mostra-se um poderoso canal entre o psicólogo e o seu cliente pois tem uma grande influência na criatividade, autoconhecimento, habilidades essenciais ao desenvolvimento, tanto de um idoso como de um grupo com quem o psicólogo esteja trabalhando (Reis, 2014).

Em síntese, a presente pesquisa é pertinente no que diz respeito a conhecer a maneira com que a arteterapia beneficia a qualidade de vida do idoso e influencia o envelhecimento ativo de

maneira saudável e satisfatória. Nesse sentido, há a necessidade de buscar compreender a partir de pesquisas direcionadas ao seguinte questionamento: em quais aspectos a arte colabora para a qualidade de vida do idoso?

MÉTODO

O seguinte trabalho trata-se de uma pesquisa de natureza básica motivada, basicamente, pela curiosidade intelectual dos pesquisadores e situada, sobretudo, no nível da especulação e descoberta da verdade e obtenção de novos conhecimentos (Silva, 2014). Com seu objetivo exploratório, tem por finalidade desenvolver o conhecimento a respeito de um determinado tema; assim, esse tipo de pesquisa, aparentemente, simples tem o intuito de explorar a realidade buscando maior conhecimento. O trabalho tem como procedimento a pesquisa bibliográfica utilizando o método da Revisão Sistemática da literatura, a qual resulta-se o processo de levantamento e análise de publicações sobre o tema e a problemática de pesquisa escolhidos (Moresi, 2003).

Para a construção deste trabalho, a fim de reunir o material de base, foram usadas duas bases de dados eletrônicos: a biblioteca eletrônica científica, SCIELO, e a Biblioteca Virtual em Saúde, BVS, nas quais, foram utilizados os seguintes termos de busca e uso do operador booleano "AND": "Idoso" AND "Arte"; no Scielo, bem como "Arteterapia" AND "Envelhecimento" no BVS. Ainda no BVS foram utilizados os filtros de pesquisa referentes ao "Texto completo" e ao "Idioma"; enquanto no SCIELO o filtro utilizado foi referente apenas à língua portuguesa.

O uso de termos de busca diferentes em cada base de dados pode ser justificado levando em conta o fato de o tema escolhido ainda ser pouco explorado cientificamente, levando à necessidade de adaptar os termos da melhor maneira possível. Ademais, esta

busca ocorreu no primeiro semestre do ano de 2023, entre os meses de fevereiro e junho, e os trabalhos analisados foram escolhidos sob critérios específicos de inclusão e exclusão.

Relacionado aos critérios inclusivos, foi proposto que os artigos escolhidos fossem considerados publicações cientificas contendo assuntos coerentes com a temática e sendo artigos brasileiros. Como critérios excludentes, foram descartados artigos que apresentaram uma linguagem repetitiva, aqueles que não possuíam coerência com o tema e todos aqueles que não atendem aos critérios de inclusão acima.

Em suma, nos dados coletados foi verificado se cada artigo possuía compatibilidade com o tema, portanto, foi feito o estudo das publicações com o objetivo de entender os pontos e referências dadas por cada autor de acordo com a temática abordada, além disso, eles possuíram pontos comuns um ao outro, obtendo coerência com a temática discutida.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta pesquisa foi desenvolvida como uma Revisão Sistemática da Literatura tendo como base a temática do manejo da arte aliada ao envelhecimento para promover qualidade de vida ao idoso. Dessa maneira, empregando os termos de busca "Idoso" AND "Arte" e "Arteterapia" AND "Envelhecimento", em duas bases de dados, foi obtido um total de 27 artigos sobre a presente problemática.

Na base de dados SCIELO, utilizando os termos de busca "Idoso" AND "Arte", foram encontrados um total de 17 artigos, onde, após a utilização do critério de exclusão de nacionalidade, chegou-se a um total de 12 artigos; destes, 7 artigos foram excluídos por não abarcarem coerência com a temática em questão. Restando, assim, 5 artigos que foram avaliados e selecionados para o banco de dados final, como mostra a Figura 1 a seguir.

Na base de dados BVS, fazendo uso dos termos de busca "Arteterapia" AND "Envelhecimento", foram localizados 10 artigos dos quais, após a aplicação do critério de idioma da língua portuguesa e do de texto completo, restaram 2 artigos, ambos examinados e selecionados para fazer parte do banco de dados final.

Ao finalizar a coleta do material foram úteis 7 artigos referentes a temática abarcada, os quais foram escolhidos através dos processos de inclusão e exclusão, por meio de critérios estabelecidos como: artigos que apresentaram uma linguagem repetitiva, aqueles que não tinham coerência com a temática, e todos aqueles que não estavam em língua portuguesa foram excluídos, e o resultado obtido após as análises finais estão representados na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1 - Artigos selecionados para o banco de dados final

BASE DE DADOS	REFERÊNCIAS	OBJETIVOS	METODOLOGIA	RESULTADOS
SCIELO	JARDIM, Viviane Cristina Fonseca *et al.* Contribuições da arteterapia para promoção da saúde e qualidade de vida da pessoa idosa. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 1-10, jun. 2020.	Analisar as contribuições da arteterapia para promoção da saúde e qualidade de vida da pessoa idosa, assim como também mostrar quais áreas podem ser trabalhadas de acordo com a arte escolhida.	O presente estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura que estabelece 6 etapas, sendo elas: a identificação do tema e seleção da hipótese, a construção dos critérios de inclusão/exclusão dos estudos, a categorização dos estudos definindo as informações a serem extraídas dos estudos selecionados, a leitura na íntegra dos estudos selecionados, a interpretação dos resultados e a apresentação da revisão.	Os recursos expressivos utilizados no processo arte terapêutico foram os mais variados: pintura, desenho, modelagem, expressão corporal, entre outros. A utilização da arteterapia para promoção da saúde em idosos mostrou benefícios na redução dos fatores negativos de ordem afetiva, emocional social. Os artigos analisados sugerem o efeito positivo da arteterapia na qualidade de vida em idosos.

BASE DE DADOS	REFERÊNCIAS	OBJETIVOS	METODOLOGIA	RESULTADOS
BVS	SIQUEIRA, Cinthia Lúcia de O.; MARTINS, João Batista. Envelhecimento Ativo em Questão - Reflexões a partir de uma Oficina de Teatro com Pessoas Idosas. **Revista Kairós-Gerontologia**, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 153–174, 2019.	Apresentar uma vivência de teatro voltada a pessoas de mais idade, que pretende contribuir com reflexões acerca deste conceito e sugerir formas originais de pensar e viver a velhice.	A pesquisa é de cunho qualitativo desenvolvida a partir de uma oficina de teatro com idosos, que aconteceram uma vez na semana. A oficina foi estruturada de maneira que contemplasse uma técnica por dia, seguida de narrativas teatrais, criadas pelos próprios participantes.	As oficinas realizadas proporcionaram aos idosos uma perspectiva de envelhecimento ativo e produtivo, atribuindo assim novos sentidos as suas experiências. Com uma abordagem que valida os seus limites e que não deixa de potencializar suas vivências, de modo que contribui para um envelhecer criativo e diligente.
SCIELO	CAMPOS, Cássia Noele Arruda; SANTOS, Ludmila Capistrano dos; MOURA, Milena Ribeiro de; AQUINO, Jael Maria de; MONTEIRO, Estela Maria Leite Meireles. Reinventando práticas de enfermagem na educação em saúde: teatro com idosos. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 588–596, set. 2012.	Elaborar uma intervenção de enfermagem em educação em saúde, com enfoque na promoção à saúde de um grupo de idosos, utilizando como ferramenta as artes cênicas.	Trata-se de uma pesquisa- ação da qual utilizou como ferramenta as artes cênicas com atividades como: Viajando na imaginação/ diversidade dos cenários (movimentação no palco); Oficina de personagens; Construção da peça teatral. Sendo realizadas com o intuito da formação de um plano de educação em saúde realizado com 12 idosos em encontros semanais.	A partir da prática das artes cênicas foram proporcionados aos idosos conhecimentos acerca da educação em saúde, bem como contribuiu na melhoria do nível de humor, no preenchimento do tempo ocioso e na descoberta de novas possibilidades de viver/envelhecer. Sendo proporcionado também aos profissionais, inovação e renovação da enfermagem possibilitando novas práticas em saúde do idoso.

BASE DE DADOS	REFERÊNCIAS	OBJETIVOS	METODOLOGIA	RESULTADOS
SCIELO	BECKER, Ana Cláudia; FALCÃO, Deusivania Vieira da Silva. O envelhecimento, a velhice e o significado de ser avô(ó) na perspectiva de atores profissionais idosos. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 289-302, mar. 2016.	Investigar a percepção de atores profissionais idosos sobre o envelhecimento, a velhice e o significado de ser avô(ó) na família e na atuação profissional (palco teatral, dublagem, rádio e televisão), bem como examinar as percepções sobre a influência da profissão de ator na trajetória de vida e na velhice.	Pesquisa exploratória, descritiva e transversal, realizada entre os meses de fevereiro e dezembro de 2014, na qual foram entrevistados 6 atores profissionais, a partir dos 60 anos de idade e com, pelo menos, 30 anos de profissão. Foi realizada uma entrevista aberta com roteiro semiestruturado, realizada individualmente, sem a interferência de outras pessoas.	Os entrevistados apresentaram uma imagem favorável do idoso e da juventude dentro do universo artístico, destacando a importância dos idosos nas tramas de romances e teatrais. A maioria dos entrevistados expressaram uma visão positiva do significado dos avós na vida familiar e uma postura neutra em relação à interpretação desse papel no campo profissional.
BVS	LEÃO, Denise Maria Maciel *et al.* Socialização de idosos institucionalizados: oficina de pintura em uma ILPI de Rio Grande, RS. **Revista Kairós-Gerontologia**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 459–474, out. 2017.	Analisar e apresentar as experiências interventivas por meio do Projeto de Extensão Oficina de Pintura do Programa Núcleo Universitário da Terceira Idade.	As acadêmicas receberam literatura especializada sobre envelhecimento e institucionalização de idosos, e foram estimuladas a escreverem seus registros de campo estabelecendo articulação com os estudos em Psicologia do Envelhecimento.	Excussão das Atividades propostas dentro das possibilidades de cada indivíduo com suas demandas, e melhoria no quadro terapêutico dos envolvidos.

BASE DE DADOS	REFERÊNCIAS	OBJETIVOS	METODOLOGIA	RESULTADOS
SCIELO	GUEDES, Maria Heliana Mota; GUEDES, Helisamara Mota; ALMEIDA, Martha Elisa Ferreira de. Efeito da prática de trabalhos Manuais sobre a autoimagem de idosos. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 731–742, out. 2011.	Investigar de que forma a prática dos trabalhos manuais pode influenciar a autoimagem do idoso.	Trata-se de uma pesquisa de perfil exploratório e qualitativo do programa humanizar, direcionado para o público de meia idade e de diversos níveis de escolaridade, o programa oferece palestras, seminários auxiliando os integrantes sobre o cuidado com a saúde e os benefícios vindos do manuseio da arte.	Nesta pesquisa foi observado benefícios positivos na diminuição do uso de medicamentos dos integrantes entrevistados como a melhoria significativa nos sentimentos de solidão e ansiedade dos mesmos e maior socialização dos integrantes.
SCIELO	SCALCO, Laércio Maciel; SANTOS, Juvenal Fernandes dos; SCALCO, Monique Gomes Da Silva; BEZERRA, Armando José China; FALEIROS, Vicente De Paula; GOMES, Lucy. Suicídios e tentativas de suicídio de personagens idosos em filmes: fatores relacionados nos filmes de longa-metragem. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 6, p. 906-916, out. 2016.	Analisar as diversas apresentações de suicídios e tentativas de suicídio na população idosa e na filmografia de longa metragem, destacando as características que poderiam ser consideradas fatores relacionados.	Foram analisados filmes nacionais e internacionais entre o ano de 1950 a 2014 que retratasse personagens idosos com ideação suicida. Os filmes foram analisados separadamente a partir das sinopses e da relação suicida com o idoso e foram relacionados à fatores como: depressão com desesperança, autoconceito negativo, rigidez cognitiva, pressuposição disfuncional, déficit de resolução de problemas, enfermidades físicas, falta de apoio familiar e social, existência e eficiência dos serviços de saúde e gênero.	Este estudo discorre análises de filmes abordando a temática de suicídios e tentativas em idosos. Sendo analisados motivos relacionados ao comportamento da pessoa idosa e o que levam a tal atitude a partir de filmes que discutem sobre o tema. Bem como contribuiu na visualização do sofrimento do idoso trazendo que os enredos discutidos nos filmes se fazem presentes na vida de muitos idosos, que tem como principais motivos as enfermidades físicas, o autoconceito negativo e a falta de apoio familiar e social.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023).

Jardim *et al.* (2020) aborda quais áreas podem trabalhar a arteterapia na pessoa idosa, a qual mostra que através da arte é possível trabalhar as funções motoras, sensórias e cognitivas, como também disponibilizando ao idoso autonomia no processo. Nesse sentido, o estudo enfatiza que através do projeto terapêutico houve uma melhora significativa nas relações interpessoais, reduções dos sintomas depressivos e ansiosos, como também o aumento da confiança e autoestima da pessoa idosa, melhora do equilíbrio emocional e uma sensação de bem estar geral; contudo as autoras também evidenciam o fato de existirem poucas publicações relacionadas à temática, a qual deveria ser mais abordada, uma vez que a utilização dessa ferramenta proporciona conhecimento e recriação do sujeito, melhorando assim sua qualidade de vida.

Desse modo, diante dos resultados destacados por Jardim *et al.* (2020), é possível enfatizar a grande importância dessa prática a qual a abrange uma gama de variedades de arte, e que tem o objetivo de fazer do envelhecimento algo associado a uma trajetória saudável trazendo de volta a independência do idoso, dando a ele espaço para usar da arteterapia como ferramenta para a melhoria da qualidade de vida, a qual está associado não apenas a trabalhar o seu emocional más também seu físico, suas relações com o meio, o cognitivo e entre tantas outras áreas que a arte como instrumento psicoterápico engloba.

Siqueira e Martins (2019) vêm contribuir com reflexões a partir de uma oficina de teatro realizada com pessoas idosas. Nesse sentido, o artigo deu uma maior ênfase à vivência do Sr. Manoel, – um dos participantes das oficinas – um senhor de 88 anos com um câncer de pele em estágio avançado e submetido a quimioterapia que, mesmo com suas limitações, se envolveu com empenho nas atividades e vivências promovidas. Desse modo, o estudo discorre sobre o quão importante e essencial são as vivências com a arte e como ela pode estimular alguns déficits físicos que podem ser superadas através da força de vontade para se reinventar.

Campos *et al.* (2012), pesquisadores do campo da enfermagem, realizaram uma pesquisa-ação com idosos utilizando as artes cênicas como ferramenta, de modo a realizar ações de cunho educativo em saúde. O teatro foi uma ferramenta fundamental para maior interação com os idosos, as estratégias elaboradas pelos pesquisadores permitiram momentos de interação que os participantes puderam retratar seus sentimentos, seus pensamentos, suas histórias de vida, bem como seus desejos e sonhos. A pesquisa despertou nos autores novos modos e saberes de manejo na enfermagem, criando um ambiente de aprendizado mútuo tanto para os idosos quanto para os pesquisadores.

Diante dos resultados obtidos de Siqueira *et al.* (2019) e Campos *et al.* (2012) apresenta-se um campo de discussão da qual identifica que a prática teatral contribui com diversas potencialidades, utilizando-se como um importante meio de intervenção e veículo de inovação para a prática da arte com idosos, visto que também contribui com a desmistificação de estereótipos associados ao envelhecimento. Desse modo, os presentes artigos mostraram a relação que o idoso pode desenvolver consigo e com o outro através da utilização da arte. Sendo assim, os estudos se relacionam com o que diz a Organização Mundial de Saúde (OMS) sobre a arte, mostrando ser uma ferramenta essencial no auxílio da compreensão de emoções e estimula todos os sentidos.

Becker e Falcão (2015) abordam a perspectiva de atores profissionais idosos sobre o envelhecimento, a velhice e o significado de ser avô tanto no contexto familiar e pessoal quanto na atuação profissional. Em síntese, o estudo constatou que a atuação profissional no meio artístico, televisivo e teatral influenciou as visões e reflexões a respeito das várias particularidades do envelhecimento (como os aspectos cognitivos e de habilidades físicas e motoras) contribuindo com a tendência a negarem a própria velhice e de encararem o envelhecimento como algo negativo, no entanto, são dados que não

podem ser generalizados para toda a categoria de atores idosos por ter sido uma amostra por conveniência.

Nos estudos apresentados por Lopes e Martins (2011) e Becker e Falcão (2015), observa-se uma concordância no que diz respeito a influência positiva da arte como ferramenta de manutenção das funções cognitivas e a estimulação para manter o idoso ativo dentro do seu processo de envelhecimento, sendo o teatro um fator que auxilia nessa vitalidade. Nesse sentido, o ator sendo agente ativo dentro e fora do teatro, necessita de habilidades sociais, físicas e psicológicas para exercer sua profissão e são os recorrentes estímulos dessas habilidades através da arte teatral que proporcionarão a manutenção de suas capacidades intelectuais, boa comunicação, percepção e a sensibilidade e dessa forma enfatizando a utilização da arte teatral que proporcionarão a manutenção de suas capacidades intelectuais, boa comunicação, percepção e a sensibilidade e dessa forma enfatizando a utilização da arte como de grande relevância visando proporcionar a melhoria da qualidade de vida da pessoa idosa. Assim como Becker e Falcão (2015) constataram, o trabalho artístico traz uma contribuição positiva para o desenvolvimento pessoal e social dos idosos.

A Universidade Federal do Rio Grande fez uma experiencia de oficina de pintura em um projeto de extensão do programa núcleo universitário da terceira idade. Coletaram experiencias e vivências com os idosos institucionalizados, onde foi observado um vasto espaço de possibilidades para os idosos. Ao serem apresentadas alguns materiais houve em alguns indivíduos a aceitação da atividade proposta como também a rejeição. Constatou-se também que a maneira como cada idoso aceitava as propostas refletia o processo de aceitação do seu próprio envelhecimento. Durante o andamento das atividades aceita por cada indivíduo destaca-se um aumento significativo na autoestima e maior interação social entre eles (Leão *et al.,* 2016).

Guedes *et al.* 2010 traz a questão de que a sociedade está envelhecendo mais facilmente em comparação a tempos idos. Para tanto, com a utilização dos trabalhos manuais foi observado uma melhoria significativa na habilidade mental diminuindo o uso de remédios e uma melhor visão de sua autoimagem, pois o principal objetivo dos trabalhos manuais não está contido no "fazer bonito", mas no significado que traz. E no âmbito da pesquisa realizada, através da categoria "benefícios" e as subcategorias "habilidade mental", "socialização" e "remédio", constatou-se que os as atividades manuais são ferramentas essenciais na recuperação biológica, psicológica, social e imunológica das idosas.

Tratando da influência da arte em alguns aspectos da vida de idosos sob perspectivas análogas, tanto Leão *et al.,* (2016) quanto Guedes *et al.,* (2010) trazem em seus estudos um panorama dos efeitos positivos da realização de pinturas na socialização e de trabalhos manuais na autoimagem do idoso que se assemelham ao enfatizarem os diversos benefícios adquiridos pelos idosos que participaram das pesquisas.

Nesse contexto, ambos demonstram resultados proveitosos no que diz respeito à satisfação dos senhores e senhoras que se envolveram nas atividades, bem como retratam a contribuição da arte para uma maior socialização entre os envolvidos, com períodos ricos em interações e trocas entre os participantes, além da percepção de melhoras na autoestima, na aquisição ou recuperação de habilidades, na qualidade de vida e tanto em aspectos cognitivos – como, por exemplo, habilidades mentais de memorização e recordação – como também sociais, psicológicos e fisiológicos. Nesse contexto, pode-se concluir que tais estudos corroboram com a visão da literatura de que a utilização da arte como instrumento interventivo vem a estimular positivamente o idoso em todos estes aspectos e tornar o envelhecimento um processo mais ativo e bem aproveitado (Lopes e Martins, 2011).

Scalco e colaboradores (2016) trazem uma análise sobre a apresentação de suicídios e tentativas de suicídio na população idosa na filmografia de curta metragem, destacando os fatores que se relacionam com tais comportamentos. Sendo destacado também fatores cognitivos e transtornos psiquiátricos, como também fatores que se relacionam com o sofrimento social, dimensões culturais e biológicas. E assim, como pontuam os autores, essas obras cinematográficas podem contribuir com a forma de observamos tais características destacadas, como uma direção para prevenir e evitar esse sentimento suicida.

Para Scalco *et al.* (2016), a expressividade dos sentimentos na arte sempre foi valiosa na convivência humana principalmente na expressão de suas emoções, exatamente porque é dos sentimentos que surge as significações do que se vive a realidade. Neste sentido, os resultados aqui obtidos, além de encontrarem subsídio na literatura visitada, confirmam que as obras cinematográficas têm efeitos positivos no contexto de pessoas com pensamentos suicidas. Constata-se que a cinematografia pode ser um caminho positivo para desenvolver um relacionamento saudável entre a vida e a cinematografia. Foi Jardim *et al.* (2020) que destacou que as produções artísticas eram possíveis observar as diversas expressões de sofrimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como o objetivo geral analisar a utilização prática da arte na promoção da qualidade de vida da pessoa idosa a partir de uma Revisão Sistemática da Literatura. Com base nos resultados encontrados no desenvolvimento de toda a pesquisa, pode-se indicar que o objetivo proposto foi alcançado, o qual abordou sobre métodos terapêuticos envolvendo a arte e o início de sua criação, com ênfase no idoso. Em relação aos principais resultados

sobre arte e envelhecimento destaca-se a que a arte é relevante na contribuição de um envelhecer ativo e produtivo, pois auxilia em diversas áreas do desenvolvimento, bem como na cognição, motricidade e no bem-estar da pessoa idosa.

Desse modo, cabe citar também melhorias nas relações interpessoais através das intervenções artísticas em grupo, redução de sintomas depressivos ou ansiosos e por meio da aquisição ou recuperação de habilidades, proporciona um aumento da confiança, autoestima e não só a manutenção dos aspectos cognitivos, mas também sociais, fisiológicos e psicológicos podendo trazer de volta até mesmo a independência da pessoa idosa. A arte traz consigo a capacidade de se reinventar, de forma que o idoso não se limite aos padrões sociais e a sua idade cronológica. Sob esse viés, é importante destacar o número reduzido de pesquisas encontradas sobre o tema para a construção dessa revisão da literatura, delineando um ponto de partida para que novos estudos possam ser construídos tendo em vista a relevância da temática.

Os resultados aqui apresentados evidenciam os diversos efeitos positivos do uso da arte com idosos sob um viés terapêutico, assim, esse estudo leva a contribuições tanto teóricas quanto práticas. No que tange às contribuições teóricas, pode-se afirmar que este vem a ampliar o âmbito de pesquisas que debatem a temática examinada - tendo em vista que é pouco discutida - além de identificar e sintetizar informações referentes a perspectiva do uso da arte atrelado ao envelhecimento e aos aspectos positivos que essa utilização pode manifestar. Ademais, relativo às contribuições práticas, os achados desta pesquisa podem ser úteis para que profissionais da saúde mental possam passar a utilizar a arte como estratégia terapêutica no cuidado com o bem-estar do idoso.

Quanto a limitação, destaca-se o caráter transversal do estudo e o fato de que embora a temática é de suma importância na qualidade de vida dos idosos, ainda é pouco explorada no manuseio

a prático bem como no meio acadêmico. Posto isso, em relação às futuras pesquisas, recomenda-se que sejam realizados e aprofundados trabalhados acerca da arte na promoção da qualidade de vida do idoso, visto que é um tema de grande importância e que traz melhorias consideráveis no desenvolvimento do idoso, mas que não possui grande evidência na sociedade tanto nos campos de ações como também de estudos. Esta sugestão pode incluir uma mudança de maior destaque para abordagem, assim, facilitando a coleta e análise de dados em outros estudos acadêmicos.

REFERÊNCIAS

BECKER, Ana Cláudia; FALCÃO, Deusivania Vieira da Silva. O envelhecimento, a velhice e o significado de ser avô(ó) na perspectiva de atores profissionais idosos. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 289- 302, mar. 2016.

CAMPOS, Cássia Noele Arruda *et al.* Reiventando práticas de enfermagem na educação em saúde: teatro com idosos**. Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 588–596, set. 2012.

IBGE. EM 2019, EXPECTATIVA DE VIDA ERA DE 76,6 ANOS. **Agência de Notícias, 2**020. Acesso em: 28 mar. 2023.

World Health Organization. **Envelhecimento ativo**: uma política de saúde; tradução Suzana Gontijo. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005**.** 60p.: il. Acesso em: 27 mar. 2023.

GUEDES, Maria Heliana Mota; GUEDES, Helisamara Mota; ALMEIDA, Martha Elisa Ferreira de. Efeito da prática de trabalhos Manuais sobre a autoimagem de idosos. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia,** Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 731– 742, out. 2011.

JARDIM, Viviane Cristina Fonseca *et al.* Contribuições da arteterapia para promoção da saúde e qualidade de vida da pessoa idosa. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia,** Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 1-10, jun. 2020.

LEÃO, Denise Maria Maciel *et al.* Socialização de idosos institucionalizados: oficina de pintura em uma ILPI de Rio Grande, RS**. Revista Kairós-Gerontologia**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 459–474, out. 2017.

LOPES, Tânia Bailão; MARTINS, Rosa Maria. **Arteterapia em idosos:** efeitos nas funções cognitivas. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Escola Superior de Altos Estudos, Repositório Instituto Superior Miguel Torga (ISMT), Coimbra. 2011.

ORESI, Eduardo (Org). **Metodologia da Pesquisa**. Universidade Católica de Brasília, Pró-reitoria de pós-graduação (PRPG), Brasília, p. 1-108, mar. 2003.

REIS, Alice Casanova. Arteterapia: a Arte como Instrumento no Trabalho do Psicólogo. **PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO**, 2014. Acesso em: 07 mar. 2023.

SCALCO, Laércio Maciel *et al.* Suicídios e tentativas de suicídio de personagens idosos em filmes: fatores relacionados nos filmes de longa-metragem. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n.6, p. 906-916, out. 2016.

SEIDEL, Marisa Frohlich. Arte contemporânea aliada a arteterapia. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 05, Ed. 08, Vol. 12, pp. 31-42. Agosto de 2020. ISSN: 2448-0959. Acesso em: 8 out. 2023.

SILVA, Antônio João Hocayen da. **Metodologia de Pesquisa**: Conceitos Gerais. 1. ed. Paraná: Unicentro, 2014.

SIQUEIRA, Cinthia Lúcia de O.; MARTINS, João Batista. Envelhecimento Ativo em Questão - Reflexões a partir de uma Oficina de Teatro com Pessoas Idosas. **Revista Kairós-Gerontologia**, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 153–174, 2019.

11

Yasmin Marques de Queiroga Sousa
Maria Clara Alves Pereira
Gustavo Pinheiro Duarte Alves
Maria das Graças Lima Barbosa
Christiny de Alcantâra Ricarte Cavalcante
Simone Pinheiro Alves
Leilane Cristina Oliveira Pereira

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA:

UMA REVISÃO BASEADA NA SISTEMÁTICA DE LITERATURA

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-360-8.11

INTRODUÇÃO

Violência Obstétrica (VO), é a violência de gênero cometida a mulheres puérperas, parturientes, ou em qualquer fase do período gravídico puerperal, por profissionais da saúde que desumanizam o tratamento ou patologizam os processos naturais e fisiológicos que concerne a um parto. Todo ato que seja uma violação dos direitos humanos, desrespeite a autonomia e integridade físico-psíquica da mulher é considerado um ato de violência obstétrica (Lansky S, *et al.*, 2018).

Ademais, são considerados atos de violência obstétrica, de acordo com a Organização Mundial da Saúde, intervenções médicas e medicamentosas na parturiente e no recém-nascido, como realização de episiotomia, uso de aceleradores de parto, como ocitocina, agressões físicas, verbais e sexuais, violência psicológica, negar as exigências da grávida, descriminação das questões éticas, religiosas, filosóficas, tudo que fere a anuência e concordância da parturiente (Lansky *et al.*, 2018).

Assim, a invisibilidade dos casos de violência obstétrica e a falta de conscientização aumenta a incidência dessa violência contra as mulheres. Desse modo, chama-se atenção de fomentar essa discussão no contexto brasileiro e apresentar os casos e as situações que desenvolveram a violência obstétrica, a fim de diminuir essa proliferação de casos clínicos. Com isso, haverá a diminuição de sentimentos oriundos desse abuso, como sensação de inferioridade, medo, insegurança com o corpo e estados emocionais abalados (Dias e Pacheco, p. 282, 2020).

Desse modo, diversas características de violência obstétrica determinam a importância de fomentar esse conhecimento prévio dos conceitos dessa forma de violação, seus tipos, sua incidência e as limitações que a parturiente durante o período gravídico é acometida,

isso inclui a categoria de evitar novos casos de violência e incitar a denúncia feita aos hospitais e profissionais da saúde que negam assistência médica a essas mulheres (Plass, 2015).

Sendo assim, faz-se necessária a reflexão a fim de conscientizar sobre os tipos de violência obstétrica, democratizar o conhecimento sobre o assunto, além de apontar o que os estudos e pesquisas abordam sobre a mesma, elencando as posturas éticas e antiéticas exercidas pelos profissionais da área, que podem influenciar no desenvolvimento de condutas saudáveis e não saudáveis para com as parturientes, a fim de que o público consiga refletir e identificar situações onde podem acontecer esses tipos de violações. Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo analisar publicações científicas sobre Violência Obstétrica por meio de uma revisão baseada na sistemática de literatura.

MÉTODO

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa de natureza básica, que, de acordo com Gil (2010), possui o objetivo de completar as lacunas presentes no conhecimento. Essa pesquisa tem o objetivo exploratório, que facilitam a familiaridade do pesquisador com o problema objeto de pesquisa e permite a construção de hipóteses (Gil, 1991). Além disso, é uma pesquisa de caráter qualitativo, ou seja, abordagem que não está preocupada exatamente com dados, mas sim com as ideias, opiniões e a interpretação que se obtém com os dados descobertos (Soares, 2020).

No que diz respeito ao desenvolvimento deste trabalho, foi utilizada como base de dados eletrônicos o SCIELO, no qual usou-se os seguintes descritores e uso do operado booleano "AND": "Violência" AND "Obstétrica. Esta busca ocorreu no primeiro semestre do ano de 2023, entre os meses de fevereiro e maio, e para a

obtenção do resultado dos trabalhos foram considerados os critérios específicos de inclusão e exclusão.

Acerca dos critérios de inclusão, foram considerados artigos científicos publicados e disponíveis integralmente nessa base de dados científica, além de serem artigos que foram publicados nos últimos 05 anos (de 2017 a 2022), de origem brasileira e com idioma em português, pesquisas que contém relatos dos próprios profissionais de saúde e aqueles que a temática estivesse de acordo com o objetivo desta pesquisa. Sobre os critérios de exclusão, foram excluídos todos os trabalhos que se repetiram, que possuíam língua estrangeira e que eram produtos de uma revisão sistemática, além daqueles que não possuíam os critérios de inclusão.

Na base de dados SCIELO, na primeira busca, fazendo uso dos descritores supracitados, obteve-se um total de 15 artigos, em que, após a utilização dos critérios como ano de publicação, idioma, nacionalidade e direcionamentos de pesquisa, chegou-se a um total de 09 artigos para serem analisados. Outrossim, foram analisados os resumos de cada textos, com o objetivo de averiguar se os objetivos da publicação estavam condizentes ao objetivo do trabalho.

O conteúdo do material coletado foi analisado com o intuito de relacioná-los com o objetivo da pesquisa, para que fosse possível realizar a análise das publicações sobre a violência obstétrica e pontuar as considerações de cada autor. Ademais, foram averiguados os relatos das parturientes, bem como as posturas dos profissionais de saúde, mostrando assim como o material de pesquisa aborda esses aspectos e sua relevância para com a temática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após uma leitura e análise acerca dos resumos e textos na íntegra presente nos artigos utilizados para a construção desse

material, foi possível trazer à tona a contribuição de variados autores sobre o tema pesquisado. Destarte, as considerações serão discutidas ao transcorrer desse trabalho, trazendo informações mais detalhadas e sistemáticas acerca da violência obstétrica, bem como suas metodologias. Assim, serão expostas na tabela algumas informações pertinentes, por exemplo, a ideia central e outros pontos a fim de possibilitar uma melhor compreensão do que será abordado.

Tabela 1 – Artigos selecionados para o banco de dados final

TÍTULO	REFERÊNCIA	METÓDO
Análise das denúncias de violência obstétrica registradas no Ministério Público Federal do Amazonas, Brasil.	MARTINS, R. B. *et al*. Análise das denúncias de violência obstétrica registradas no Ministério Público Federal do Amazonas, Brasil. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 30, n. 1, p. 68-76, 2022.	Estudo quantitativo, exploratório e documental, realizado no período de janeiro a abril de 2018. Foram analisadas as denúncias de Violência Obstétrica entre 2014 a 2018. Obteve-se uma amostra de 43 denúncias por VO.
Desrespeitos e abusos, maus tratos e violência obstétrica: um desafio para a epidemiologia e a saúde pública no Brasil.	LEITE, T. H. *et al.* Desrespeitos e abusos, maus tratos e violência obstétrica: um desafio para a epidemiologia e a saúde pública no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 2, p. 483-491, 2022.	O artigo utiliza de pesquisa bibliográfica e qualitativa para analisar as tipologias da violência obstétrica, trazendo aspectos históricos do primeiro país a elaborar em formato de lei uma definição da violência obstétrica.
Colonização do corpo e despersonificação da mulher no sistema obstétrico.	LADEIRA, F. M. B.; BORGES, W. A.. Colonização do corpo e despersonificação da mulher no sistema obstétrico. **Revista de Administração de Empresas**, v. 62, n. 4, p. e2021-0082, 2022.	O trabalho pautou-se em uma abordagem construcionista social e trata-se de uma pesquisa qualitativa. A pergunta que norteou a pesquisa foi: "Em qual momento da sua gestação/parto/pós-parto você se sentiu tratada como um objeto do sistema sem autonomia do seu corpo?"

TÍTULO	REFERÊNCIA	METÓDO
"Na hora de fazer não chorou": a violência obstétrica e suas expressões.	MEDEIROS, R. C. S. "Na hora de fazer não chorou": a violência obstétrica e suas expressões. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis. 2022.	Estudo qualitativo, desenvolvido com as puérperas acompanhadas que realizaram o aus-trat em uma Unidade Básica de Saúde situada no nordeste brasileiro.
Near-miss materno e VO: uma relação possível.	AGUIAR, C. A.; FELICIANO, R. G.; TANAKA, A. C. D'A.. Near-miss materno e violência obstétrica: uma relação possível?. **Sexualidad, Salud y Sociedad** (Rio de Janeiro), n. 38, p.e22208, 2022.	Pesquisa qualitativa; Amostra intencional; pautada na história oral temática; entrevistas com mulheres assistidas em modelos assistente assistenciais distintos, diferentes raças.
Nomeando o inominável. A problematização da violência obstétrica e o delineamento de uma pedagogia reprodutiva contra-hegemônica.	TEMPESTA, G. A.; FRANÇA, R. L.. Nomeando o inominável: a problematização da violência obstétrica e o delineamento de uma pedagogia reprodutiva contra-hegemônica. **Horizontes Antropológicos**, v. 27, n. 61, p. 257-290, 2021.	Trata-se de uma pesquisa qualitativa; foram citados diversos autores e pensadores, a fim de compreender as formas de Violência Obstétrica, quais as principais vítimas dessa violência.
Disparidades raciais: uma análise da violência obstétrica em mulheres negras.	LIMA, K. D.; PIMENTEL, C.; LYRA, T. M.. Disparidades raciais: uma análise da violência obstétrica em mulheres negras. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 4909-4918, 2021.	Realizou-se uma pesquisa empírica de abordagem qualitativa, salientando-se o caráter indispensável das experiências vividas pelas mulheres. Nessas entrevistas qualitativas, nossas interlocutoras trouxeram suas experiências durante a gestação, o parto e o pós-parto.

TÍTULO	REFERÊNCIA	METÓDO
Representações sociais da violência obstétrica para puérperas e profissionais da saúde: análise fatorial de correspondência.	PAIVA, A. M. G. *et al.* Representações sociais da violência obstétrica para puérperas e profissionais da saúde: análise fatorial de correspondência. **Cogitare Enfermagem**, v. 27, p. e75198, 2022.	Pesquisa multimétodo, norteada pela Teoria das Representações Sociais, realizada em duas maternidades no interior do Ceará. Os dados foram analisados por Análise Fatorial de Correspondência pelo programa TriDeux Mots 5.3.
Violência Obstétrica e Trauma no Parto: O Relato das Mães.	MATOS, M. G.; MAGALHÃES, A. S.; FÉRES-CARNEIRO, T.. Violência obstétrica e trauma no parto: o relato das mães. Psicologia: **Ciência e Profissão**, v. 41, p. e219616, 2021.	Foi realizada uma pesquisa qualitativa, por meio de estudo de caso coletivo (Stake, 2016), com coleta de dados na internet em blogs pessoais. [...]" (p. 6); foram selecionados 30 relatos (15 de mulheres e 15 de homens) publicados entre os anos de 2010 e 2017.

Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Martins e colaboradores (2022) trazem uma análise das denúncias de violência obstétrica registradas no Ministério Público Federal do Amazonas, entre os anos de 2014 e 2018. Assim, os autores utilizaram um estudo quantitativo, exploratório e documental, realizado no período de janeiro a abril de 2018. Obteve-se uma amostra de 43 denúncias por VO. Ademais, as variáveis analisadas foram: profissionais de saúde; instituições de saúde; técnicas obstétricas violentas; ano de ocorrência. Dessarte, os resultados obtidos foram que o número de denúncias (43) revelou maior ocorrência na rede pública (88,4%), enquanto 11,6% foram apontadas na rede privada. Os dados mostram que a VO pode acontecer em ambas as esferas, devido a serviços irregulares, desatualizados e inadequados e atuação profissional desumana.

Martins e colaboradores (2022) retratam que o tipo de violência mais predominante é as agressões e humilhações verbais,

definido com um tratamento rude, desrespeitoso, por meio de gritos ou não. O tipo de VO menos frequente registrada foi a realização de cesáreas desnecessárias. Em contrapartida, Aguiar; Feliciano & Tanaka (2022) realizaram entrevistas com mulheres e chegaram ao resultado de que abuso físico, intervenções não consentidas, cuidado não confidencial, tratamento não digno e negligência foram as formas de Violência Obstétrica mais frequentes.

Adiante, Leite e seus colaboradores (2020) direcionam sua pesquisa para os desrespeitos e abusos, maus tratos e violência obstétrica no Brasil. Como metodologia, o artigo utiliza de pesquisa bibliográfica e qualitativa para analisar as tipologias da violência obstétrica, trazendo aspectos históricos do primeiro país a elaborar em formato de lei uma definição da violência obstétrica, além de analisar dois estudos que trazem casos de violência obstétrica de cunho hospitalar e populacional. Os resultados apontam como principal ponto a escassez de estudos que avaliam as consequências de desrespeitos, abusos, maus tratos e violência obstétrica.

Leite e coautores (2022) trazem a definição de violência institucional, que seria a falta de estrutura no atendimento à mulher, que causa uma experiência não prazerosa para a gestante. Medeiros e Nascimento (2022) trazem também a questão da violência institucional de forma psicológica, em que os profissionais que estejam atendendo a gestante fazem piadas que podem causar danos emocionais na mulher. De forma complementar, Lima; Pimentel & Lyra (2021) dissertam que a insegurança da mulher ao não saber onde irá realizar o parto pode trazer danos psicológicos.

Ao observar as pontuações feitas pelos autores Ladeira e Borges (2022) percebe-se que utilizam de uma abordagem construcionista social e trata-se de uma pesquisa qualitativa. Seus dados foram adquiridos a partir de um formulário preenchido por diversas mulheres através de diversos formatos, partindo da seguinte pergunta: “Em qual momento da sua gestação/parto/pós-parto você

se sentiu tratada como um objeto do sistema sem autonomia do seu corpo?". Como resultado principal percebe-se as situações de culpabilização da vítima e o sentimento das mulheres de serem vistas como objeto. Ademais, observa-se que essa violência se manifesta de diversas formas, podendo ser física ou verbal.

Ladeira & Borges (2022) levantam a questão do autoritarismo que o médico exerce sobre a mulher, que faz com que a gestante se sinta como um objeto, despersonificada. Em concordância, Tempesta & França (2021) chegaram à conclusão de que o parto realizado por médicos tem mais preocupação com a praticidade e não com o bem-estar da mulher. Além disso, Paiva *et al.* (2022) trazem o levantamento do médico não respeitar a opinião das gestantes, visto que os profissionais de saúde interpretam o trabalho de parto como sendo muito técnico, não havendo um tratamento humanizado para a mulher.

Medeiros e Nascimento (2022) contribuem a discussão com seu trabalho, que se trata de uma pesquisa qualitativa onde foram observadas mulheres nordestinas, com idade variando entre 18 e 40 anos, mostrando a visão de mulheres que tenham sofrido alguma violência obstétrica ao longo de seus estados puerpérios. As mulheres entrevistadas não possuíam conhecimento ou clareza no que se refere ao termo violência obstétrica e de que esse tipo de violência ocorre frequentemente em maternidades brasileiras devido ao despreparo de profissionais. O artigo traz a mensuração de que o maior índice de violência obstétrica ocorre principalmente em instituições públicas de saúde e em um nível menos elevado em rede privada de saúde.

As autoras Aguiar, Feliciano e Tanaka (2022), realizaram entrevista com 12 mulheres selecionadas para a pesquisa. Sobre as complicações maternas vivenciadas nesse período gravídicos, ouve maior recorrência de hemorragia pós-parto grave com incidência maior em cinco pacientes que relataram e menor incidência, mas

ainda significante, de eclampsia, com relato de duas mulheres que vivenciaram essa complicação. No entanto, os dados apontaram prevalência de outras problemática, como: laparotomia (3), pré-e-clâmpsia grave (2), hemotransfusão (4), ruptura uterina (1), choque hipovolêmico (1), Acidente vascular encefálico (1), Sépsis-puerperal sistêmica (1) e Infecção sistêmica grave (1). Outro ponto a ser levado em consideração é que 50% das entrevistadas, após o parto, foram admitidas na UTI.

Logo, Aguiar, Feliciano e Tanaka (2022) corroboram e adicionam a reflexão a discussão de Martins (2022) ao trazer que mulheres negras e de classe social menos favorecidas estiveram mais vulneráveis a serem acometidas por algum tipo de violência obstétrica, de acordo com as os resultados de sua pesquisa, onde as mulheres participantes se autodeclararam brancas (10), enquanto duas se denominaram pretas. O grau de escolaridade variou entre 4 pós-graduadas, duas com superior em andamento, 3 com superior completo; 2 com ensino médio incompleto e 1 com ensino médio completo. Em relação à assistência/fonte de financiamento apontou que das 12 selecionadas, 4 utilizaram o SUS como sistema de realização do parto; 6 com plano de saúde e 2 da rede privada.

Tempesta e França (2021) trouxeram uma discussão sobre as diferenças entre o método de parto atual, feito por médicos obstetras, e o método ultrapassado, realizado por doulas. Duas doulas foram entrevistadas e realizaram comentários sobre a racialidade na hora do parto, afirmando que a violência obstétrica acontece com mais frequência com mulheres pretas, por serem estereotipadas como fortes e que conseguem aguentar mais dor do que as mulheres brancas, que são vistas como frágeis e delicadas; além disso, dialogam sobre o cenário do parto realizado por elas, que mesmo com falta de recursos, eram mais humanizados. É concluído que, hoje em dia, a medicina preza por um parto com mais praticidade, muitas vezes menosprezando a vontade da mulher e optando por fazer cesárias desnecessárias, além de não se preocupar em tratar com respeito a gestante em trabalho de parto.

Outrossim, em concordância, Santiago e Souza (2017) afirmam que os profissionais da área obstétrica colocam a mulher em um papel de apenas uma auxiliar no próprio trabalho de parto, onde as suas necessidades colocadas em segundo plano, ferindo a sua integridade física e moral; essa questão acabou sendo normalizada e se tornou algo natural. Além disso, a realização de partos cesáreos se tornou algo muito comum, mesmo quando desnecessário, pela sua praticidade, quase nunca levando em consideração o desejo da gestante.

Lima, Pimentel e Lira (2021) realizaram uma pesquisa empírica de abordagem qualitativa, onde consistia na entrevista de 6 mulheres negras, mães e assistidas pelo SUS. Apresentou-se a experiência de parto das mesmas e trouxe aspectos que foram levados em consideração, como a idade dos filhos. Com relação a renda, apontou que a menor renda é de R$ 800,00 enquanto a maior chega a R$ 3.700. Apesar que o público-alvo da pesquisa seria mulheres assistidas pelo SUS, das 6, uma foi assistida por rede privada. Com relação do aspecto objetivo da entrevista, os relatos de gestação para ressaltar as práticas institucionalizadas de assistência, foi possível observar um conjunto de violências obstétricas de caráter físico, verbal e institucional, com prevalência em relatos de violação de direitos, autoritarismo e silenciamento.

Paiva *et al.* (2022) realizaram uma pesquisa no interior do Ceará, em duas maternidades, com o objetivo de analisar como a violência obstétrica é interpretada pelas puérperas (283) e pelos profissionais da saúde (28). Para obter os resultados, os participantes das pesquisas foram separados em grupos, de acordo com o local da pesquisa e a escolaridade, para evocar o que lhes vêm à mente com cada palavra dita pelo pesquisador. Após os resultados, percebeu-se que cada grupo possui evocações diferentes, então fica evidente que a experiência pessoal de vida de cada um influencia na sua interpretação. Além disso, a forma que os profissionais enxergam a violência obstétrica é diferente da forma como as puérperas a vêm: enquanto

os profissionais da saúde afirmam que a violência é uma falha técnica, as puérperas a entendem como seus direitos sendo negados.

Por conseguinte, analisando a colocação das autoras Matos, Magalhães e Carneiro (2021), percebe-se que houve a realização de uma pesquisa qualitativa, utilizando-se de um estudo de caso coletivo, onde foram selecionados 30 relatos (15 de mulheres e 15 de homens) publicados entre os anos de 2010 e 2017, coletados por meio de blogs pessoais na internet. Em seus resultados, observa-se que a denúncia de violência obstétrica está presente em apenas 5 dos relatos femininos. Também é citada a importância do acompanhante para o psicológico da parturiente, além da presença de uma discussão acerca das vivencias edípicas da mulher e da equipe médica durante o parto, e como estes procuram defesas contra as representações sexuais naquele momento.

Ademais, Matos, Magalhães e Carneiro (2021) trazem o relato de mulheres que tiveram o seu direito de ter um acompanhante na hora do parto negado. Além disso, também descrevem relatos de mulheres que sofreram abusos físicos e sexuais, o uso da episiotomia e do método de Kristeller, abusos verbais e psicológicos e o sentimento de terem seus filhos "roubados", pois demoraram a pegá-los. Martins e colaboradores (2022) afirmam que a negação de um acompanhante foi a segunda violência obstétrica mais registrada, mesmo sendo um direito garantido por lei.

Ainda se apresenta a exploração sobre o medo da perda do bebê por algumas mães a partir de diferentes ideias/fenômenos, sendo uma delas chamada de "vingança materna". Em outras discussões, os artigos mostram que as experiências traumáticas no momento do parto podem afetar a relação da mãe com o bebê, e até mesmo sua perspectiva acerca de passar por outro processo de gestação. Para mais, percebe-se que as vítimas de violência obstétrica, em grande parte, apresentam o perfil de pessoas estigmatizadas pela sociedade, como por exemplo mulheres mais novas ou aquelas

que apresentam um nível socioeconômico mais baixo; isso se dá principalmente pela sua maior condição de vulnerabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a VO é uma violência que acomete mulheres parturientes e em períodos gravídicos puerperais, resultante de uma agressão física, psicológica e moral normalmente cometidas por médicos e profissionais de saúde, onde a vítima em estado de vulnerabilidade passa por situações constrangedoras ou omissas. A conduta dos profissionais atuantes é uma vertente importante, pois uma equipe composta por médicos, enfermeiros, técnicos éticos e que respeita o momento da paciente, auxilia em um trabalho de parto com apoio e tranquilidade.

Ao estabelecer os objetivos, percebe-se que, concernente a análise das publicações citadas, levantou-se que a conduta antiética do corpo profissional presente é recorrente, onde situações de ofensa, humilhação, negação profissional acontecem, assim tornando o evento desconfortável e constrangedor, expressando a vulnerabilidade das parturientes e oprimindo-as diante de sua exposição íntima, o que pode gerar diversas consequências psicológicas. A VO é uma forma de violar os direitos da mulher enquanto gestante de várias formas, no entanto, poucas estão cientes desse tratamento inadequado e aceitam por desinformação dos seus direitos ou por não enxergarem os tipos citados, muitas vezes confundidos como cuidado médico, assim, a compreensão da violência obstétrica é muitas vezes mascarada.

Percebe-se que a Violência Obstétrica é um problema recorrente no sistema de saúde tanto público quanto privado, havendo diferenças nas formas em que é realizada. As formas de VO mais encontradas nos artigos utilizados foram abusos verbais e físicos,

procedimentos médicos não consentidos, autoritarismo dos profissionais da saúde, violação de privacidade, entre outros. Também foi observado que mulheres em situações de mais vulnerabilidade eram as que mais sofriam; mulheres pretas, pobres, com menor nível de escolaridade, mães solos e mulheres que não possuíam conhecimento de seus direitos na hora do parto.

Dessa forma, torna-se claro que esse problema não é discutido o suficiente, apesar de ser muito comum na sociedade atual. Para muitos, o parto ainda é um tabu de fala, e deve ser observado apenas como um momento de alegria, reprimindo as partes dolorosas ou traumáticas desse processo. Assim, é imprescindível que sejam desenvolvidos mais estudos e discussões sobre o tema, para melhor entendê-lo e dar a visibilidade à violência sofrida por diversas parturientes; só assim será possível tomar medidas eficazes para que tais situações sejam evitadas, contribuindo para a quebra da normalização de situações injuriosas às vítimas.

Dentre as áreas que podem ser mais estudadas, pode citar-se a comunicação deficiente entre paciente e equipe médica, muitas vezes citado pelas vítimas e a cultura de uma positividade forçada acerca do processo de parto, que reprime as parturientes a falarem dos danos físicos e mentais que sofreram abertamente durante o processo. Logo, conclui-se que a discussão acerca da violência obstétrica é ampla e necessária, devendo ser incentivada não só entre a comunidade médica, mas também para a população.

Retomando o objetivo do presente trabalho, que consiste em analisar publicações científicas sobre Violência Obstétrica por meio de uma revisão de literatura, pode-se afirmar que ele foi alcançado com êxito. A partir das discussões propostas e dos materiais apresentados, diversas questões envolvendo as agressões sofridas por parturientes foram percebidas, causando reflexões acerca das consequências em sua saúde mental, o contexto cultural desse processo e as posturas e práticas de muitos profissionais presentes nesses momentos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, C. A.; FELICIANO, R. G.; TANAKA, A. C. D'A. Near-miss materno e violência obstétrica: uma relação possível?. **Sexualidad, Salud y Sociedad** (Rio de Janeiro), n. 38, p.e22208, 2022.

DE JESUS SOARES, S. PESQUISA CIENTÍFICA: UMA ABORDAGEM SOBRE O MÉTODO QUALITATIVO. **Revista Ciranda**, *[S. l.]*, v. 3, n. 1, p. 1–13, 2020. Disponível em: https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/ciranda/article/view/314. Acesso em: 20 jun. 2023.

DIAS, S. L; PACHECO, A. O. Marcas do parto: As consequências psicológicas da violência obstétrica. **Rev. Arquivos Científicos**, 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LADEIRA, F. M. B.; BORGES, W. A. Colonização do corpo e despersonificação da mulher no sistema obstétrico. **Revista de Administração de Empresas**, v. 62, n. 4, p. e2021-0082, 2022.

LANSKY, S. *et al.* Violência obstétrica: influência da Exposição Sentidos do Nascer na vivência das gestantes. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2019, v. 24, n. 8, 2019.

LEITE, T. H. *et al.* Desrespeitos e abusos, maus tratos e violência obstétrica: um desafio para a epidemiologia e a saúde pública no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 2, p. 483-491, 2022.

LIMA, K. D.; PIMENTEL, C.; LYRA, T. M. Disparidades raciais: uma análise da violência obstétrica em mulheres negras. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 4909-4918, 2021.

MARTINS, R. B. *et al.* Análise das denúncias de violência obstétrica registradas no Ministério Público Federal do Amazonas, Brasil. Cadernos Saúde Coletiva, v. 30, n. 1, p. 68-76, 2022.

MATOS, M. G.; MAGALHÃES, A. S.; FÉRES-CARNEIRO, T. Violência obstétrica e trauma no parto: o relato das mães. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41, p. e219616, 2021.

MEDEIROS, R. C. S. "Na hora de fazer não chorou": a violência obstétrica e suas expressões. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis. 2022.

PAIVA, A. M. G. *et al.* Representações sociais da violência obstétrica para puérperas e profissionais da saúde: análise fatorial de correspondência. **Cogitare Enfermagem**, v. 27, p. e75198, 2022.

PLASS, Wesley; PRINDY, Mac; TREIBER, Johann. **Nascer do Brasil: Parto, da violência obstétrica às boas práticas.** *In*: NasceSr do Brasil: Parto, da violência obstétrica às boas práticas. [*S. l.*]: Fiocruz, 2 mar. 2015. DVD.

SANTIAGO, Dayze Carvalho; SOUZA, Wanessa Kelly Silva. VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: uma análise das consequências. **Revista Científica da FASETE**, [s. l.], 2017.

TEMPESTA, G. A.; FRANÇA, R. L. Nomeando o inominável: a problematização da violência obstétrica e o delineamento de uma pedagogia reprodutiva contra-hegemônica. **Horizontes Antropológicos,** v. 27, n. 61, p. 257-290, 2021.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Leilane Cristina Oliveira Pereira

Doutora e Mestre em Psicologia Social pela UFPB; Graduada em Psicologia pela UFPB; Professora de graduação e pós-graduação em Psicologia, Psicóloga e Psicanalista.

Maria Clara Alves Pereira

Graduanda em Psicologia pela UNIFSM. e Monitora da disciplina Pesquisa em Psicologia.

Yasmin Marques de Queiroga Sousa

Graduanda em Psicologia pela UNIFSM. e Monitora da disciplina Pesquisa em Psicologia.

SOBRE OS AUTORES

Alessandra de Souza Abreu
Graduanda em Psicologia pela UNIFSM.

Ana Soiany de Oliveira Silva
Graduanda em Psicologia pela UNIFSM.

Andrêssa Tomaz da Silva
Graduanda em Psicologia pela UNIFSM.

Arthur de Oliveira Bezerra
Graduando em Psicologia pela UNIFSM.

Aryadne Simões de Farias Mascarenha
Graduanda em Psicologia pela UNIFSM.

Brida Rafaela Oliveira Freitas
Graduanda em Psicologia pela UNIFSM.

Caroline Vitória Dantas Cassiano
Graduanda em Psicologia pela UNIFSM.

Christiny de Alcantâra Ricarte Cavalcante
Graduanda em Psicologia pela UNIFSM.

Cristiana Pereira Alexandre
Graduanda em Psicologia pela UNIFSM.

Felipe da Silva Lopes
Graduando em Psicologia pela UNIFSM.

Francisco Tarcio Silva
Graduando em Psicologia pela UNIFSM.

Géssica Alves Jorge
Graduanda em Psicologia pela UNIFSM.

Gustavo Pinheiro Duarte Alves
Graduando em Psicologia pela UNIFSM.

Hellen Jhecy Lopes Araujo
Graduanda em Psicologia pela UNIFSM.

Hillary Moura Barros
Graduanda em Psicologia pela UNIFSM.

Ingrid Maria Pereira Soares
Graduanda em Psicologia pela UNIFSM.

Ingrid Rauana Alves Diniz Marinho
Graduanda em Psicologia pela UNIFSM.

Ismenia Lorrane Rodrigues François
Graduanda em Psicologia pela UNIFSM.

Jennifer Figueiredo Vieira
Graduanda em Psicologia pela UNIFSM.

Jéssica Berto de Araújo
Graduanda em Psicologia pela UNIFSM.

Jéssica Karen Ferreira de Medeiros
Graduanda em Psicologia pela UNIFSM.

José Carlos Tavares Cavalcanti
Graduando em Psicologia pela UNIFSM.

Karla Marques Vieira
Graduanda em Psicologia pela UNIFSM.

Lívia Batista Soares
Graduanda em Pedagogia pela Faveni e em Psicologia pela UNIFSM.

Luana Santos da Silva
Graduanda em Psicologia pela UNIFSM.

Lucas Barbosa Josué
Graduando em Psicologia pela UNIFSM.

Lucas Gabriel Ferreira Santana
Graduando em Psicologia pela UNIFSM.

Maria Clara Alves Pereira
Graduanda em Psicologia pela UNIFSM.

Maria das Graças Lima Barbosa
Graduanda em Psicologia pela UNIFSM.

Maria das Graças Tavares de Luna
Graduanda em Psicologia pela UNIFSM.

Maria Isabel Teles Sobreira
Graduanda em Psicologia pela UNIFSM.

Maria Izabel Diniz Gomes
Graduanda em Psicologia pela UNIFSM.

Maria Jamylle das Chagas Aguiar
Graduanda em Psicologia pela UNIFSM.

Maria Luiza Bezerra Felix
Graduanda em Psicologia pela UNIFSM.

Maria Rita Pereira Rodrigues
Graduanda em Psicologia pela UNIFSM.

Maria Samara Ellen Formiga Querino
Graduanda em Psicologia pela UNIFSM.

Mirelly Pedrosa Lima
Graduanda em Psicologia pela UNIFSM.

Nayane dos Santos Silva
Graduanda em Psicologia pela UNIFSM.

Pedro Kauã Cartaxo de Oliveira
Graduando em Psicologia pela UNIFSM.

Ricardo Francisco Sarmento dos Santos
Graduando em Psicologia pela UNIFSM.

Samille Helena Pereira
Graduanda em Psicologia pela UNIFSM.

Ronaldo Gabryel Moreira da Silva Dantas
Graduando em Psicologia pela UNIFSM.

Simone Pinheiro Alves
Graduanda em Psicologia pela UNIFSM.

Tarcilla Lauanne de Sousa Santos
Graduanda em Psicologia pela UNIFSM.

Thaynara Hellen da Silva Ribeiro
Graduanda em Psicologia pela UNIFSM.

Thays Alves de Abrantes
Graduanda em Psicologia pela UNIFSM.

ÍNDICE REMISSIVO

A

adolescência 38, 44, 65, 70, 79, 100, 109

AEE 51, 52, 53, 56, 63

Alunos 51, 63, 141

arte 10, 14, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174

arteterapia 160, 161, 164, 168, 174, 175

autismo 10, 14, 110, 111, 114, 116, 117, 118, 121, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 150, 151, 154, 156, 157

B

bullying 65, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 79

C

Clínica 85, 93, 175

contexto escolar 9, 59, 64, 70, 79, 99, 128, 129, 130, 134, 139

COVID-19 9, 94, 95, 96, 99, 100, 101, 103, 104, 106, 107, 108, 111, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123

D

Deficiência 132, 140

déficit de atenção 37, 45, 46, 52, 84, 87, 151

desatenção 31, 36, 37, 38, 43, 44

desigualdades sociais 73, 103

diagnóstico 17, 24, 25, 26, 28, 31, 35, 36, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 81, 89, 90, 111, 118, 121, 123, 132, 135, 136, 140, 155

dislexia 8, 14, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29

DSM-5 31, 36, 43, 45, 121, 140, 143, 155

E

Educação Especial 35, 46, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 61, 62, 63, 114, 132, 136, 140, 141, 156

ensino remoto 35, 46, 95, 96, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109

escolarização 9, 47, 48, 51, 52, 56, 58, 61, 77, 84, 90, 132, 137

escolas públicas 17, 38, 69, 72, 79, 102

F

fonológico 17, 20, 22

H

Hiperatividade 8, 22, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 45, 46, 87

I

idosos 164, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 173, 174, 175

inclusão 10, 19, 33, 35, 39, 40, 41, 42, 46, 48, 50, 51, 52, 54, 55, 57, 58, 62, 67, 68, 75, 83, 84, 93, 98, 113, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 137, 138, 139, 140, 144, 145, 163, 164, 179

infância 34, 36, 37, 44, 46, 65, 66, 85, 87, 91, 92, 127

M

medicalização 14, 37, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93

O

obstétrica 11, 14, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191

P

pandemia 9, 14, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125

políticas públicas 14, 15, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 97, 128

práticas pedagógicas 54, 55, 85, 129, 133

preconceito 9, 57, 64, 65, 66, 75, 76, 77

professores 21, 40, 44, 54, 55, 56, 59, 60, 61, 62, 73, 74, 84, 85, 96, 97, 100, 102, 103, 107, 108, 118, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140

psicologia 44, 62, 84, 85, 88, 92, 93, 95, 116, 121, 122, 144, 154, 160, 161

psicoterapia 90, 91, 147, 157, 158

Q

qualidade de vida 10, 27, 40, 41, 42, 43, 44, 90, 91, 114, 118, 139, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 168, 170, 171, 172, 173, 174

S

saúde 14, 15, 29, 32, 34, 37, 38, 40, 44, 45, 57, 90, 91, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 114, 115, 117, 118, 119, 125, 128, 136, 160, 161, 164, 165, 167, 169, 173, 174, 177, 178, 179, 180, 182, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190

saúde mental 32, 34, 37, 38, 40, 44, 45, 90, 91, 99, 101, 103, 104, 105, 107, 109, 114, 115, 118, 119, 173, 189

T

TDAH 8, 14, 20, 22, 23, 24, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 52, 62, 81, 84, 87, 151

TEA 10, 48, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 144, 153, 154, 155

transtornos 23, 25, 29, 38, 45, 57, 73, 81, 87, 88, 89, 90, 114, 127, 140, 143, 147, 155, 172

V

Violência 11, 67, 68, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 188, 189, 190

www.pimentacultural.com

Psicologia EM PESQUISA

Reflexões sobre Ensino, Aprendizagem e Desenvolvimento

pimenta cultural